

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Luana da Silva Teixeira

CONFORMANDO UM TERRITÓRIO-CARÊNCIA:

a imagem da ONG Asdog (GV – MG) sobre o espaço de sua atuação

Governador Valadares
Maio de 2012

LUANA DA SILVA TEIXEIRA

CONFORMANDO UM TERRITÓRIO-CARÊNCIA:

a imagem da ONG Asdog (GV – MG) sobre o espaço de sua atuação

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique Assis Garcia

Governador Valadares, MG
Maio de 2012

LUANA DA SILVA TEIXEIRA

CONFORMANDO UM TERRITÓRIO-CARÊNCIA:

a imagem da ONG Asdog (GV – MG) sobre o espaço de sua atuação

Dissertação submetida ao corpo docente da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE –, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Governador Valadares, 24 de maio de 2012.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Henrique Assis Garcia (Orientador)
Universidade Federal de Minas Gerais (Prof. colaborador MGIT)

Prof^a. Dr^a. Ilana Mountian
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Mauro Augusto Santos
Universidade Vale do Rio Doce

A minha avó, Margarida, que muito acreditou em minha capacidade de realizar este trabalho e, hoje, deixa uma imensa saudade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço Deus por me conceder o dom da vida e por me capacitar a aprender sempre.

Meus pais, Maria do Carmo e Juarez, por acreditarem em minha capacidade, incentivando-me a ter persistência nos estudos, e por me ensinarem que a simplicidade e a união são essenciais ao alcance da felicidade.

Meus irmãos, Bruno e Cíntia; minha sobrinha, Elisa; minha cunhada, Daniele; e minha tia, Aparecida. Obrigada pela força e pelo carinho.

Sou grata a Luiz Henrique Assis Garcia, meu orientador, pelo direcionamento e pela insistência à busca de um conhecimento construído de forma compartilhada. Isso tornou o caminho, às vezes, mais cansativo, mas, em todo o tempo, muito mais recompensador e interessante.

Meu amigo, James Costa, pela presença constante, pela paciência, pela compreensão e pelo apoio.

Minha amiga, Lígia Chagas, pelo incentivo diário, o qual me fez acreditar em minha capacidade.

Agradeço minha chefe e também amiga, Áurea Nardely de Magalhães Borges, principalmente por contribuir com meu amadurecimento e meu melhoramento profissional.

As amigas Jamile Cristhianismo, Leila Moura, Elge Braga, Caroline Barroso, Kríssia Costa, Amanda Berto, Natália Tavares, Luana Serrano e Kênia Trevizani sou agradecida pelo apoio e pelo entendimento diante de minha pouca disponibilidade de tempo durante esses dois anos de mestrado, que, muitas vezes, privou-nos compartilhar momentos importantes de nossas vidas.

Digo “Muito obrigada” também aos colegas de mestrado, especialmente Priscila, pelo companheirismo e pela amizade.

Por fim, os funcionários e ex-funcionários da Associação Samuel Domingues Gomes (Asdog), especialmente Cristina Oliveira. Todos contribuíram, de maneira efetiva, para a realização desta pesquisa.

“O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele”.

Claude Raffestin

RESUMO

TEIXEIRA, Luana da Silva. **Três olhares, um território: imagens da ONG, do morador e do poder público sobre um mesmo espaço.** Governador Valadares, 2012, 144f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, Brasil.

O Terceiro Setor assumiu um papel de destaque no cenário mundial, especialmente a partir da segunda metade do século XX. No Brasil, na década de 1990, ele passou a atuar em diversas frentes, cumprindo tarefas que, tradicional e legalmente, são deveres do Estado, como no caso da assistência social. O grande número de Organizações Não-Governamentais (ONG's), em funcionamento, já revela o quanto essas instituições podem interferir a vida social ou a produção de um território. Nesse contexto, esta dissertação pretende investigar como uma ONG participa do processo de formação e de manutenção de um território através de sua interação, conformada por relações de poder, tanto com o Estado quanto com parcela populacional – aqui composta por moradores que fazem uso dos serviços oferecidos por ela. Trata-se de um estudo de caso sobre a Associação Samuel Domingues Gomes (Asdog), instalada na região do Morro do Carapina, no município de Governador Valadares, Minas Gerais. Por meio de análises da imagem do território da Asdog e da imagem de outros dois atores (Estado e população), que se inter-relacionam, este trabalho possibilitou concluir que a ONG participa decisivamente na conformação de um território-carência na cidade mineira. Tal resultado serve para justificar a existência e a atuação institucional na conjuntura de diminuição da capacidade de providência do Estado, diante de uma população que vive sem garantia de seus direitos fundamentais, ou sem condições básicas de vida.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Território-carência. Relações de poder.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Luana da Silva. **Três olhares, um território: imagens da ONG, morador e poder público sobre um mesmo espaço.** Governador Valadares, 2012, 144f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, Brasil.

The Third Sector has assumed a prominent role on the world stage, especially since the second half of the twentieth century. In Brazil, mainly from the 1990's, this sector has acting on several fronts, accomplishing tasks that are traditionally and legally duties of the State, as in the case of social assistance. The large number of Non-Governmental Organizations (NGO's) working now, reveals how these institutions can directly interfere with social life or in the production of a territory. This thesis aims to investigate how a NGO participates in the formation and maintenance of a territory, including their interaction, shaped by power relations, with the State and the portion of the population – comprised by individuals who use the services offered by it. For this, the methodological approach chosen was to conduct a case study of the Association Samuel Domingues Gomes (Asdog), installed in the region of Morro Carapina in the city of Governador Valadares. Through analysis of area's image, faced here as a constructed reality, lived by an actor about a certain geographic area, the Asdog and two other actors (State and Population), which maintains direct relations with the NGO. This work led us to conclude Asdog, that participates decisively to the establishment of a "territorial grace." Wich serves to justify the existence and actuation of the institution in the context of decreased ability to "welfare" state, face a population that lives with no guarantee of their fundamental rights or basic living conditions.

Keywords: Third Sector. Territory-deficiency. Power relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa: localização da região do Carapina em Governador Valadares	19
Figura 2 – Foto: Samuel Domingues Gomes.....	39
Gráfico 1 – Número de crianças apadrinhadas.....	41
Gráfico 2 – Repasses de recursos do Fundo Cristão para Asdog.....	45
Figura 3 – Organograma: conflitos de gangues pelo tráfico de drogas no Carapina.....	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES: RETRATO DA CIDADANIA CAPITALISTA E GLOBALIZADA NUM TERRITÓRIO	25
1.1 O NOVO ATOR: TERCEIRO SETOR – SUJEITO DE DESTAQUE	33
1.2 AS ONG’S NO BRASIL: UM RETRATO ENCOMENDADO PELO ESTADO	35
1.3 ASDOG	37
1.3.1. Financiamento da Asdog	41
1.3.2 Parceria Asdog e poder público	46
1.4 TERRITÓRIO DA GLOBALIZAÇÃO LOCALIZADA	50
1.5 ESTADO/SOCIEDADE-PROVIDÊNCIA	57
2 O TERRITÓRIO PRODUZIDO E VIVIDO PELA ASDOG	61
2.1 ASDOG E SUA LOCALIZAÇÃO NO ESPAÇO	64
2.2 ASDOG E SUA VISÃO SOBRE A ÁREA EM QUE ATUA	66
2.3 ASDOG E SUA VISÃO SOBRE O PRÓPRIO PAPEL NO TERRITÓRIO	72
2.4 ASDOG E SUA VISÃO SOBRE OS MORADORES/ATENDIDOS E O PODER PÚBLICO	75
2.5 A IMAGEM DO ESPAÇO: TERRITÓRIO CONSTRUÍDO/VIVIDO PELA ASDOG	78
3 IMAGEM DO PODER PÚBLICO E DOS MORADORES ATENDIDOS PELA ASDOG SOBRE A REGIÃO DO MORRO DO CARAPINA	81
3.1 IMAGEM DO PODER PÚBLICO SOBRE A REGIÃO DO CARAPINA	81
3.1.1 Presença do poder público na região do Carapina: “Comunidade Viva em Ação”	81
3.1.2 Poder público: caracterizando a região do Carapina	85
3.1.3 Poder público: caracterizando o próprio papel no território da região do Carapina	89
3.1.4 Poder público: caracterizando os moradores e a ONG Asdog	92
3.1.5 A imagem do espaço: território construído/vivido pelo poder público na região do Carapina	93
3.2 IMAGEM DO MORADOR ATENDIDO PELA ASDOG SOBRE A REGIÃO DO CARAPINA	98

3.2.1 Moradores atendidos pela Asdog: caracterizando a área em que vivem	98
3.2.2 Moradores atendidos pela Asdog: caracterizando o próprio papel no território	100
3.2.3 Moradores atendidos pela Asdog: caracterizando a entidade e o poder público	101
3.2.4 A imagem do espaço: território construído/vivido pelos moradores atendidos na Asdog	104
4 TRÊS IMAGENS, UM TERRITÓRIO	106
4.1 – SEMELHANÇAS ENTRE AS IMAGENS DOS TRÊS ATORES	107
4.1.1 Semelhanças entre as imagens da Asdog e do poder público sobre o espaço do Carapina.....	107
4.1.2 Semelhanças entre as imagens da Asdog e dos moradores/atendidos sobre o espaço do Carapina	109
4.1.3 Semelhanças entre as imagens do poder público e dos moradores/atendidos....	111
4.1.4 Semelhanças entre as imagens dos três atores: Asdog, poder público e moradores/atendidos sobre o Morro do Carapina.....	112
4.2 DIVERGÊNCIAS E CONFLITOS ENTRE AS IMAGENS DOS TRÊS ATORES: ASDOG, PODER PÚBLICO E MORADORES/ATENDIDOS.....	114
4.2.1 Divergências e conflitos entre as imagens da Asdog e do poder público sobre o espaço do Carapina	114
4.2.2 Divergências e conflitos entre as imagens da Asdog e moradores/atendidos sobre o espaço do Carapina	118
4.2.3 Divergências e conflitos entre as imagens do poder público e moradores/atendidos sobre o espaço do Carapina	120
4.2.4 Divergências e conflitos entre as imagens dos três atores: Asdog, poder público e moradores/atendidos sobre o espaço do Carapina	123
4.3 O TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO DA ASDOG	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS	136

INTRODUÇÃO

A relevância do trabalho desenvolvido pelo Terceiro Setor na contemporaneidade, demonstrada tanto pelo grande número de entidades criadas nos últimos anos quanto pela participação ativa dessas organizações nos campos sociopolítico e econômico, torna-se objeto de análise, caso seja encarada sob a perspectiva dos estudos territoriais. Raffestin (1993), na obra “Por uma Geografia do Poder”, traz a ideia de se pensar o território como a cena do poder, em que todos os sujeitos, sejam indivíduos ou instituições, realizam ações e relacionam-se em busca de poder, que, por sua vez, estampa-se no espaço e constitui um território.

Haesbaert (2005, p. 6774) também destaca que o território “[...] tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Por isso, o território assume forma dinâmica, de um processo que recomeça sem cessar, a partir da realização de programas, ou seja, de ações de diferentes atores sociais sobre um mesmo espaço: “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

A graduação em Comunicação Social/Jornalismo me possibilitou perceber a importância dos processos sociais e de seus atores, com seus significados e com suas representações no território em que se efetivam. Mais do que narrar histórias ou divulgar informações de interesse público, tiro das diferentes experiências¹ em comunicação a percepção da multiplicidade de poderes que permeia a construção e a manutenção de um território. Como defendido por Raffestin (1993), a comunicação é um instrumento estratégico, usado pelos atores sociais para se alcançar poder.

Considero que minha vivência prática em projetos e em entidades do Terceiro Setor me instigou a pesquisar como se dá a participação de uma ONG na produção de um território. Por isso, a proposta deste estudo é investigar de que maneira uma entidade do Terceiro Setor, no caso, a Associação Samuel Domingues Gomes (Asdog), atua na produção do território do município de Governador Valadares.

¹ Trabalhei com assessoria técnica em projetos sociais (Projeto Desenvolvimento Associativo – Evolução do Associativismo em Valadares – e a ONG Centro de Formação e Assessoria Técnica – CIAAT), e com assessorias de parlamentares federal, estadual e do poder público municipal.

A fim de descrever a participação do Terceiro Setor na produção e na manutenção de um território, como proposto, é importante, primeiro, delinear sua trajetória. Nesse caso, o destaque vai para o contexto de seu surgimento e, depois, faz-se interessante ressaltar suas marcas, especialmente no Brasil.

TERCEIRO SETOR: ESTRATÉGIA SOCIAL

O surgimento do Terceiro Setor é fruto de um cenário composto pelo crescimento, pelo fortalecimento da economia informal e pela flexibilização do papel do Estado como o único prestador de serviços públicos. No Brasil, o Terceiro Setor, absorvedor dos militantes de movimentos sociais, traz consigo uma identidade reestruturada a partir dos movimentos sociais arraigados e “assentada sobre direitos universais do conjunto dos demandatários de um bem ou serviço público” (GOHN, 2005, p.109). Além disso, “[...] alguns dos militantes dos antigos movimentos sociais (que não tinham fortes convicções da esquerda) foram sendo incorporados como mão-de-obra nos projetos, programas e conselhos criados” (GOHN, 2005, p.109). Assim, nasceu, basicamente, “uma nova forma de ativismo social [...], não mais para protestar, mas para FAZER, laborar, atuar junto às camadas desfavorecidas, previamente selecionadas com a ajuda destes mesmos ativistas” (GOHN, 2005, p. 109, grifo do autor).

A ideia de cidadania domina as ações do Terceiro Setor (DAGNINO, 2004). A utilização do conceito Organização Não-Governamental aparece mais fortemente, no Brasil, no ano 1990, e, de fato, representa mais do que uma forma de organização da sociedade civil; é uma mudança de papel dos grupos organizados perante o Estado, o sistema. O discurso dos movimentos sociais das décadas de 1960, de 1970 e de 1980, proclamando autonomia em relação ao Estado, não mais se sustenta com as ONG's.

A própria substituição do termo sociedade civil pela importação do termo Terceiro Setor (o primeiro e o segundo seriam o Estado e o Mercado) para substituir o de sociedade civil designa o intento de retirar a cidadania do terreno da política, retomado novamente pelo seu detentor exclusivo: o Estado. (DAGNINO, 2004, p. 14)

A cidadania, sobre a qual Dagnino (2004) fala, aparece em contramão daquela abarcada pelos movimentos sociais, no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, os quais

[...] se organizaram no Brasil em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc. e de questões como gênero, raça, etnia, etc. Inspirada na sua origem pela luta pelos direitos humanos (e contribuindo para a progressiva ampliação do seu significado) como parte da resistência contra a ditadura, essa concepção buscava implementar um projeto de construção democrática, de transformação social, que impõe um laço constitutivo entre cultura e política. (DAGNINO, 2004, p. 103)

A nova atuação das organizações da sociedade civil, isto é, pertencentes ao Terceiro Setor, é vista como uma proposta do projeto neoliberal. Dagnino (2004) usa a ideia de Telles (2001) quando afirma que o apelo da noção de cidadania movedora do Terceiro Setor, que se baseia no apelo à solidariedade, é restrito “à responsabilidade moral da sociedade, bloqueando a sua dimensão política e desmontando as referências à responsabilidade pública e ao bem público, precária e penosamente construídas desde os anos oitenta” (DAGNINO, 2004, p. 7).

A redução do papel do Estado, o avanço do modelo neoliberal e a construída representação de seres humanos que precisam da caridade pública ou privada (Terceiro Setor) e que são deixados de ser vistos como cidadãos de direitos, ou simplesmente, de acordo com Dagnino (2004, p. 108), “o deslocamento de ‘cidadania’ e ‘solidariedade’, obscurece sua dimensão política e corrói as referências à responsabilidade pública e interesse público”.

Sobre isso, Figueiró (2001) faz a seguinte abordagem:

Com efeito, alguns estudos que procuram discutir o surgimento de um “terceiro setor” na sociedade, que se diferencie tanto da lógica de poder que orienta a esfera do Estado, quanto à busca na esfera do mercado, demonstram que o caráter politizado que parecia conduzir as ações coletivas de antes, organiza-se atualmente em torno de problemas sociais urgentes, como a exclusão social e o alívio da pobreza, num processo de co-participação (nem sempre em condições de igualdade) com o Estado [...]. (FIGUEIRÓ, 2001, p. 3)

Percebe-se que o objetivo geral das organizações da sociedade civil, tanto os movimentos sociais quanto as entidades do Terceiro Setor, é fazer uma vida em sociedade mais igualitária e com mais qualidade. Porém, o que mantém possíveis distinções entre as

duas formas de atuação é a forma como isso pode ser feito. Fruto dos movimentos sociais e, ao contrário desses, o Terceiro Setor não vem trabalhando, principal ou mais nitidamente, para mudar a ordem social posta. A luta é para agir sobre o urgente, como a fome e a violência, buscando, como resultado, o bem-estar social do momento e, por vezes, executando um dever que é do Estado, através da ideia de que a cidadania passou a ser dever de todos e é para todos. Assim, o Estado investe recurso nas ONG's e passa a incentivar a proliferação desse tipo de organização no país.

Ao identificar a presença de atuação do Terceiro Setor na sociedade contemporânea, este trabalho traz, como proposta, destacar e investigar a participação de uma ONG na produção e na manutenção de um território. Parte-se da consideração feita por Raffestin (1993) de que espaço e território não são termos de iguais conceitos, sendo o primeiro a matéria-prima e, o segundo, resultado de ação. Em conformidade com esse autor, o espaço, somente ao ser utilizado pelo homem (ator que produz uma ação, que estabelece relações de poder e de apropriação sobre o espaço), transforma-se em um território.

Como a produção e a manutenção de um território se fazem por meio de relações entre atores, que atuam sobre um mesmo espaço, no caso deste estudo, serão investigadas as construções de realidades ou as apropriações de um espaço, mais especificamente, as imagens de um espaço ou os territórios construídos pela ONG Associação Samuel Domingues Gomes (Asdog). Para isso, consideram-se a interferência de outros dois atores, atuantes no mesmo espaço: o poder público e as pessoas atendidas pela referida ONG.

Através da ideia de Raffestin (1993), os atores sociais (ONG, Estado e população) produzem mais do que práticas; eles criam sentidos, imagens e realidades, e constroem, a partir de suas relações, também um território, de convivência e de disputa de poder. Nessa perspectiva, também é imprescindível destacar a abordagem de Baczkó (1985) sobre a imaginação social. Para esse autor, o “imaginário coletivo intervém em qualquer exercício de poder” (ibidem, p. 298), ou seja, manter o poder significa controlar o imaginário social. A famosa frase de Maquiavel: “Governar é fazer crer”, coloca em relevo as relações íntimas entre o poder e o imaginário (BACZKO, 1985, p. 391). Portanto, propõe-se considerar que as imagens são construídas através do repertório de representações constituintes do imaginário social.

ASDOG: A ONG DO ESTUDO DE CASO

O Terceiro Setor é, atualmente, um ator relevante no campo social do mundo inteiro e, no município de Governador Valadares, seu papel não é diferente. No ano 2011, de acordo com a prefeitura local, o município, que tem cerca de 263 mil habitantes, contava com 193 Organizações Não-Governamentais (ONG's), dentre associações, cooperativas e fundações. São entidades que atuam desde o oferecimento de abrigo até a organização comunitária para conquistar melhorias para determinado bairro, as conhecidas Associações de Bairros.

Entre as inúmeras ONG's existentes em Governador Valadares, está a Associação Samuel Domingues Gomes (Asdog). Com mais de 40 anos de atuação, a Asdog atua na região do Carapina. Referenciada, na maioria das vezes, integrando os bairros Nossa Senhora das Graças/Morro do Carapina, Santa Helena, Santa Efigênia/Morro do Querosene e Maria Eugênia, essa região apresenta grandes índices de violência, conforme mapeamento do governo do Estado². Esse é um dos motivos, principalmente a partir do ano 2000, pelo qual a Asdog vem contando com a parceria do poder público para realizar suas ações, que estão focadas mais fortemente na oferta de atividades para crianças e adolescentes, vistos como mais vulneráveis à criminalidade. Hoje, a Asdog se apresenta como objeto interessante de caracterização do Terceiro Setor, especificamente no território da região do Carapina, e vai ao encontro do que Gohn (2005, p. 108) afirma sobre um dos papéis das ONG's: "(atuar) [...] com populações tidas como vulneráveis, focalizadas, grupos pequenos, por projetos, e com prazos definidos". Para Rodrigues (2002), isso configura a atuação da sociedade-providência diante de um território-carência.

Ao se investigarem as imagens da Asdog, do poder público e, ainda, dos moradores atendidos pela ONG, sobre o mesmo espaço, constituído território, poderá ser confirmada a principal hipótese deste estudo: a de que o Terceiro Setor atua como uma agência do Estado para a manutenção da sociedade capitalista em um determinado espaço. Pois, ao se levantar as apropriações de um mesmo espaço para esses três atores (Asdog, poder público e morador atendido), apontando divergências ou igualdades, que indicam proximidade ou distanciamento

² Um diagnóstico feito pela Polícia Militar, em 2008, destacou o resultado de uma pesquisa feita pela Empresa de Consultoria Política Completa sobre os principais problemas de bairros e distritos apontados pelos seus moradores. No Carapina, a questão da segurança pública apareceu em segundo lugar. Porém, no Plano Municipal de Segurança Cidadã, elaborado, em 2009, por diversas instituições de Governador Valadares, incluindo Polícias, Poder Públicos e entidades Não-Governamentais, foi destacado, com base em pesquisa feita no ano 2006, que a região do Carapina é uma das duas áreas – a outra é a região do Turmalina – com os mais altos índices de homicídios no município.

entre as concepções e as atuações desses atores no território, poderá ser verificada se a imagem que o Terceiro Setor tem sobre um território é discordante ou reproduz aquela criada pelo poder público, não passando de uma nova forma de inserção e de poder do Estado nos territórios. Além disso, poderá se notar se os atendidos pela ONG reconhecem e contribuem para as semelhanças de atuação dos outros dois atores, Terceiro Setor e Poder Público, na formação e na manutenção do território.

PROVIDÊNCIA PARA UM TERRITÓRIO-CARÊNCIA

Garantir condições vitais à população. Esse é o objetivo básico de intervenção do Estado na regulação da vida social, buscando o equilíbrio dos riscos sociais e, em consequência, a sustentação do sistema, além de atuar como “Estado-Providência”. Especialmente para os casos do Brasil e de Portugal, a ideia defendida por Sposati e Rodrigues (1995) é que esses países foram insuficientes no exercício desse papel de Estado-Providência. Como resultado, houve a vagância do papel providência, que passou a ser ocupado pela sociedade. “Entende-se que é esta conjuntura que mantém e fundamenta o protagonismo incidente da sociedade-providência nos dois países, recoberta por laços afectivos e de solidariedade” (SPOSATI; RODRIGUES, 1995, p. 91).

Santos (1993, p. 46) propõe a seguinte definição para o termo “sociedade-providência”: “[...] redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda, baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade [...]”. Entretanto, esse mesmo autor (ibidem) faz distinção entre as organizações formais de regulação social privada, que contam com a forte interferência por parte do Estado, denominadas “sociedade civil íntima”, e as chamadas “velha sociedade providência”, em que há

[...] uma regulação em grande medida informal e autônoma e alimentando-se da distância e do absentismo do Estado, sempre nos pareceu como fazendo parte da sociedade civil estranha, ou seja, como parte da sociedade civil cuja autonomia e diferença em relação ao Estado era o outro lado da sua marginalização ou exclusão por parte da regulação providencial do Estado. (SANTOS, 1995, p. 6)

Depois de apresentar essas duas possibilidades de perfis de atuação da sociedade como providência, Santos (1995, p. 6) deixa o questionamento sobre como ocorre a relação entre sociedade civil e Estado na tarefa de prover condições ao equilíbrio social: “A sociedade-providência eventualmente emergente configurará uma sociedade civil estranha ou uma sociedade civil íntima? Ou não será captável por nenhum destes conceitos, convocando-nos à criação de novos conceitos?”.

Nunes (1995, p. 6) alerta sobre a importância do elemento contexto para as possíveis análises sobre o agir providência: “Não é evidente, em primeiro lugar, que quando se fala em sociedade-providência se esteja a falar do mesmo fenômeno em todos os contextos”. E destaca a já predestinada vocação do Estado e do próprio mercado – regulado, inicialmente, pelo Estado e, depois, por regras que parecem, muitas vezes, não passar por ele – em serem organizações de intervenção na regulação social, na tentativa de diminuir os riscos sociais. Pensa-se, então, na forma de configurar a atuação da sociedade civil, como ator providência:

Neste sentido, a sociedade civil e as suas redes e instituições parecem cada vez menos capazes, não só de servir de fundamento a novas formas de solidariedade para com os que nos são distantes, como de resistir a essa colonização pelo estado e pelo mercado na esfera da solidariedade para com os que nos são próximos. (NUNES, 1995, p. 7)

Assim, é posta claramente a necessidade de se avaliar a forma através da qual se articulam sociedade e Estado, passando pela lógica de mercado quando se está diante de um território-carência, ou seja, de um território que, prioritariamente, o Estado não consegue assegurar uma gama de apoio, de serviço e de valor monetário (nesse caso, podem ser: saúde, lazer, educação ou cultura à população). Por isso, ele abriga e sustenta a existência de uma ONG.

Esse é um dos objetivos deste trabalho, que abre espaço para a análise não só da atuação do Terceiro Setor, figurado aqui na Asdog, sobre um espaço, formando um território. É destacada também a participação e a relação da ONG com o poder público/Estado nesse território. Afinal, o território vivido pelo Terceiro Setor tem a presença reduzida do Estado, uma vez que ele se mostra insuficiente em garantir condições vitais à população, permitindo a formação de um território-carência.

Desse modo, esta pesquisa se desenvolve com os seguintes atores: Asdog, que se apresenta como sociedade-providência; poder público, na figura do Estado; e, ainda,

moradores, assistidos tanto pela ONG quanto pelo Estado. Todos estão inseridos em um mesmo espaço, a região do Carapina.

ESPAÇO DA ASDOG: REGIÃO DO CARAPINA

A região do Carapina é composta, segundo documentação oficial do poder público municipal de Governador Valadares, intitulada “Projeto Comunidade Viva em Ação”, por áreas registradas como aglomerados Carapina e Morro do Querosene, que incluem os bairros Nossa Senhora das Graças, Santa Helena, Santa Efigênia e Maria Eugênia. Em setor de cadastro da Prefeitura, há registro da existência do bairro Morro do Querosene e inexistente registro para bairro com o nome “Carapina”.

Já para a Asdog, em seus estatutos, a região do Carapina engloba os bairros Nossa Senhora das Graças, Morro do Carapina, Santa Helena, Monte Carmelo, Santa Efigênia e Morro do Querosene. Ou seja, o chamado “Morro do Carapina” também é considerado como bairro pela ONG. Porém, para o poder público municipal, ele é apenas um aglomerado, registrado como uma extensão do bairro Nossa Senhora das Graças.

Nesse ponto, fica claro que a Asdog não leva em conta para a formulação de seus documentos a definição utilizada pelo poder público. A partir de análise do “Projeto Comunidade Viva em Ação”, do ano 2005, que foi encaminhado à Secretaria Nacional de Secretaria Pública, órgão do Ministério da Justiça, a Prefeitura de Governador Valadares reconhece o Morro do Carapina e o Morro do Querosene como aglomerados: “Compondo o espaço territorial da cidade de Governador Valadares, Carapina e Querosene fazem parte de um aglomerado que inclui os bairros Nossa Senhora das Graças, Santa Helena, Santa Efigênia e Maria Eugênia” (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p.5).

Todavia, mesmo aparecendo com nomenclaturas diferentes – para o poder público, aglomerado que engloba bairros; para a Asdog, apenas bairros –, os espaços geográficos referenciados pelos dois atores, de forma distinta, significam, literalmente, a mesma área. A região, que é separada do Centro de Governador Valadares pela linha férrea da mineradora Vale, para os dois atores, apresenta baixos índices de desenvolvimento social e econômico e, por isso, justificam-se as atuações de uma ONG, classificada como de Assistência Social, e de um programa também com base em assistência social na região, o “Comunidade Viva em Ação”.

A figura 1 ilustra a localização da região do Carapina na cidade de Governador Valadares, ressaltando sua proximidade à área central.

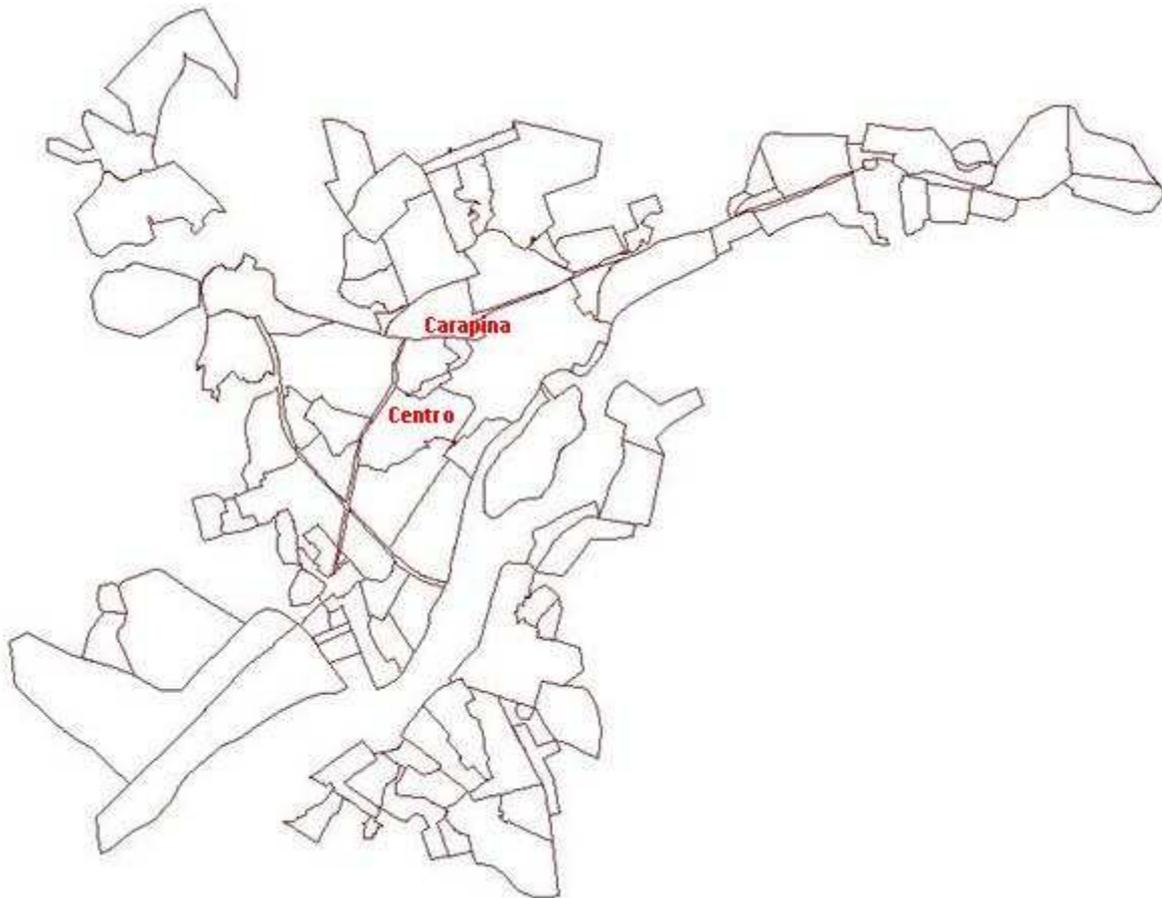


Figura 1 – Região do Carapina – Governador Valadares, 2010.

Fonte: 8ª Região da Polícia Militar (RPM), disponibilizado em Diagnóstico Geral de Governador Valadares, documento elaborado pela Polícia Militar.

A região do Carapina, segundo informações do IPEA/FAGV (2004), tinha, no início dos anos 2000, população de 23.467 habitantes, o que, correspondia a 10,3% da população total de Governador Valadares. Hoje, de acordo com o setor de cadastro da prefeitura municipal e com o último levantamento apontado em novo Plano Diretor, ainda em fase de aprovação, somente o Morro do Carapina soma 7991 pessoas, 1880 residências e 155 estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, em uma área espacial de 365.018 m².

O Morro do Carapina, onde está situada a sede da Asdog, traz, desde o início da sua história, a falta de infraestrutura como uma de suas características, corroborando a indicação

do poder público de que essa área é um aglomerado ou sinônimo de caracterização de uma favela. Em um Guia Cultural produzido e publicado pela ONG “Favela é Isso Aí”³, a história do Carapina, narrada a partir de entrevistas com os próprios moradores, revela a grande dificuldade de sua população para morar nesse espaço, já que há problemas de infraestrutura e ausência de ações do poder público. Esse fato rendeu espaço, desde cedo, para entrar em cena a participação da sociedade civil na busca de melhorias para o Morro.

O MÉTODO

Esta pesquisa se apresenta como um estudo de caso, que traz como valor, de acordo com Triviños (1987, p. 111), “o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas”.

O objetivo, com o uso do método estudo de caso, é retratar a realidade de forma completa e profunda, revelando as diversas dimensões do problema. Por isso, foram utilizadas duas fontes de informação: análise documental e entrevistas semiestruturadas.

[...] a entrevista semiestruturada, em geral, é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, sem seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo, à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 3)

³ No momento, um novo projeto de resgate da memória histórica é desenvolvido no Morro do Carapina pela ONG “Núcleo Cidade Futuro”, em parceria com o curso de História da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). O convênio do projeto foi assinado no mês de fevereiro de 2012.

PESQUISA

Os dados deste trabalho foram coletados em espaços diferentes. Um deles corresponde à área de atuação da entidade do Terceiro Setor, a Asdog, especialmente, a sede da entidade no Morro do Carapina. Repartições públicas da Prefeitura, principalmente a Secretaria Municipal de Assistência Social, que é o órgão do poder público municipal, que atua na mesma área da Asdog, também foram locais que serviram para o recolhimento de informações.

O grupo de pessoas abordado neste estudo é composto de funcionários da Asdog; de moradores atendidos por essa ONG; de representantes do poder público municipal, principalmente, pertencentes à Secretaria de Assistência Social; e de funcionários do “Programa Comunidade Viva em Ação”, que tem linha de trabalho semelhante à da Asdog. Além disso, por entender que a história de atuação da entidade no espaço onde está inserida também precisa ser destacada e, por terem sido encontrados poucos documentos de informação de sua história, foi preciso também trabalhar com entrevistas semiestruturadas, através de um conjunto de pessoas identificadas como “informantes qualificados”. Essas pessoas foram escolhidas de maneira arbitrária, a partir do julgamento de interesse do pesquisador para o desenvolvimento da pesquisa, levando em conta a indicação de moradores da região do Carapina e de funcionários da Asdog. Para as entrevistas com os informantes qualificados, utilizou-se o método história oral, que pode ser definido como

[...] uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a Sociologia e a Antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele. [...] A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. (JOËLLE ROUCHOU apud PORTELLI, 1997, p. 175)

A amostra desta pesquisa foi não probabilística intencional, ou seja, seus elementos, tanto documentais quanto entrevistas, foram escolhidos de maneira arbitrária, a partir do julgamento de interesse do pesquisador para o desenvolvimento da pesquisa. Serviram como informantes qualificados os moradores mais antigos da região do Carapina, especialmente do

Morro do Carapina; os ex-atendidos pela Asdog; e os ex-funcionários dessa mesma instituição. Também foram entrevistados ex-funcionários e atuais funcionários da ONG “Fundo Cristão para Crianças” (FCC), instituição que se relaciona de maneira direta com a criação da Asdog e representa um de seus financiadores em potencial.

A coleta de dados começou no mês de janeiro de 2011, sendo realizadas entrevistas com os chamados “informantes qualificados”. A partir de junho de 2011, começaram a coleta de registros documentais e, posteriormente, de entrevistas com representantes da Asdog, com moradores atendidos por ela e com representantes do poder público municipal. A etapa de entrevistas, considerando aquelas feitas com informantes qualificados, estendeu-se até o mês de março deste ano, quando foi efetuada a última entrevista com um informante qualificado do FCC.

Para realizar a pesquisa dos documentos da Asdog (atas, estatutos e regimentos), eles foram digitalizados, visto que a Associação não permite que tais registros saiam da sede. Já o poder público municipal disponibilizou uma cópia do documento do “Projeto Comunidade Viva em Ação”. Ao todo, foram analisadas 554 páginas de atas de reuniões entre diretoria e coordenação da ONG Asdog, entre os anos 1997 e 2011, período que a entidade dispõe de arquivo documental. Além disso, trabalhou-se com: textos dos estatutos dos anos 1995, 2000, 2001, 2003 e 2010; textos dos regimentos internos dos anos 2005 e 2010, todos os documentos disponíveis no arquivo da Associação; e texto do “Projeto Comunidade Viva em Ação”, do poder público municipal do ano 2006.

Na análise dos documentos, separaram-se, primeiramente, todos os trechos que se enquadravam nas seguintes categorias: a) para a Asdog: visão institucional, caracterização da região do Carapina, caracterização dos atendidos/moradores do Carapina e caracterização da atuação do poder público; b) para o poder público: visão institucional, caracterização da região do Carapina, caracterização dos moradores do Carapina e caracterização da atuação da Asdog; c) para os moradores: caracterização da atuação da Asdog, caracterização da atuação do poder público, caracterização da região do Carapina e dos próprios moradores desse espaço.

Já em relação às entrevistas, foram realizadas: a) três, de caráter semiestruturado, com funcionários da Asdog; b) três entrevistas semiestruturadas, com funcionários públicos, que atuam na mesma área e espaço da ONG; c) quatro entrevistas semiestruturadas, com moradores da região do Carapina atendidos pela ONG; d) oito entrevistas semiestruturadas, com informantes qualificados sobre a história da Asdog. Todos os entrevistados foram procurados individualmente e informados sobre a pesquisa e seu objetivo. Todas as

entrevistas foram gravadas e depois transcritas, somando um total de 94 laudas – exceto três, feitas com informantes qualificados, realizadas via *email*, em que não há áudio. Os funcionários da Asdog foram entrevistados na sede da entidade, que se localiza no Morro do Carapina. Já os servidores públicos cederam informações no local em que trabalham: dois deles na região do Carapina e, outro, na Secretaria Municipal de Assistência Social. Por fim, os moradores foram entrevistados em suas casas. Todos os entrevistados consentiram, assinando termo de autorização, para citação de seus nomes.

Para utilizar a Asdog como objeto deste estudo, levou-se à sua coordenação a proposta da pesquisa que, posteriormente, foi apresentada aos membros da diretoria da instituição para apreciação e aprovação. Foram necessárias duas aprovações, já que, no período de desenvolvimento da pesquisa, cerca de um ano, novos membros foram eleitos para a diretoria, os quais deveriam autorizar a continuidade do trabalho.

Desde o início deste trabalho, realizaram-se cerca de 20 visitas ao Morro do Carapina, sendo que uma delas foi totalmente guiada por um morador do local. No momento de colher informações com os moradores, foi preciso ter o acompanhamento de alguém que morasse nesse espaço, por questão de segurança.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este estudo, além desta introdução, é composto por mais quatro capítulos e pelas considerações finais. No primeiro capítulo, abordam-se algumas questões, principalmente teóricas, que envolvem os objetos desta pesquisa: a ONG Associação Samuel Domingues Gomes (Asdog), os moradores de seu entorno e os representantes do poder público municipal que atuam nesse espaço. Primeiramente, destaca-se a trajetória do Terceiro Setor, principalmente no Brasil, realizando uma breve análise sobre o seu papel no sistema capitalista globalizado. Assim, também já terá espaço nesse primeiro capítulo a relação entre Terceiro Setor e Estado (Primeiro Setor), visto que o poder público aparece, muitas vezes, como o potencializador das ações do Terceiro Setor, e, conseqüentemente, como o fortalecedor das Organizações Não-Governamentais. O conceito de território e suas conexões também serão tratados nessa primeira parte. Tudo isso contribui para o entendimento da existência dos chamados “territórios-carentes” e “territórios-providência”, que podem ser enxergados na atuação de um dito “Estado-Providência” ou de uma “sociedade-providência”.

No segundo capítulo, faz-se um estudo sobre a relação entre imagem e produção do território, a partir das perspectivas de Raffestin (1993) e de Baczko (1986). Além disso, apresenta-se o estudo feito, através das entrevistas, das análises de documentos e da imagem do ator Associação Samuel Domingues Gomes, ou seja, do território produzido e vivido pela Asdog sobre o espaço do Carapina.

Já no terceiro capítulo, são investigadas as imagens sobre o espaço de atuação da entidade, construídas pelos outros dois sujeitos (moradores e poder público), ligados diretamente à Asdog e ao território-carência conformado por ela, ou seja, analisam-se os territórios desses dois atores.

No quarto e último capítulo, apresenta-se a relação entre as três imagens estudadas no capítulo anterior, apontando as possíveis semelhanças, divergências e conflitos entre elas sobre um mesmo espaço, o que, por fim, revela o retrato do território de atuação da Asdog. Destaca-se, desse modo, a participação dos três atores na formação e na manutenção desse território.

1 ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES: RETRATO DA CIDADANIA CAPITALISTA E GLOBALIZADA EM UM TERRITÓRIO

Atualmente, o voluntariado se apresenta como uma virtude social. É só pensar em uma entrevista de emprego ou em uma montagem de currículo profissional para logo aparecer o espaço destinado a preencher dados da prestação de trabalhos voluntários. Em pesquisa publicada no livro “Doações e Trabalho Voluntário no Brasil – uma pesquisa” (LANDIM; SCALON, 2000), detectou-se que 22,6% dos brasileiros doam alguma parte do seu tempo para ações de ajuda a alguma entidade ou a pessoa fora de suas relações mais próximas. Já os que fazem voluntariado apenas em instituições, os dados apontam um percentual de 16%, com uma média de seis horas mensais de ajuda.

Para Landim (2001, p. 4), “a doação de tempo e dinheiro como algo significativo na agenda da ação social é fato bem recente”, tendo destaque e visibilidade para a opinião pública. O que ela chama de “epidemia voluntária” conta com a força dos meios de comunicação atuais, através da qual a velocidade e a quantidade de informação estão cada vez maiores e tornam-se importantes na vida social. Não ficam também de fora, na participação dessa supervalorização, os projetos sociais do governo, nacionais ou internacionais.

Não era assim. Isto é, havia nas nossas sociedades fenômenos que podemos reconhecer ou traduzir como sendo voluntariado e doações [...], mas não se constituíam como questão de tamanho relevo na cena pública. Mais uma vez, estamos diante de processos a meu ver variados e polissêmicos, quanto aos seus significados e possíveis consequências sociais. (LANDIM, 2001, p. 4)

Dahrendorf (1992) destaca o trabalho como a mais importante obrigação social de um cidadão no século XX, mas, no século XXI, pode-se afirmar que o trabalho voluntário tem seu lugar exaltado dentre “as obrigações comuns da cidadania” (DAHRENDORF, 1992, p. 47). O que esse autor (ibidem) destaca como uma das ações de cidadania parece ganhar mais força do nunca.

A virtude do trabalho voluntário revela o significativo trabalho das Organizações Não-Governamentais (ONG's) na sociedade contemporânea, global, também denominado Terceiro

Setor. Em um curto espaço de tempo, entre os anos 1996 e 2002, de acordo com pesquisa⁴ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) passou de 107 mil para 276 mil entidades. Isso mostra um crescimento, em apenas seis anos, de 157% no número de ONG's sem fins lucrativos no Brasil.

Atentando para as definições co-relacionadas às do Terceiro Setor, Scherer-Warren (2006) enfatiza a distinção entre sociedade civil e esse termo. O nome “Terceiro Setor” vem sendo utilizado para fazer referência a grupos organizados da sociedade civil, que comungam dos mesmos interesses e das mesmas demandas. Entre os integrantes do setor, encontram-se diversas nomenclaturas para as Organizações Não-Governamentais (ONG's): associações, fundações e entidades filantrópicas, educativas, ambientais, culturais etc. De acordo com o autor, “às vezes, também, a sociedade civil é tratada como sinônimo de ‘terceiro setor’, mas isso não é adequado e comporta certa ambiguidade” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110). Assim, a sociedade civil compartilha características com o Terceiro Setor, mas vai além dele.

O termo terceiro setor tem sido empregado também para denominar as organizações formais sem fins lucrativos e não-governamentais, com interesse público. A sociedade civil inclui esse setor, mas também se refere à participação cidadã num sentido mais amplo. [...] a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os valores da cidadania se organiza em cada sociedade para encaminhamentos de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110)

Apesar da identificação do Terceiro Setor por meio de diversas nomenclaturas, destaca-se que, legalmente e explicitado pela Lei 9.867/99, ele é composto apenas por associações, fundações e cooperativas (TEIXEIRA; CORDEIRO, 2007). Além disso, essa Lei destaca a definição, ou melhor, o uso indevido da nomenclatura ONG, no seu sentido emancipador, quando ele representa uma característica – Organização Não-Governamental. Portanto, é insustentável a utilização das palavras ONG e associações, fundações e cooperativas distintamente, já que a primeira é somente a designação das seguintes.

Essas Ong's, ao contrário do que parece acontecer, a partir dos anos de 1970, por exemplo, nos Estados Unidos, em que se fala em crise do associativismo, queda no número de

⁴ Para a realização da pesquisa, o IBGE e o IPEA contaram com a parceria da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). O estudo, intitulado “As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002”, foi publicado em 2004.

entidades e participação em associações, nas sociedades latino-americanas, para LANDIM (2001), nestas últimas décadas, o associativismo vem crescendo e se fortalecendo. Principalmente, a partir da década de 1990, especialmente no Brasil em que há o crescimento de articulações e de parcerias para a criação e a manutenção de iniciativas populares ou público-privadas, as ONG's, tentando promover o social, ganham destaque.

Ao evidenciar o caso do Brasil, cabe fazer um breve relato sobre o histórico das formas de organização da sociedade civil, passando dos movimentos sociais às ONG's, a partir da década de 1970 até hoje. Essa descrição é importante para entender o como e o porquê as pessoas se organizaram e organizam-se na tentativa de intervir no sistema social, formando a “epidemia voluntária”.

Nas duas primeiras décadas do referido período, o destaque vai para os movimentos sociais, que, segundo Gohn (2008, p. 14), podem ser definidos como a “a expressão de uma ação coletiva (que) [...] decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”. Em conformidade com essa autora, a atuação dos movimentos sociais pode ser analisada sob a forma de três correntes: a) marxista, que privilegia o aspecto econômico, levando em conta os processos históricos globais das contradições materiais e das lutas entre as classes sociais; b) culturalista-identitária, que introduziu o termo “novos movimentos sociais”, ressaltando que as novas ações abrem espaços sociais e culturais e inserem, na cena pública, sujeitos e temáticas como mulheres, jovens e índios, o que, por sua vez, critica o excesso de valorização da abordagem econômica e destaca a questão da identidade dos movimentos; c) institucional-organizacional-comportamentalista, que foca os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias como explicações para as ações coletivas dos movimentos sociais.

Na década de 1970, a noção de comunidade foi o princípio da organização política popular para a conquista de direitos sociais e econômicos na América Latina e, especialmente o cenário político brasileiro, de Ditadura Militar, gerava entusiasmo em relação à força de atuação dos movimentos sociais. Nessa época, a organização foi o caminho encontrado para reivindicar mais participação social e política do povo. (GOHN, 2008)

Na década de 1980, os movimentos sociais se pautaram no discurso da cidadania, mas as ações se efetivaram no campo da reivindicação, das demandas e dos pressionamentos por meio de lutas da sociedade a fim de garantir o direito de igualdade a todos. Esse período aparece como o auge de atuação da sociedade brasileira organizada em movimentos sociais. A inclusão de direitos fundamentais na Constituição Brasileira de 1988 revelou a força do trabalho voluntário do povo para o povo. Tal fato aparece como a conquista de um espaço político e social da sociedade civil organizada.

Mas a década de 1990 é quem trouxe novidades em relação à maneira de promover justiça social. Os movimentos sociais perderam o entusiasmo e o Terceiro Setor tomou a dianteira no cenário social do país, atuando nas mais diversas áreas, desde a defesa dos direitos humanos à defesa do meio ambiente. A ação da sociedade, organizada em Terceiro Setor, deixou de destacar o campo político, que também era foco das reivindicações dos movimentos sociais, principalmente nas duas últimas décadas, e despontou no campo da filantropia⁵.

Mesmo tendo como estampa a generosidade humana, sentimento movedor das ações da caridade cristã, o pano de fundo de muitas ações das ONG's revela a utilidade de promoção social, contrariando a ideia de fazer o bem proposto pela caridade cristã, que tem “o anonimato como valor máximo” (SANGLARD, 2003, p. 2). A publicidade, para deixar visível e valorada a ação, torna-se instrumento de uso da atividade filantrópica que, hoje, está espalhada em todo o Brasil, aparecendo, muitas vezes, como as famosas ações de responsabilidade social de empresas e de cidadãos da classe alta, por meio das fundações.

Essas fundações são os novos campeões da cidadania no Brasil. Tal como nos setores do Estado ocupados pelas forças neoliberais, esse discurso da cidadania é marcado pela total ausência de qualquer referência a direitos universais ou ao debate político sobre as causas da pobreza e da desigualdade [bandeira dos movimentos no final dos anos de 1980 e início de 1990]. Uma das consequências é o deslocamento dessas questões: tratadas estritamente sob o ângulo da gestão técnica ou filantrópica, a pobreza e a desigualdade estão sendo retiradas da arena pública (política) e do seu domínio próprio, o da justiça, igualdade e cidadania. (DAGNINO, 2004, p. 107)

García Canclini (2001) destaca o papel dos Estados Unidos, nas últimas décadas, para o desenvolvimento do modelo de participação que se sustenta mais pelo consumo do que pelo exercício da cidadania. No caso do Brasil, ao fazer a linha do tempo das relações dos países latino-americanos com o mundo globalizado, considera-se que, esse país passou da situação de colônia europeia para a de subordinação ao imperialismo norte-americano. Agora, vem assumindo posição “periférica e dependente dentro de um sistema mundial de intercâmbios desiguais disseminados” (GARCÍA CANCLINI, 2001, p. 13). Apesar de defender a

⁵ “A filantropia pode ser entendida, grosso modo, como a laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, e que teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas. O “fazer o bem”, o socorro aos necessitados, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social; e a generosidade é entendida pelos filósofos ilustrados como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar, doar largamente, daí a forte presença das grandes fortunas entre os principais filantropos”. (SANGLARD, 2003, p. 2)

necessidade de análise das práticas culturais em cada país, ou em cada região, e partindo do ponto de vista que a globalização, hoje, é um processo englobante, aberto às diversas influências culturais, García Canclini (2001) destaca a influência estadunidense nas práticas sociais dos países da América Latina e em suas ações de participação e de exercício da cidadania.

É inegável que, nas últimas décadas, a intensificação das relações econômicas e culturais com os Estados Unidos impulsiona um modelo de sociedade no qual muitas funções do Estado desaparecem ou são assumidas por corporações privadas, e a participação social é organizada mais através do consumo do que mediante o exercício da cidadania. O desenvolvimento eficiente de nossas democracias, sua instabilidade e o claro cancelamento dos organismos de representação da cidadania pelas ditaduras das décadas de 70 e 80 colaboraram para que esta mudança de modelo metropolitano reduzisse as sociedades civis latino-americanas a conjuntos atomizados de consumidores. (2001, p. 14)

Esse rearranjo dos países no mundo global, para Dagnino (2004, p. 108), é traduzido no modelo neoliberal, que, segundo a autora,

[...] operaria não apenas com uma concepção de Estado mínimo, mas também com uma concepção minimalista tanto da política como da democracia. Minimalista porque restringe não apenas o espaço, a arena da política, mas seus participantes, processos, agenda e campo de ação.

Para analisar esse novo modelo de sociedades globalizadas, García Canclini (2001) estabelece um estudo sobre as identidades, as quais, segundo ele, passaram de modernas para pós-modernas. Apesar de ressaltar que o termo “pós-moderno” traz incômodo, esse autor o utiliza para descrever que as identidades contemporâneas são transterritoriais, onde o Estado tem menos influência do que os mercados. O consumo ultrapassa a simples função e significação de mercado e incorpora valor à vida social, tendo também valor cognitivo “útil para pensar e agir significativa e renovadoramente na vida social” (GARCÍA CANCLINI, 2001, p. 92). Definido como “o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos” (GARCÍA CANCLINI, 2001, p. 77), o consumo aparece como um exercício refletido da cidadania. A ascensão dos consumidores à condição de cidadãos está, justamente, na concepção de consumo para além da troca de mercadorias, isto

é, como interação sociocultural complexa e apropriação coletiva, em que há relação de solidariedade e distinção com os outros.

Dagnino (2004) afirma que a base das ações do Terceiro Setor é o exercício da cidadania. A afirmação não só é importante como também aponta o “desacobertamento”, no contexto da globalização, de uma sociedade civil mundial, na qual quem parece estar no topo do organograma de funcionamento são as macroempresas globais, projetando a tarefa de reivindicação do espaço público fora do âmbito de cada nação. “Conceber o exercício da cidadania somente em nível local ou nacional é o equivalente político de enfrentar a Sony e a Nestlé com estratégias varejistas” (GARCÍA CANCLINI, 2001, p. 280).

Seja uma nova forma de caridade; seja uma maneira de reafirmar *status* social⁶ (MARSHALL, 1967), ao levantar que as pessoas se unem em grupos “multiligados”⁷, como as associações, para trabalhar um fim específico; e seja mais um resultado de busca de maximização de lucros no sistema capitalista (DAGNINO, 2004), o Terceiro Setor se tornou um fenômeno mundial. No Brasil, foco deste estudo, ele tem um aliado em seu fortalecimento: o Estado neoliberal.

A noção de Estado neoliberal, em que a ideia de livre mercado, menor interferência do Estado na economia, já se tornou, praticamente, no tempo da globalização, senso comum, parece ultrapassar o mundo da economia, e também valer para a vida social. É que as rédeas do presente e do futuro parecem estar nas mãos de todos, quando desempenham o papel de cidadãos, engajados em instituições e em projetos sociais de interferência na realidade.

Ao fazer esse apontamento, cabe trazer a discussão feita por Reis (2002, p. 121) sobre o mundo do institucionalismo, em que “o que mais conta é a vida colectiva, a evolução, a presença dos agentes activos”. E, para o autor, tratar de institucionalismo é o mesmo que perceber que o mundo da economia é o da regulação, e que economia é processo de vida.

[...] o mundo que obriga a compreender que – no vazio intelectual criado por uma economia que não veja para além da mecânica abstracta de uma engenharia econômica – encontramos afinal realidades complexas em que há mercado, há Estado, há empresas e hierarquias empresariais, há associação de interesses e há comunidades activas e que todas são formas institucionais da macroeconomia. (REIS, 2002, p. 120)

⁶ “O *status* social, então, é a participação num grupo “multiligado” cujos vários critérios (ou dimensões) são valorados, pesados e combinados de modo a produzir uma única avaliação” (MARSHALL, 1967, p. 121).

⁷ Marshall (1967, p. 119) utiliza as palavras de Sorokin para definir o que é grupo multiligado. Ele define tal grupo como “a totalidade de pessoas em interação, unidas por dois ou mais traços ‘uniligados’ (valores, significados ou normas)”.

Mas, todas as formas de instituições só ganham sentido a partir do momento em que estabelecem relações, integram-se e inserem-se em uma configuração social, ou seja, num sistema social de produção (REIS, 2002). No mundo contemporâneo, isso equivale ao capitalismo globalizado.

A globalização é a etapa superior e inevitável do capitalismo (GARCÍA CANCLINI, 2003). Para Giddens (2003), ela não é um processo singular, mas um conjunto complexo de processos. E, a fim de entender o tamanho da globalização, Reis (2002) defende que, primeiramente, esse fenômeno não pode ser reduzido ao mundo da finança, da rapidez comunicacional e de padrões globalizados de cultura e de consumo. Um dos pontos importantes para compreendê-la é pensar o papel dos Estados-nação, que teve seus números aumentados com os processos de descolonizações e de fragmentação de entidades estaduais federais. Na contramão desse crescimento, vê-se a “intensificação dos processos de integração econômica, a formação de blocos de cariz transnacional e a cada vez maior importância das regulações supranacionais” (REIS, 2002, p. 110).

O que existe é um remodelamento no papel do Estado-nação. Ao destacar o caso da América Latina, percebe-se que, enquanto no século XIX muitas sociedades viviam o processo de consolidação de uma nação homogênea, a construção de um Estado todo poderoso hoje presencia sua profunda modificação (ACHUGAR, 2006). “Nacionalismos locais brotam como uma resposta a tendências globalizantes, à medida que o domínio de estados nacionais mais antigos enfraquece” (GIDDENS, 2003, p. 23).

É nesse ponto, de nacionalismos locais, que entra a questão do conhecimento e do reconhecimento levantada por Martín-Barbero (1997, p. 259), quando analisa a importância das mediações nos processos de comunicação. Na era da comunicação de massa, da disseminação de uma dita cultura global por um processo de transnacionalização⁸, as diferenciações na interpretação das mensagens estão, justamente, no reconhecimento, segundo a lógica da diferença, de verdades culturais e de sujeitos sociais (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 259), e não na lógica de pura acumulação. Ao afirmar que Estados-nação não desaparecem

⁸ Giddens usa o tipo de organização da União Europeia para exemplificar o que é um processo de transnacionalização. Ao compará-la com as Nações Unidas, o autor deixa transparecer o ponto central da questão: transnacionalização está do lado contrário da promoção do estado-nação. “As Nações Unidas, como seu próprio nome indica, são uma associação de estados-nações. Pelo menos por enquanto, ela raramente contesta a soberania das nações, e na verdade seu estatuto afirma que não o deve fazer. A União Europeia é diferente. (...) O importante no caso da EU não é o fato dela se localizar na Europa, mas de estar propondo de forma pioneira um tipo de governo transnacional. Ao contrário do que dizem alguns de seus defensores e críticos, ela não é um estado federal ou um superestado-nação. Mas, tampouco, é uma mera associação de nações. Os países que ingressaram na EU tiveram para tanto de abdicar voluntariamente de parte de sua soberania”. (GIDDENS, 2003, p. 89)

com a globalização, apenas se reformulam, ratifica-se que o local não se apaga com o global; ao contrário, eles se fundem e interagem⁹.

A economia do conhecimento e da aprendizagem é, portanto, um dos primeiros factores de localização – um dos recursos do território (...) a questão principal do conhecimento reside na sua “apropriação” e “armazenagem” e não apenas na sua circulação através das redes materiais. (REIS, 2002, p. 126)

Para Ortiz (2009), é preciso entender o que significa o termo “conexão”, que parece ser o princípio da lógica da globalização. Existe, sim, um sistema mundial de comunicação que possibilita o contato entre os mais diversos lugares distantes do planeta. São satélites, internet, computadores, telefones e diversas outras invenções do mundo globalizado, através dos quais as distâncias parecem desaparecer. Mas, o mundo está interconectado, e não, necessariamente, integrado: “[...] não devemos esquecer que a noção de conexão é de natureza técnica. Sua materialidade não garante a integração entre as pessoas, ela não gera uma ‘consciência coletiva global’” (ORTIZ, 2009, p. 247).

Apesar de essa conectividade não gerar integração, as tendências transnacionais e globalizantes são proponentes da criação de órgãos supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e de outras tantas iniciativas governamentais e não-governamentais, que criam um sentimento acima dos limites territoriais e nacionais e sustentam certa “cidadania planetária” (ORTIZ, 2009). O trabalho, que se mostra contraditório como o próprio processo globalizante, é de defesa da igualdade e de reconhecimento das diferenças. O discurso e as ações ultrapassam o campo do particular e, mais uma vez, a globalização pode ser sentida em outra tendência, a de ação coletiva/massiva, a de solidariedade, ou seria, em outro campo do sistema, o do Terceiro Setor.

⁹ Há uma interação que, para Reis (2002), fundamenta a utilização do termo “glocal”.

1.1 O NOVO ATOR: TERCEIRO SETOR – SUJEITO DE DESTAQUE

As ONG's podem refletir o que a globalização, com seu processo integrador e diferenciador, propõe para a sociedade contemporânea. Elas estão disseminadas por toda parte do mundo, desde as associações de bairros, em que o critério para participação é o de localização, às redes internacionais de promoção do bem-estar social, em que o requisito mais valioso para se tornar um membro pode ser identificado como a vontade de fazer o bem. O sentimento de solidariedade move as ações das pessoas, que parecem estar, ao mesmo tempo, cumprindo um dever social, o de serem cidadãs e voluntárias na construção de uma sociedade mais justa, e reafirmando a lógica capitalista, que pode ser enxergada ao focar as formas de organização da sociedade civil.

Durante quatro décadas, a luta pela igualdade social teve suas raízes transformadas no Brasil. Nas décadas de 1970 e de 1980, as ações dos movimentos sociais (na sociedade civil organizada) puderam ser vistas como rebeldes, revelando, em grande maioria, um avesso ao capitalismo. Elas se ancoraram em discursos de transformação da estrutura da sociedade, ou seja, na busca de justiça social. Com a chegada do Terceiro Setor, mais fortemente a partir da década de 1990, percebeu-se que a transformação social foi buscada, mas não houve luta pela superação do capitalismo. Existiu o trabalho para que as pessoas que constituíam essa sociedade capitalista tivessem uma vida melhor, garantindo-lhes acesso ao mundo de consumo, pois, conforme lembra García Canclini (2001), um exercício de cidadão do mundo global capitalizado é se apropriar e usar os produtos.

Desde a década de 1990, a luta da maioria das ONG's é agir sobre o urgente, buscando, como resultado, o bem-estar social do tempo presente, e, por vezes, executando um dever que é do Estado. Reconhecido como parceiro, o Estado investe recurso nas ONG's e passa a ser incentivador da “onguização” do país. Mais do que espaço para promoção de ações sociais, o Terceiro Setor virou fonte de emprego e movimentador da economia, contribuindo para a manutenção da sociedade capitalista.

Em 2002, o papel mercadológico assumido pelo Terceiro Setor foi evidenciado no cenário econômico do Brasil. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas e do SIAF (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), no ano 2000, o Terceiro Setor se responsabilizava por 5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil – uma participação

superior a de setores expressivos da economia brasileira, como a indústria de extração mineral.

Para Dagnino (2004), no campo das ações populares, nos últimos anos, há uma redução do significado coletivo de cidadania – empreendida, anteriormente, pela sociedade civil organizada em movimentos sociais – para uma noção individualista. A política de assistência social do Estado, que é sentida mais fortemente nos últimos dez anos¹⁰, já conta, em sua gênese, com a participação de ações das ONG's e dos cidadãos solidários. Os chamados “conselhos representativos de segmentos”, como de deficientes físicos, da criança e do adolescente, estão presentes nos momentos de formulação, de fiscalização e, até mesmo, na aplicação das políticas públicas, visto que esses órgãos participam da decisão de onde e de como investir recursos do governo¹¹.

A parceria entre sociedade civil organizada, especialmente Terceiro Setor, e poder público, revela a combinação de forças para produzir ações de manutenção do sistema capitalista, em que o poder de consumo é critério para avaliação de competências cidadãs. O que se enxerga é a redução do papel do Estado, o garantidor de direitos de fato, fortalecendo o já citado Estado neoliberal, com uma rede de parcerias entre público, privado e sociedade civil para a promoção da cidadania e de oportunidades à inclusão social. Nesse momento, o destaque vai para o Terceiro Setor, que já se tornou um sujeito importante do sistema global.

Para verificar a importância das ONG's e a constatação da ideia de integração entre global e local na promoção de ações voluntárias, cidadãs ou de “cidadania planetária” (ORTIZ, 2009) e, ainda, o fortalecimento das parcerias entre Primeiro e Terceiro Setores, será feito um breve estudo de caso. Nele, será destacada a atuação da Associação Samuel Domingues Gomes (Asdog), localizada em Governador Valadares. Primeiramente, torna-se interessante apresentar a representação desse tipo de ONG para o poder público, o que, de fato, já caracteriza e reforça sua importância, atualmente, para o entendimento e a manutenção da sociedade por parte do Estado.

¹⁰ Em 2005, o Governo Federal implantou o Sistema Único de Assistência Social, que tem como principal objetivo organizar os serviços sócio assistenciais no Brasil.

¹¹ No leque de possibilidades de investimentos, as entidades e os projetos sociais estão sempre presentes.

1.2 AS ONG'S NO BRASIL: UM RETRATO ENCOMENDADO PELO ESTADO

Em 2008, o Governo Federal publicou a pesquisa “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2005”. A produção do estudo trouxe um pouco da realidade do cenário político-social do país: parcerias entre poder público, entidades não-governamentais e iniciativa privada. A pesquisa, realizada pela segunda vez no país – a primeira foi em 2002, com publicação em 2004 – contou com o apoio da ONG ABONG e do grupo formado por iniciativa privada, o GIFE. O objetivo do levantamento foi mostrar um retrato completo das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) no Brasil.

Desde sua promulgação [Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã] e ao longo da década de 1990, a participação da sociedade civil organizada ganhou evidência e observa-se nos anos recentes o crescimento dos mais variados arranjos entre o Estado e as organizações da sociedade na coordenação e controle das políticas de caráter público, particularmente aquelas do campo social. Passados 20 anos de vigência da Constituição Federal brasileira, ganha relevo a necessidade de um maior e mais profundo conhecimento sobre o papel público dos segmentos organizados da sociedade civil. (IBGE, 2008, p. 9)

Cabe destacar que, na primeira pesquisa, um dos pontos principais do estudo foi revelar que, em 2002, existiam, no Brasil, 500 mil entidades privadas, consideradas, pelo sistema cadastral, como sendo sem fins lucrativos. Mas, na verdade, 224 mil delas eram, essencialmente, de cunho mercantil. Por isso, esse estudo destacou a importância da criação do termo “FASFIL”, a seleção e a apresentação dos critérios de identificação das entidades. Já na pesquisa realizada em 2005, e publicada em 2008, o número de entidades privadas em fins lucrativos, apresentando características mercantis, somou apenas 263 mil instituições.

Foram consideradas FASFIL as organizações registradas no CEMPRES (Cadastro Central de Empresas) como Entidades sem Fins Lucrativos, levando em conta o código de natureza jurídica, que, no caso brasileiro, corresponde a três figuras jurídicas dentro do novo Código Civil: associações, fundações e organizações religiosas¹². Assim, são nomeadas

¹² “As associações, de acordo com o art. 53 do novo Código regido pela Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não-econômicos. As fundações são criadas por um instituidor, mediante escritura pública ou testamento, a partir de uma dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. E, também, as

FASFIL pelo governo federal, e de acordo com o estudo apresentado, as entidades sem fins lucrativos, enquadradas nas seguintes categorias: organização social; Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); outras fundações mantidas com recursos privados; filial, no Brasil, de fundação ou de associação estrangeira; organização religiosa, comunidade indígena, e outras formas de associação. Nesse mesmo estudo, a classificação foi feita a partir das finalidades das instituições como habitação, cultura e recreação, saúde, religião e assistência social.

Essas organizações têm como principal característica o fato de serem voluntárias, autônomas e privadas, sendo constituídas por cidadãos e cidadãs que se reúnem livremente em torno de objetivos coletivos comuns. Observou-se que as instituições que atendem simultaneamente a estes cinco critérios enquadram-se nas figuras jurídicas de fundações privadas ou associações sem fins lucrativos. (IBGE, 2004, p. 49)

Já na introdução dos dois estudos, tanto o publicado em 2004 quanto em 2008, deixa-se claro que o governo e a sociedade precisam conhecer quem é e como atua o Terceiro Setor que, a cada dia, ganha mais força no Brasil e no mundo. A ideia é de que o associativismo é o caminho para o exercício da cidadania; para o cidadão intervir ou participar da realidade. (GOHN, 1997; DAGNINO, 2004)

Qual tem sido o grau de organização das instituições da sociedade civil? O que fazem as organizações da sociedade na formulação, no controle ou na execução de políticas públicas? Quais as características dessas entidades? Essas são perguntas que vêm ganhando força tanto no cenário internacional como no nacional. (IBGE, 2004, p. 10)

Ao comparar os dois levantamentos, percebe-se que, em apenas três anos, entre 2002 e 2005, o número de FASFIL saltou de 276 para 338 mil entidades. Isso significa um aumento de 22,6% no número de associações e de fundações sem fins lucrativos no Brasil. Se a comparação for feita entre os anos 1996 e 2005, observa-se um crescimento de 215,1% no número de FASFIL. O número passou de 107,3 mil para 338,2 mil no período.

organizações religiosas que foram recentemente consideradas como uma terceira categoria. Com efeito, a Lei nº. 10.825, de 22 de dezembro de 2003, estabeleceu como pessoa jurídica de direito privado as organizações religiosas, que anteriormente se enquadravam na figura de associações". (IBGE, 2002, p. 15)

Dentre os diversos números e características das FASFIL levantados, no Brasil, um que interessa especialmente este estudo é o que se refere às organizações de desenvolvimento e defesa de direitos, classificadas na área de assistência social, pois, essa é a classificação na qual se enquadra a ONG objeto desta pesquisa, a Asdog. No ano 2002, esse tipo de entidade ocupou o segundo lugar em quantidade, perdendo, apenas, para as de finalidade religiosa, que também podem apresentar, de acordo com o estudo (IBGE, 2004), atividades na área de ensino, cuidados com grupos socialmente vulneráveis e saúde. Foram mais de 32 mil entidades assistenciais no Brasil, em 2002. Já em 2005, as ONG's de assistência social somaram mais de 39 mil entidades. O crescimento foi de mais de 20%, entre 2002 e 2005. E, desde 1987, faz parte dessa estatística a Asdog, que, agora, torna-se foco de análise.

1.3 ASDOG

A história da Associação Samuel Domingues Gomes (Asdog) se confunde com a história da ONG estadunidense, de atuação internacional, Christian Children's Fund (Fundo Cristão para Criança)¹³ em Governador Valadares, especificamente na região do Carapina. Apesar de a Asdog ter sido criada em 1987, é reconhecida, na comunidade, como uma entidade com mais de 40 anos de atuação.

“Inicialmente, chamava-se Fundo Cristão para a Criança. O nome era este, não era Asdog. Todo o trabalho começou com o Fundo Cristão para a Criança. E o que era isto? Era uma ONG que era mantida por pessoas americanas”¹⁴. Esse é o começo da história da Asdog, contado por uma ex-atendida pela entidade, e que mais tarde foi uma de suas funcionárias, por dez anos. A ONG Fundo Cristão para Criança (FCC) está presente no Brasil desde 1966.

¹³ Em 1938, o americano Calvitt Clarke e sua esposa Helen, missionários presbiterianos, foram para a China com o intuito de amparar as crianças órfãs, vítimas da guerra sino-japonesa, com o apoio e os recursos enviados por amigos norte-americanos. Dessa forma, surgiu o sistema de apadrinhamento e o China Children's Fund (CCF). Diante dos resultados positivos alcançados no país, a organização se expandiu para outros países e mudou seu nome para Christian Children's Fund, mantendo a sigla CCF, pela qual ficou conhecida mundialmente. Devido à posição estratégica do Brasil na América do Sul e ao desejo de expansão do Christian Children's Fund, em 1966, foi inaugurado o primeiro escritório do CCF na América Latina. Com sede localizada em Belo Horizonte (MG), a agência de desenvolvimento infantil tinha, como objetivo, naquele período, atender crianças e adolescentes em situação de risco social na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Disponível em: <http://www.fundocristao.com.br/app/conteudo/quem-somos/2011/02/21/quem_somos,25/nossa-historia.shtml> Acesso em: dezembro de 2011.

¹⁴ JESUS, Maria Isabel. Depoimento recolhido por meio de entrevista realizada no dia 11 de janeiro de 2011, Centro, Governador Valadares – MG.

Governador Valadares, especificamente a região do Carapina, foi um dos primeiros lugares a receber as ações do FCC no país.

A base do trabalho do Fundo é o apadrinhamento de crianças pobres por pessoas, em sua maioria, estrangeiras, que mandam dinheiro todo mês para as famílias apadrinhadas. O recurso é entregue diretamente para as famílias, que investem no que acharem necessário. Além das mensalidades mandadas pelos padrinhos para as crianças, o FCC, durante sua história de atuação no Carapina, principalmente até a década de 2000, também investiu dinheiro na infraestrutura do local, como construção de escadarias e reformas de casas para famílias que moravam em áreas de risco¹⁵.

Até o ano 1987, o Fundo atuou na comunidade do Morro do Carapina com sede própria. A partir disso, o FCC mudou sua forma de trabalho. A comunidade foi incentivada a constituir associações, como conta uma ex-atendida da associação: “Então, eles reuniram as famílias e explicaram que a partir daquele momento todo o trabalho, tudo aquilo que era feito pelo Fundo Cristão iria ser feito pelas próprias famílias da comunidade”¹⁶.

Também em 1987 se criou a Associação Samuel Domingues Gomes (Asdog), gerida por diretoria, composta por representantes da comunidade da região do Morro do Carapina e eleita pelas próprias famílias atendidas na ONG¹⁷. Concretizada a associação, o FCC passou, então, a ser o maior parceiro-financiador das ações da Asdog, inclusive, mantendo o sistema de apadrinhamento de crianças pobres até os dias atuais. A associação recebeu o nome de um dos articuladores para a vinda das ações do FCC para Governador Valadares, o advogado Samuel Domingues Gomes, que morreu em um acidente de carro¹⁸: “Samuel Domingues Gomes foi um dos empreendedores, uma das pessoas que viu a carência do morro e buscou fora do Brasil as informações para criar o Fundo aqui em Governador Valadares. Escolheu-se o morro”¹⁹.

¹⁵ “Em primeiro, começamos com a apresentação de trabalhos por três funcionárias da associação, Simone, Aparecida e Alessandra. Primeiro, Aparecida, que falou sobre reformas, atendimento de mercadorias, curso de gestante, compra de enxovais [sic] e em prestação de conta e em falta da Simone ela também a ajuda, ela também comentou sobre casos de reformas, que algumas pessoas escritas [sic] reclamam, que tem famílias que são atendido primeiro, a própria Aparecida relatou que para evitar problemas, que a diretoria visitasse as famílias para verificar quem precisa [sic] mais”. (ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 10 de março de 1997, p. 2)

¹⁶ JESUS, Maria Isabel. Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de janeiro de 2011, Centro, Governador Valadares – MG.

¹⁷ A coordenação da Asdog é feita por funcionários não necessariamente membros da comunidade do Carapina.

¹⁸ “O Samuel, retornando de BH para GV [Governador Valadares], em dezembro, por volta dos anos 1983/84, seu carro foi atingido por turbinas de aço que soltaram de uma carreta próximo a João Monlevade. Nesse acidente, faleceram o Samuel, sua filha Larissa e um sobrinho”. (BARBOSA, Obedes. Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada via *email* no dia 22 de setembro de 2011)

¹⁹ Depoimento recolhido por meio de entrevista realizada no dia 16 de setembro de 2011, Centro, Governador Valadares – MG.

Graduado em direito, no ano 1975, pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares, é nessa instituição que se encontra uma imagem de Samuel.



Figura 1 – Foto de Samuel Domingues Gomes, exposta pela Faculdade de Direito de Governador Valadares (FADIVALE) em quadro, localizado na sala de recepção da Universidade com outras imagens dos alunos da turma de formandos do ano 1975.

FONTE: TEIXEIRA, Luana da Silva. **Samuel Domingues Gomes**. 2011. 1 álbum. (11 fot.): color; 9,2 x 8,3 cm.

Apesar da ressaltada importância da atuação do advogado Samuel Domingues Gomes para a vinda do FCC ao Carapina, fato que lhe rendeu homenagem, não há registros documentais sobre sua vida e ações, nem fotos dele no contexto de voluntariado.

“Ele era um advogado, e, assim, muito preocupado com a comunidade. E ele tinha acesso ao Fundo Cristão, ao Obedes, principalmente, à pessoa do Obedes, e aí, foi ele, foi mais ele que buscou essa parceria com o Fundo Cristão para a Criança. E quando ele começou o trabalho, ele e a família dele toda envolvida no Carapina, naquela região do Carapina, quando ele começou o trabalho comunitário de montar a instituição, houve esse acidente com ele. Foi precoce, aí acho que em homenagem a ele; colocaram o nome da instituição de Associação Samuel Domingues Gomes. É a história que eu tenho dele, muito recente. Lá na instituição, mesmo, não tinha coisa para falar dele não. Nem foto dele, nem foto eu vi lá. (ALVES, Marcelina.

Depoimento recolhido por meio de entrevista realizada no dia 29 de setembro de 2011, Centro, Governador Valadares – MG)

De acordo com um dos primeiros funcionários do FCC, chamado de assessor, responsável pelo desenvolvimento do trabalho em Governador Valadares, Samuel chegou a ser funcionário do FCC na década de 1970: “Ele [Samuel] era um advogado, morador em Governador Valadares, que iniciou como funcionário da Organização Fundo Cristão para Crianças e ocupou o cargo de gerente do FHP6 – Projeto de Ajuda Familiar, situado onde funciona a Asdog”²⁰.

1.3.1 Financiamento da Asdog

Desde quando foi fundada, a Asdog conta com a parceria do FCC para se manter. O sistema de apadrinhamento sempre esteve presente, e mantém-se até os dias de hoje, porém, com menor intensidade. No início, segundo relatos de moradores e de ex-funcionários da entidade, a Asdog chegou a somar mais de 2000 crianças apadrinhadas: “Eram 2 mil e tantas crianças apadrinhadas lá”²¹. Além de pagar as mensalidades para as famílias, também é relatado por ex-funcionário do FCC que “na sede, eram oferecidos serviços de alfabetização de adultos, reforço escolar, serviços médicos, serviços de enfermagem, vacinas, cursos profissionalizantes, creche e uma quadra de esporte”²².

Em todos os registros documentais analisados da Asdog, o número de crianças apadrinhadas consta em atas de reuniões somente em dois momentos: no ano 1998 e em 2001. No dia 8 de julho de 1998, na ata de reunião entre diretoria e coordenação da Asdog, registra-se que “[...] no total, são 652 crianças apadrinhadas”²³. No ano 2001, esse número praticamente dobra: “O projeto está hoje após as promoções com 655 famílias inscritas, com 1279 apadrinhados e 1830 atendidos”²⁴. De acordo com informações colhidas por meio de depoimento com funcionário da própria Asdog, no ano 2011, mês de outubro, o número de

²⁰ Depoimento recolhido por meio de entrevista realizada via *email* no dia 22 de setembro de 2011.

²¹ JESUS, op.cit.

²² BARBOSA, op.cit.

²³ ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 8 de julho de 1998 (p. 42).

²⁴ ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 16 de março de 2001 (p. 88).

crianças apadrinhadas pelo FCC na região do Carapina caiu para cerca de 300 crianças, com idade entre seis meses e 19 anos. Hoje, o principal critério para ser criança apadrinhada é possuir a renda familiar *per capita* de até um terço do salário mínimo vigente.

Gráfico 1 - Número de crianças apadrinhadas pelo FCC na região do Carapina por meio da Asdog.



Fonte: Registros documentais da Asdog dos anos 1998, 2001 e 2011.

Nota: No gráfico, são apresentados os números de crianças apadrinhadas, disponibilizados pela Asdog nos anos 1998, 2001 e 2011. Não há registros desses dados em outros anos.

Além do apadrinhamento, em que o dinheiro encaminhado pelo Fundo é repassado direto às famílias, a Asdog recebe do FCC, desde sua criação, um subsídio para manter funcionários e atividades profissionalizantes e de lazer para as crianças e os adolescentes e suas famílias. Antes de se tornar uma associação, quando ainda era um projeto do FCC na região do Carapina, o subsídio era empregado diretamente no funcionamento das atividades na sede e nas doações para moradores. Depois de criada a Asdog, todo o recurso, ainda conhecido pelos funcionários da Asdog como subsídio, é liberado pelo Fundo mediante a apresentação de projetos pela entidade e pela aprovação do FCC. Os projetos descrevem: tempo exato de duração; onde e como os recursos serão empregados; e os resultados esperados.

A quantidade de repasse do FCC como subsídio para a Asdog fez a mesma trajetória do número de crianças apadrinhadas, tendo um pico no início dos anos 2000. Nos anos 1997 e 1998, foram repassados cerca de R\$ 29 mil (vinte e nove mil) reais ao mês. Em 2001 e em

2002, esse número passou para mais de R\$ 50 mil (cinquenta mil) reais, conforme registros em atas de reuniões da entidade. A ata de reunião entre diretoria e coordenação da Asdog do dia 29 de setembro de 1997 pontua: “O subsídio do mês de setembro foi de R\$ 28.056,22 centavos”²⁵. Já na ata de reunião, realizada no dia 22 de junho de 2001, recursos vindos do FCC somam mais de R\$ 56 mil (cinquenta e seis mil) reais, tirando outras fontes de recursos da associação: “Saldo aproximado subsídio F.C.C – 56.028,23. Fusobras [Secretaria Municipal de Assistência Social]: 7.289,36. Contribuição Associados: 6.229,23 em 20-06.2001”²⁶.

Em atas dos anos 2002, 2003 e 2004, não há registros sobre a quantidade de recursos repassados pelo FCC à Asdog. A partir do ano 2005, os destaques em atas de reuniões da Asdog demonstram uma crise financeira na entidade, em que o FCC começa a diminuir consideravelmente o valor do subsídio repassado e, ainda, passa a cobrar, mais fortemente, que a instituição busque outras parcerias. Não aparece mais destacado, em atas, o valor da doação de remédios e do pagamento de consultas e de cursos para moradores da região do Carapina. Esses tipos de ações foram muito descritas em atas de 1997 até o ano 2003, período em que também teve relevância a ajuda financeira do FCC dada às famílias da região do Carapina para que construíssem ou reformassem suas casas.

No ano 2003, as atas de reuniões da entidade ressaltaram este tipo de ação:

Foi passado o recurso para algumas famílias necessitadas, para o projeto de construção que foi de no valor de R\$ 19.895,86 (dezenove mil, oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos). Para os casos mais urgentes. Pedindo para tirar foto da construção antes e depois de pronto; fotos tiradas com a família. A prioridade não é construção, é reforma. Mão-de-obra em forma de mutirão. (ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 1 de agosto de 2003, p. 130)

Em ata de reunião, ocorrida no dia 24 de agosto de 2006, entre diretoria e coordenação da Asdog, menciona-se sobre a dificuldade financeira vivenciada e a queda contínua no repasse de recursos do FCC para a entidade.

²⁵ ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 29 de setembro de 1997 (p. 29).

²⁶ ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 22 de junho de 2001 (p. 98).

Mostrou [Hélida Conceição Alves Cândida – auxiliar administrativa] que o índice de gasto em salário está bem acima do permitido, que é de 40% segundo a assessora Vânia do F.C.C. [Fundo Cristão para Criança]. Mostrou as despesas em geral, que mesmo com a economia que estão fazendo ainda é considerada alta por ter poucos programas. Disse que a tendência do subsídio é diminuir ainda mais. (ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 24 de agosto de 2006, p. 177)

Os Estados Unidos são o país em que se registra, segundo a Asdog, o maior número de padrinhos para a entidade. Assim, o dólar também é ressaltado em atas como um dos motivos para que o FCC tenha diminuído o repasse de subsídio. Os destaques para a baixa da moeda norte-americana como prejuízo direto para a entidade aparecem em atas dos anos 2008 e 2009. Na ata de assembleia geral com as famílias atendidas pela Asdog, realizada no dia 30 de outubro de 2008, é feita a seguinte ressalva: “Em seguida, foi apresentada a prestação de contas e da situação financeira da Asdog, principalmente com a variação do dólar, que influencia no valor do subsídio”²⁷. Já em reunião entre diretoria e coordenação da associação, realizada no dia 1 de agosto de 2009, pontua-se que o “o subsídio veio com – (menos) R\$ 4.000,00 devido à baixa do dólar”²⁸.

Ao investigar a cotação do dólar em relação à moeda brasileira desde o ano 1997, data em que há o primeiro registro sobre a quantidade de repasse do FCC para a Asdog, percebe-se que, no período 2001 e 2002, a moeda estadunidense teve grande valorização, chegando a valer mais de R\$ 3,00 (três) reais no ano 2002²⁹. Esse fato, associado às ressalvas feitas em atas sobre a importância da cotação do dólar para a Asdog, pressupõe que a alta do dólar também pode ter influenciado diretamente o registro sobre a maior quantidade de recurso repassado pelo FCC, o que, conseqüentemente, aumentou o número de crianças apadrinhadas.

Em entrevista com a diretora do Departamento de Programas Sociais, Gelmaria Lopes Jardim Lima, os motivos da diminuição do número de apadrinhamentos e, conseqüentemente, do repasse de recursos para a Asdog, são de que, no ano 2002, o Fundo objetivava fazer uma avaliação do trabalho na região do Carapina e de que o número de pessoas associadas a ele, ou seja, dispostas a serem padrinhos, havia reduzido repentinamente.

²⁷ ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 30 de outubro de 2008 (p. 32).

²⁸ ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 1 de agosto de 2009 (p. 45).

²⁹ De acordo com dólar comercial oficial. (Disponível em <http://www.yahii.com.br/dolardiario02.html>. Acessado em 4 de jan. 2012).

“A partir do ano de 2002, o Fundo Cristão para Crianças iniciou uma revisão do seu trabalho no Brasil, e isto inclui avaliar áreas em potencial de crescimento, desconvenimento de organizações parceiras há muitos anos e áreas para expansão. E a Asdog foi uma das organizações que foram considerados com possibilidade de desconvenimento, porém em estudo. Esta foi uma das razões da redução do número de apadrinhamentos, procedimento normal para o processo de desfiliação. Atualmente, a Asdog continua sem receber novos apadrinhamentos, assim como a maioria das organizações parceiras. Vivemos um momento instável no sistema de apadrinhamento: não há entrada significativa de novos padrinhos”. (LIMA, Gelmaria Lopes Jardim. Depoimento recolhido por meio de entrevista realizada via *email* no dia 6 de fevereiro de 2012)

O assessor direto do FCC para a Asdog, hoje, Cristiano Moura, discute que o Fundo atua em lugares onde existe extrema pobreza. Ele afirma que esse não é mais o caso da região do Carapina:

“Nossa missão visa alcançar aqueles que se encontram na pobreza extrema, o que não é mais a realidade da comunidade, atualmente quase que totalidade das famílias tem água tratada, casa de tijolos sem risco à vida, mais de uma TV, geladeira, aparelho DVD e outros aparelhos eletrônicos; portanto, não mais se enquadram nesse contexto”. (MOURA, Cristiano. Depoimento recolhido por meio de entrevista realizada via *email*, no dia 3 de março de 2012)

Cristiano Moura (*ibidem*) ressalta ainda que a região do Carapina não mais dispõe, com facilidade, de famílias que se enquadram dentro do critério de renda *per capita* exigido pelo FCC, o qual tem a ver com situação de extrema pobreza:

“[...] a renda *per capita* na família deve ser até um terço do salário mínimo e hoje praticamente não há famílias nessa situação, além de outros critérios. Com isso, a Asdog tem extrema dificuldade em inscrever crianças neste perfil. Uma vez que não há, ou há poucas crianças a serem inscritas, acaba por ter um déficit. Nesta lógica, não se inscreve crianças e mensalmente se perde criança, por questões de idade, mudança, promoção, com isso o apadrinhamento vai reduzindo [...]”. (MOURA, *ibidem*)

Além disso, Cristiano Moura (*ibidem*) indica como enfraquecimento da presença do FCC na região, a atuação do poder público, que está sendo capaz de garantir mais direitos fundamentais aos moradores:

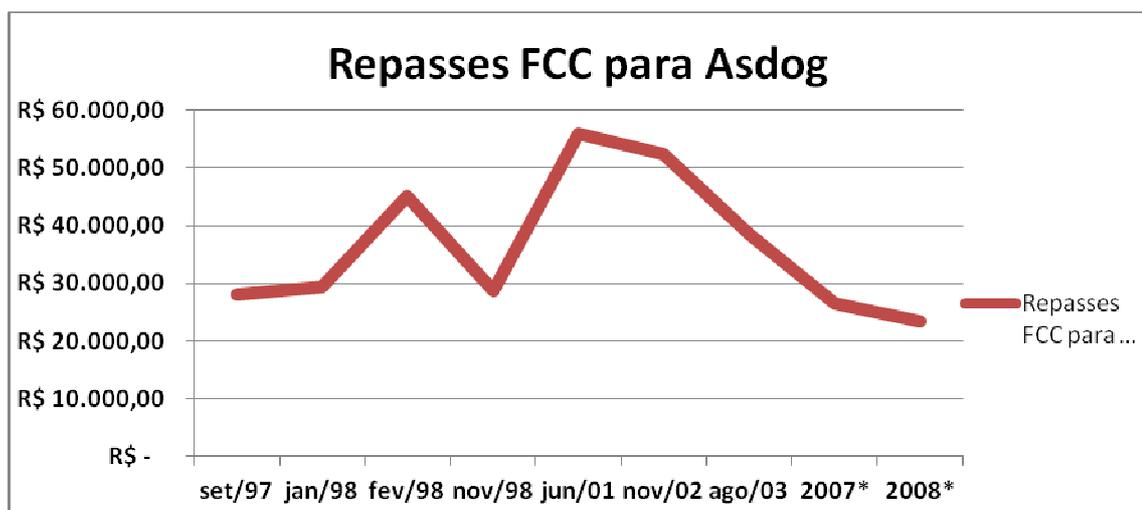
“Outro fator positivo, que contribui para essa promoção, são as políticas públicas na atuação do Estado e município. Por exemplo, há alguns anos, a Asdog pagava professores da educação infantil, e hoje a prefeitura assumiu o que constitucionalmente é uma obrigação dela”. (MOURA, ibidem)

Acrescenta-se, além disso, uma ideia indicativa do motivo de diminuição no número de pessoas dispostas a serem padrinhos:

“A Primeira e a Segunda Guerra Mundial trouxeram à tona a necessidade de apoiar o grande número de órfãos e o apadrinhamento era uma das formas de ajudar e apoiar milhares de crianças afetadas. A partir da metade do século passado, o crescimento do apadrinhamento aconteceu em ordem mundial, e as várias ONG’s de apadrinhamento puderam realizar milhares de projetos. [...] Atualmente, não faz mais parte do contexto mundial apoiar crianças órfãs [...] e conseqüentemente no final da década de noventa e inícios dos anos 2000 foram vários os casos envolvendo corrupção com recurso público em ONG. Vem, então, o descrédito e as pessoas aos poucos vão deixando de apoiar”. (MOURA, ibidem)

Entretanto, no depoimento acima, ressalta-se não haver qualquer base científica ou precisa para comprovar o fato.

Gráfico 2 – Repasse de recursos do FCC para a Asdog.



Fonte: Registros documentais da Asdog.

Nota: No gráfico, nos anos 2007 e 2008, é apresentada uma média da quantidade de recurso financeiro repassado pelo FCC à Asdog, visto que, em registros documentais (atas), é apresentado somente o valor anual nesses períodos, e não mensal, conforme feito em outros anos.

Nota-se que, desde a sua criação até o ano 2003, como consta em atas de reuniões entre diretoria e coordenação da entidade, a Asdog foi mantida, praticamente, apenas com recursos enviados pelo FCC. Analisadas atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, realizadas, em média, com periodicidade quinzenal, entre diretoria e coordenação da Asdog, desde o dia 15 de janeiro de 1997 até o dia 29 de junho de 2011, apenas na ata de reunião do dia 30 de outubro de 2003 se destaca a necessidade, orientada, inclusive, pelo próprio FCC, de a Asdog buscar outros parceiros para se manter, além do Fundo: “Marcelina [coordenadora] falou em relação à viagem de Belo Horizonte, foi feito um estudo de como fazer projetos para conseguir parcerias. Para captar recursos”³⁰.

Desde essa ocorrência, é constantemente pautada nos registros de reuniões entre diretoria e coordenação da Asdog a preocupação pela busca de outros parceiros para a manutenção da instituição. E, por inúmeras vezes, os relatos revelam que o principal parceiro encontrado para manter a entidade é o poder público, principalmente o de instância municipal.

Marcelina [coordenadora] falou que a renda *per capita* das famílias tem que ser 30% sobre o salário. E de que alguns benefícios serão cortados. E o F.C.C exigiu que se peça parceria com a Prefeitura e outros. [...] Leu-se a relação das famílias que serão desligadas. (ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 11 de fevereiro de 2005, p. 147)

1.3.2 Parceria Asdog e poder público

Repasse de dinheiro para famílias pobres. Doação de remédios, de cestas básicas, de materiais e de uniformes escolares. Pagamento de consultas médicas, de cursos profissionalizantes e de reformas de casas. Oferta de serviços gratuitos de creche e tratamento odontológico. Essas são as principais ações que marcaram os trabalhos realizados pela Asdog nos anos em que o principal financiador da entidade era o FCC. Desde a criação da entidade até o fim do ano 2003, o apoio financeiro do poder público aos trabalhos da Asdog foi pequeno, conforme afirmado em ata de reunião entre diretoria e coordenação da entidade em setembro de 2003:

³⁰ ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 30 de outubro de 2003 (p. 136).

Marcelina Alves [coordenadora da Asdog] deu uma breve explanação sobre a situação financeira da instituição; reforçou com as famílias que a o recurso que a instituição recebe vem dos padrinhos através do F.C.C. Este recurso é canalizado de acordo com as necessidades existentes. Marcelina falou que todo o dinheiro é usado através de orçamento, no plano de atividades, que é dividido por áreas como saúde, educação e finanças. [...] foi falado para as famílias que a instituição recebe recurso bem pequeno da prefeitura. (ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 22 de setembro de 2003, p. 142)

A partir do ano 2005, coloca-se em relevo, nos relatos em atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, a urgência de se aumentar a parceria com o poder público para a manutenção dos serviços da Asdog: “Marcelina [coordenadora da Asdog] falou [...] que alguns benefícios serão cortados. E o F.C.C [Fundo Cristão para as Crianças] exigiu que se peça parceria com a Prefeitura e outros. [...] Leu-se a relação das famílias que serão desligadas”³¹.

Desde 2005, em diversos outros relatos de reuniões entre diretoria e coordenação da Asdog, destaca-se o avanço da procura e da efetivação da parceria Asdog e poder público, principalmente o poder municipal. Como defendido por Gohn (2005), a Asdog adota a nova forma da sociedade civil, organizada para trabalhar e para se manter: ONG’s, parceiras do poder público, andando de mãos dadas com ele.

Na ata da reunião do dia 23 de janeiro do ano 2006, nota-se, pela primeira vez, a parceria Asdog e Prefeitura. O poder público municipal começa a ceder funcionários para realizar os trabalhos de oferta de creche, antes realizados por pessoas pagas com recursos enviados pelo FCC à entidade: “Foi informado que através do convênio com a Prefeitura, a Asdog receberá 9 professores e 5 auxiliares de serviços gerais”³². Também nessa mesma reunião, detecta-se recebimento de recursos pela Asdog, vindos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS): “Recebemos [Asdog] R\$ 10.212,00 referente a 8 parcelas do FNAS, com essa verba será pago alimentação, material de escritório e pedagógico e o pagamento de salário de 16 funcionários”³³.

³¹ ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 11 de fevereiro de 2005 (p. 145).

³² ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 23 de janeiro de 2006 (p. 164).

³³ ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 23 de janeiro de 2006 (p. 164).

Então, o que antes era mantido, praticamente, por doações de pessoas embaladas pelo espírito cidadão e cristão³⁴, concretizando o desejo de fazer o bem e de diminuir desigualdades econômicas, transforma-se em mais um local de ofertas de serviços, custeados, na maior parte, por recursos do poder público – embora executado, oficialmente, pela Asdog. Desse modo, está posta a interação efetiva dos atores Terceiro Setor (ONG Asdog) e Estado, a fim de interferir em um mesmo espaço, no caso, na região do Carapina.

No dia 24 de abril, Cristiane [coordenadora] participou da reunião no gabinete do deputado federal Leonardo Monteiro, onde o mesmo firmou o acordo com a Asdog, que repassará uma verba no valor de R\$25.000,00 (que antes era de R\$ 30.000,00), no mês de julho/2006. Dia 04 de maio de 2006, Cristiane juntamente com as lideranças do bairro/comunitários, participaram de uma reunião com a equipe do projeto Comunidade Viva em Ação [da Prefeitura], onde foi apresentado o local da Asdog onde serão implantados [os cursos] de inclusão digital. (ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 29 de maio de 2006, p. 171)

A parceria entre Asdog e poder público só veio aumentando desde o início dos anos 2000. O prédio onde funciona a sede, no Carapina, comprado com recursos do FCC – legalmente ainda dono do espaço –, hoje, abriga um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), o programa “Estratégia de Saúde da Família” (ESF) e, ainda, o “Programa Comunidade Viva em Ação”, todos do poder público. A creche oferecida para a comunidade, desde o ano 2008, é mantida totalmente pela Prefeitura:

A secretária [funcionária da Asdog] Juliana e a coordenadora [da Asdog] Fabiana, que iniciou a reunião reforçando que a parceria com a prefeitura de fato, estava efetivada para a Educação Infantil, e que, nos dois núcleos estavam sendo atendidas cerca de 22 turmas de 02 a 05 anos, e aproximadamente 380 crianças [...]”. (ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 20 de fevereiro de 2008, p. 8)

³⁴ Depoimento, em forma de vídeo, de uma madrinha brasileira, publicada no *site* do Fundo Cristão revela um forte valor sentimental e de satisfação para quem se torna um padrinho. No vídeo, a madrinha destaca ter escolhido uma criança por sentir necessidade de ajudar os outros: “Porque a gente tem a sensação de estar fazendo alguma coisa nesse mundo louco que a gente vive, em que a gente tem sempre vontade ajudar alguém, mas não sabe como”. Na fala, o destaque também vai para o valor da contribuição para o Fundo: “é um valor muito pequeno para gente, que quase não significa nada, mas que para essa criança significa muito”; e que é uma experiência emocionante de retorno de carinho, como viver uma relação de pai e filho. (Disponível em: < <https://internetsegura.apadrinhamento.org.br/index.php?pag=apadrinhe>>. Acesso em: jan. 2011).

Atualmente, o grande número de oficinas ofertadas pela Asdog, para todas as faixas de idade, é fruto de parceria entre a Associação e o governo municipal, por meio do “Programa Comunidade Viva em Ação”, como afirma uma das funcionárias:

Olha, as oficinas mais procuradas, né, é o futebol, a dança, que eu acho que, hoje, está bem próxima uma da outra. [...] e, depois, vem a musicalização, que é uma oficina também bastante procurada, mais a parte do violão. A gente tem flauta, a banda, mas o violão na musicalização, ele é o carro-chefe. E depois, vem informática. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de novembro de 2011, no bairro Santa Efigênia, Governador Valadares – MG)

Já em 2011, com sede no Carapina e contando com um núcleo em imóvel próprio no bairro Santa Helena, a Asdog faz parte da região local. Em história do bairro, resgatada por projeto executado pela ONG, “Favela é isso aí”, por meio de entrevistas com moradores, publicadas no caderno “Guia Cultural Governador Valadares”, cita-se a entidade como uma das responsáveis por levar infraestrutura ao bairro, com construção de rampas e de escadarias. Mas, hoje, o evidenciado em tal publicação sobre a história do Carapina é a Asdog, parceira do poder público: “Atualmente, a Asdog tem a parceria com o “Programa Comunidade Viva em Ação”, que oferece cursos na área de música, esportes, capoeira, informática, manicure e outros”³⁵.

Dessa forma, verifica-se que a globalização, incentivadora do processo de integração, permitiu que o sentimento de solidariedade e o “dever social” de ser um cidadão, no caso, do mundo, afetasse diretamente a realidade da comunidade do Carapina. Hoje, reconhece-se o trabalho da Asdog, mas também se percebe o que marca os rumos das ações da sociedade civil, organizada a partir, principalmente, da década de 1990: “Lá existe o Cras, esses programas federais que dão conta de atuar, né? Porque, praticamente, toda a comunidade conta com uma rede de proteção, são programas do governo federal”³⁶. Isso é parceria entre Terceiro Setor e poder público.

³⁵ Disponível em http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades_mostra.php?cod=51. Acesso em: set. 2011.

³⁶ JESUS, op.cit.

1.4 TERRITÓRIO DA GLOBALIZAÇÃO LOCALIZADA

Ao levantar a história da Asdog, percebe-se, em um mesmo espaço, o afloramento da lógica do capitalismo globalizado e do reconhecimento e da afirmação de um território em sua dimensão local. A possibilidade do trabalho em rede, sustentado pela facilidade de comunicação e de interação entre sujeitos de todas as partes do mundo, foi responsável por criar e por manter uma organização com raízes profundas em um espaço. Na verdade, são as características do território que mantêm tais raízes, porque, ao pensar nos critérios de fixação da Asdog, logo vem concretização de um “local muito carente”³⁷.

O termo “local” não aparece, nesta pesquisa, como sinônimo de “espaço”, mas de território. Raffestin (1993) é quem esclarece essa diferenciação. Para esse autor, espaço e território não se equivalem. O espaço antecede o território, podendo ser visto como uma matéria-prima que se transforma em objeto quando um ator manifesta a intenção de se apoderar dele, de transformá-lo em um território. Nessa perspectiva, nota-se que o território é criado a partir do espaço, por atores sintagmáticos, que territorializam o espaço, ou seja, apropriam-se, concreta ou abstratamente, dele.

Por isso, quando o local é visto, no caso da Asdog, pelo sujeito global FCC³⁸ – tomado como rede mundial; motivo da criação; e, ainda, contribuinte financeiro com a entidade – como um lugar carente, o que se enxerga, vai além do espaço. Na verdade, alcança-se um território desprovido de recursos, fruto do sistema capitalista, em que os sujeitos locais não têm grande poder de consumo nem disponibilidade de serviços, ou direitos básicos, como saúde, moradia, esporte, lazer e educação – propostos pela Constituição de 1988.

Para caracterizar esse território, que atraiu e ainda atrai o olhar de uma ONG internacional, detalha-se o que é visto pelos próprios provedores, sejam os locais, que trabalham na Asdog, ou os globais, padrinhos espalhados por inúmeros países. O que esse espaço tem de carência para necessitar da atuação do Terceiro Setor?

³⁷ “(...) Carapina foi o primeiro bairro que surgiu em Valadares, muito carente, porque as famílias pobres, dos lugares que vieram da roça, aglomeraram todas naquele local. Então, por isso que foi pra lá”. (JESUS, op. cit)

³⁸ A Organização Não-Governamental (ONG), criada por estadunidenses, Fundo Cristão para Crianças, conhecido mundialmente como *Child Fund*, está presente, hoje, em 57 países, mantendo um sistema de apadrinhamento de crianças, baseado na transferência de renda, para 15 milhões de pessoas. No Brasil, são 143 mil crianças e adolescentes apadrinhados. O Fundo Cristão para Crianças é parceiro, atualmente, de 93 ONG’s brasileiras, distribuídas nos estados de Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. No dia primeiro de julho de 2009, o *Christian Children's Fund* mudou de marca e passou a se chamar *Child Fund International*. Essa mudança aconteceu para fortalecer a habilidade da organização de trabalhar em rede, construindo alianças ao redor do mundo para desenvolver o potencial de crianças em situação de privação, exclusão e vulnerabilidade social. Disponível em: < http://www.fundocristao.com.br/app/conteudo/quem-somos/2011/02/21/quem_somos,25/nossa-historia.shtml>. Acesso em: jan. 2011.

Os funcionários entrevistados da Asdog veem as principais carências existentes na região do Carapina sempre associadas à pobreza, tendo todos os outros problemas da comunidade, principalmente a criminalidade e a falta de infraestrutura, ligação direta com a falta de investimentos de recursos financeiros na região. A fala de um funcionário da Asdog, a seguir, ilustra essa situação: “A causa da violência? Olha, eu acho, assim, que geralmente essas crianças, se elas não têm um outro norte, se elas não têm um outro rumo, ela vai acabar crescendo com o que o morro oferece”³⁹.

Em atas de reuniões da Asdog, coloca-se em pauta a situação financeira das famílias da região do Carapina. Nos textos dos estatutos da entidade, desde o ano 1993 – mais antigo documento disponível – até o ano 2003, a caracterização de famílias carentes como critério para acesso ao atendimento da Asdog se fundamentava, além da transferência de renda, através de apadrinhamento, na oferta de serviços como educação, saúde, moradia, profissionalização, esporte e lazer, “com finalidade de ajudar famílias carentes, apadrinhadas ou não, interessadas em melhorar as condições de vida e bem estar social destas famílias”⁴⁰.

A partir de 2003, o estatuto da instituição traz como “Da Constituição – Sede – Área de Atuação – Fins”, a seguinte definição:

Parágrafo único – Todo atendimento prestado pela Asdog, em especial a criança e adolescente, é de caráter sócio-educacional, gratuito, permanente, sem discriminação de cor, sexo, profissão, credo religioso ou político, cultura ou nacionalidade, assegurando-lhes, em todos eles, tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ESTATUTO ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES, 2003, p. 1)

Como finalidade institucional, o estatuto coloca os direitos essenciais ao bem estar de uma família, o que significa retirá-la da condição de família carente, ou, no termo utilizado desde 2003 pela entidade em seus documentos, alcançar a condição de “família promovida”, que não precisa mais de atendimento da Asdog. Ressalta-se que ser atendida pela entidade não indica ser família apadrinhada e/ou receber dinheiro, pois há outras formas de participação em diversas atividades oferecidas, como cursos profissionalizantes, esporte e lazer:

³⁹ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

⁴⁰ ESTATUTO ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES, 1993, (p. 1).

Art 4º - São os seguintes os fins da Asdog:

II – Criar condições para o bem estar e desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

IX – Promover o desenvolvimento das famílias sócias, buscando, através do esforço coletivo, condições para o atendimento às necessidades de trabalho, educação, transporte, habitação, vestuário, saúde, medicamentos e profissionalização. (ESTATUTO ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES, 2003, p. 1)

As relações familiares e comunitárias não são destacadas em documentos ou em entrevistas como carências da região. O FCC e a Asdog reconhecem a estrutura familiar como importante e merecedora da atenção dos trabalhos da entidade, porém, em nenhum momento é citada a carência do tipo ideal dessa estrutura familiar na região do Carapina. Em relação ao convívio em comunidade, exalta-se o sentimento dos moradores sobre seu pertencimento local, como afirma um dos funcionários entrevistados: “E eu vejo que é uma comunidade unida. Então, o que falta mais é um olhar para ela mesmo”⁴¹.

Esse olhar, dispensado pelo funcionário da Asdog, pode ser enxergado além da ideia de atuação do indivíduo sobre um território. Parece ser esse mesmo sentido que justifica e, mais, mantém a existência da Asdog na região do Carapina, com características que persuadem pessoas, até mesmo do universo internacional, praticantes do voluntariado, na era da globalização. Pois, presencia-se um território-carência, sinônimo da falta de acesso aos bens e aos serviços exaltados pela elite da sociedade, ou, conforme defende Gramsci (1979), pela classe hegemônica do sistema econômico-social. Mais que isso, há um sistema globalizante, no qual o meio sustentado para propiciar a melhoria de vida daqueles do território-carência, excluídos do mundo do consumo, é a oferta de uma pequena quantia de dinheiro e alguns serviços filantrópicos. Assim, os indivíduos que detêm recursos/bens excedentes, e enquadram-se como voluntários-cidadãos da era do capitalismo globalizado, reafirmam sua posição social. Entretanto, essa prática não se mostra, como no caso da Asdog, capaz de extinguir um território-carência.

Não é negado que o Terceiro Setor busca transformação social. Entretanto, ele não luta pela superação do capitalismo. O que realiza é o trabalho para que as pessoas tenham uma vida melhor, tomando providência, de maneira imediatista, à promoção do bem-estar social. Isso vai ao encontro da defesa de Marx e, posteriormente, de Gramsci – um dos atualizadores do pensamento marxista do século XX – sobre a aplicação do conceito de reformismo na relação Estado e Sociedade, através do vínculo “providência”.

⁴¹ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

Assim se apresenta, no Dicionário de Política de Norberto Bobbio (1999), o conceito de reformismo, em contraposição ao socialismo revolucionário; mais conceitualmente, afirma-se: “Reformista é, pelo contrário, o movimento que visa a melhorar e a aperfeiçoar, talvez até radicalmente, mas nunca a destruir o ordenamento existente, pois considera valores absolutos da civilização os princípios em que ele se baseia, mesmo que sejam numerosas e ásperas as críticas que, em situações particulares, se possa dirigir ao modo concreto como tais princípios se traduzem na prática”. [...] o que de fato caracteriza o Reformismo: o apego à democracia liberal (é possível dizer, então, à democracia representativa), à liberdade individual e uma relação “tranquila” com o capitalismo; [...] almejam-se reforma e humanização do capitalismo, mas sua superação não é algo necessário [...] a ideia de reformismo como uma postura passiva e, em última instância, conivente com a exploração capitalista, na medida em que não contesta, nem almeja à substituição dos valores burgueses, está totalmente em consonância com as críticas feitas por Gramsci e seus correligionários do PCI [PCI: Partido Comunista Italiano, constituído em 1920, desmembrando-se do Partido Socialista Italiano e tendo como um de seus membros ativos Antônio Gramsci] na década de 20. No Dicionário do Pensamento Marxista, o verbete referente ao Reformismo indica que os reformistas são, sim, socialistas, mas é obrigado a reconhecer, poucas linhas abaixo, que costumam muito facilmente ser cooptados pela burguesia e abandonam a luta efetiva pela constituição do socialismo [...]”. (CAVALCANTE, 2001, p. 35)

A Asdog existe há cerca de 40 anos no território do Carapina, porque ele continua a apresentar a característica carência, fato que evidencia a atuação de uma entidade e de seus financiadores, de diversos países do mundo, na lógica da tutela, dando condições ao sujeito morador/atendido para que ele amplie a sua ação no território. Porém, baliza-se esse agir, ao indicar quais são os serviços e os bens buscados e alcançados (cultura, esporte, profissionalização, etc.). Portanto, a Asdog reforça a lógica capitalista, em que, ter qualidade de vida, denota acessar e participar do mundo do consumo.

Como o território em que ocorre a filantropia precisa ser um território-carência, visto que esse é o pressuposto de sua existência dentro da lógica capitalista, hoje, os atendidos pela Asdog se apresentam como indivíduos que ainda não exercem a cidadania através do consumo; ao contrário, eles são o alvo dessa ação. O território de atuação da Asdog, que também significa a atuação de um ator global, o FCC, presente em inúmeros países, mantém a característica do local, principalmente a condição de carência dentro do sistema capitalista – notada desde o início de atuação da entidade.

Nesse contexto, existe um mesmo espaço em que se encontram detalhes do global e do local, convivendo e conformando um território. Desde a década de 1960, o território do Carapina traz mais uma característica: a atuação, primeiro, do FCC, que, posteriormente, transformou-se no sujeito Asdog. Essa entidade faz parte do território e produz o território. Como ela significa, na prática, a atuação de uma rede mundial, torna-se interessante verificar como se dá essa relação entre os dois polos.

Para Ortiz (2009), é imprescindível entender se o que pauta a relação entre os sujeitos global (ONG) e local (moradores) é o fenômeno de “conexão” ou o de “integração”. Isto é, seria mero contato entre indivíduos de diferentes territórios, permitido através do desenvolvimento dos aparatos técnicos, ou seria formação, a partir de trocas de experiências, de uma consciência coletiva entre os indivíduos?

A fim de esclarecer a indagação, destacam-se as formas de interação entre os dois sujeitos, conforme relato de uma ex-apadrinhada pelo FCC, por meio da Asdog:

“O padrinho só conhecia a criança por meio de foto e das cartas que a gente encaminhava para ele. Quando os padrinhos comunicavam que iam vir visitar as crianças, aí o Fundo Cristão preparava a família [...]. Mas, assim, a gente não podia falar nada para o padrinho não. A gente não podia falar a situação da gente para o padrinho não, entendeu? É, nem nas cartas, nem de forma alguma. A gente não podia falar, não podia reclamar nada. Não podia reclamar com o padrinho a situação da gente. Qualquer coisa que a gente falasse e o Fundo Cristão achasse que não podia, eles cortavam nas cartas. Eram momentos bons, com as visitas dos padrinhos. Mas foram poucos momentos, não foram muitos momentos não”. (JESUS, Maria Isabel. Depoimento recolhido por meio de entrevista realizada no dia 11 de janeiro de 2011, Centro, Governador Valadares – MG)

A partir desse relato, já pode ser percebido o papel de mediação do ator ONG com os dois atores, famílias e padrinhos, tendo como justificativa “zelar pela proteção e bem-estar das crianças e adolescentes beneficiados”⁴², conforme descrito em *site* do FCC. É regra do Fundo que qualquer contato entre padrinho e afilhado só seja feito através de mediação do FCC ou da entidade parceira, no caso, a Asdog:

Para garantir a proteção das crianças apadrinhadas e preservar a privacidade dos doadores, a Política [Política de Conduta Ética para com Crianças] também proíbe encontros, telefonemas e troca de *e-mails* entre padrinhos e afilhados sem o acompanhamento do ChildFund Brasil para Crianças ou das organizações parceiras. (Disponível em: < <http://www.childfundbrasil.org.br> >. Acesso em: jan. 2011).

Essa restrição de contato entre padrinho e afilhado, mais certamente, no caso da Asdog, entre pessoas de regiões ou mesmo de países diferentes, não permite a troca de experiências, a tal integração (ORTIZ, 2009), possível na era da globalização. Desse modo,

⁴² Disponível em: < <http://www.childfundbrasil.org.br> >. Acesso em: jan. 2011.

até a conexão entre pessoas de territórios distintos, tão facilmente de se realizar na era da globalização, através de inúmeros aparatos tecnológicos, é controlado e restringido, demonstrando, conseqüentemente, influência dos atores Asdog e FCC sobre a construção da concepção do território, seja por parte dos padrinhos, seja por parte dos apadrinhados.

Nesse ponto, torna-se importante retomar a discussão feita por Raffestin (1993) sobre os tipos de relações que produzem e mantêm o território. O autor destaca dois tipos de relações: a) simétricas, responsáveis pela diferença e pelo pluralismo de atores e de organizações em um território; e b) dissimétricas, que favorecem o crescimento de uma estrutura em detrimento de outra. Considerando que todo território é formado por relações de poder entre diversos atores, concebidos desde o “indivíduo às formas mais elaboradas de organização” (RAFFESTIN, 1993, p. 39), fica clara a relação dissimétrica entre a entidade e os assistidos por ela. A ONG exerce seu poder sobre os outros atores, fazendo prevalecer sua visão sobre seu território.

A partir de 1987, quando a comunidade criou e assumiu a coordenação da Associação mantida pelo Fundo, houve estreitamento entre comunidade da região do Carapina e ONG global. Apesar de existir uma diretoria, e, teoricamente, uma independência em relação ao seu mantenedor, os moradores que formavam a equipe da diretoria da Asdog conviviam com a presença das regras e dos funcionários do FCC, conforme afirma uma ex-funcionária da Asdog:

“Prestação de contas, tinha a equipe, tinham as pessoas. Quando era Fundo Cristão, era o Fundo Cristão. Quando eram associações, tinham as pessoas que trabalhavam na administração, uma pessoa que trabalhava, tudo registrado. Tinha o contador que era responsável, e nos tínhamos a visita do Fundo Cristão que fazia a vistoria. [...] tinha a pessoa que era responsável, o administrador, que fazia a contabilidade, e o Fundo Cristão fazia a assessoria”. (JESUS, op. cit)

Através do depoimento, verifica-se que, apesar de existir interação entre os sujeitos FCC e moradores do território do Carapina, a troca se efetivava, durante a maior parte do tempo, predominantemente, no campo material. A globalização, nesse caso, trouxe para o território mais um sujeito, a Asdog, embora ela use, da conexão global, apenas o meio de se transferir renda.

A integração entre território local e os outros territórios, de onde partem os recursos para promover melhorias materiais na comunidade do Morro do Carapina, sugere mais um resultado do exercício da “cidadania planetária” (ORTIZ, 2009).

Pode-se até mesmo afirmar que as diferenças adquirem um caráter “universalista”, pois o princípio “valorização e respeito à diversidade” (preconizado por uma instituição como a Unesco), marca de um debate cultural em gestação, [...] somente faz sentido quando apresentado como um “grande relato”, isto é, cujo alcance transcende o particular. (ORTIZ, 2009, p. 239)

A promoção do bem comum, no estudo de caso, parece estar convertida na doação de mercadorias, refletindo a relação entre “falta” e “posse”, levantada por García Canclini (2001). A sociedade moderna exaltou o mundo no movimento globalizante e mantém acelerada a condição efêmera de tudo, desde produtos, à moda e aos sentimentos. Dessa forma, os bens materiais têm o destaque em todas as relações, até mesmo nas ações de solidariedade e de exercício da cidadania. O descontentamento contemporâneo para “alguns autores pós-modernos se concentram nos setores em que o problema não é tanto a falta, mas o fato de o que possuem tornar-se a cada instante obsoleto ou fugaz”. (GARCÍA CANCLINI, 2001, p. 42)

O que pode ser visto é que o exercício da cidadania, com solidariedade aos que precisam (aqui, no sentido material), também ultrapassou barreiras espaciais na era do capitalismo globalizado. Essa é uma nova forma de se sentir cidadão na era global, isto é, cidadão do mundo⁴³.

O que no século XVIII foi identificado como ato de caridade, com a força do capitalismo se transformou em filantropia, e mais tarde, já para mais da metade do século XX, pode-se dizer, na era das políticas sociais sustentadas por “governos do bem-estar social”, desponta como ato de solidariedade, ou voluntariado. Segundo Zilles (2005), isso é um equilíbrio, em que uma educação da consciência é essencial. Em artigo intitulado “A Globalização e a universidade católica”, esse autor apresenta a globalização como um desafio para as sociedades e para os Estados. Nela, tudo se fragmenta, especializa-se, reforçando o sentimento das pessoas de que, nesse tempo, ninguém é auto-suficiente, nem mesmo as sociedades. Assim, os valores tradicionais cristãos, como a caridade, ganham espaço de reafirmação, apesar de ainda se preconizar a sensibilidade ao mercado.

⁴³ Entende-se como “cidadão do mundo”, aqui, a pessoa que pratica ações reconhecidas socialmente como de responsabilidade com o outro ou com o meio e que provocam o bem-estar social para além do que é de sua proximidade espacial, por exemplo, para outro país.

O capitalismo globalizado, fortalecido pelo abstrato ou por sentimentos incentivados também pelo sistema, faz com que o Estado assuma a condição de padrinho das ONG's, as quais representam o institucionalismo do exercício da solidariedade. De maneira semelhante, o Terceiro Setor se mostra ator potencial no fortalecimento da política do Estado, e cumpre o papel que, de fato, é do poder público.

1.5 ESTADO/SOCIEDADE-PROVIDÊNCIA

O capitalismo globalizado trouxe mais do que encurtamento das distâncias e o fortalecimento do modelo neoliberal de governar. O impacto é forte sob o papel de todas as instituições e sujeitos, e, conseqüentemente, nas relações desses atores. É fácil encontrar exemplos de sujeitos que trazem a marca forte do global e, ao mesmo tempo, parecem ser resistentes a esse movimento integrador, mantendo o local mais representativo, a exemplo da ONG Asdog. Esse fato constata o que Ortiz (2009) declara sobre a globalização: ela conecta, mas não integra. O local sobrevive e, pode-se dizer, mantém o sentido da globalização.

O institucionalismo, como destacou Reis (2002), também está incrustado no capitalismo contemporâneo. Seja através do Estado, reconhecido como a mais forte das instituições, seja através das entidades não-governamentais, que se proliferam no mundo, o sentido é dado a partir do momento em que há relação e inserção no sistema social, e mais:

[...] as instituições são tanto um resultado como um instrumento disponível para estruturar os processos futuros. Elas formam-se para reduzir a incerteza que existe na troca; são minimizadoras dos custos da transacção; são meios pelos quais se superam as falhas de mercado; em suma, as instituições oferecem os mecanismos pelos quais os indivíduos podem transcender dilemas sociais. (REIS, 2002, p. 119)

Raffestin (1993) destaca que o indivíduo também é sujeito de destaque nesse jogo de poderes, em que toda a relação é marcada por uso de força. A configuração social, assim como todo um território, parte de relações simétricas e dissimétricas – essas últimas fundamentais para a manutenção do capitalismo globalizado. Como falar desse sistema significa fazer referência à economia, o fruto das relações dissimétricas é a desigualdade, que

causa territórios-carentes, no sentido tanto de pobreza (falta de acesso a bens materiais) quanto de exclusão social, que vai além da carência material.

“Não é, pois, a desigualdade, nem a diferenciação social, nem a desvantagem social: a exclusão é uma ruptura, um processo de descolagem relativamente à sociedade envolvente” (RODRIGUES, 2000, p.178). Assim como todo processo social, fruto de relações, a pobreza e a exclusão social estão estampadas no espaço, formando território (s).

A exclusão social tem, igualmente, uma importante dimensão espacial ou territorial, resultante do crescimento incontrolado das periferias e das suas condições específicas de vida, assim como resultante da escassez ou mesmo ausência de serviços e de equipamentos públicos. (RODRIGUES, 2000, p. 178)

Os territórios-carência são responsáveis pela geração de outros tipos de territórios-providência, ou seja, territórios em que sujeitos e, principalmente, instituições, exercem papéis de agentes diminuidores da desigualdade social, redistribuindo e recompensando aqueles que estão excluídos do sistema e que compõem um território carência. Dentre as entidades-providência, a principal ou a “de direito/de dever”, é o Estado. Essa entidade assume e cria mecanismos para buscar a equidade social, mesmo que seja só na teoria, como argumenta Gramsci (1979), ao defender que a existência do Estado está arraigada na divisão de classes sociais e econômicas, isto é, na desigualdade, aliada das classes dominantes.

Para garantir o equilíbrio social, sustentado a partir do discurso de direito à igualdade entre todos, o Estado se apresenta como a entidade capaz de regular os riscos sociais, individuais e de grupos, garantido, a partir de um sistema recompensador em que todos os indivíduos devem contribuir, obrigatoriamente, com um esquema de sustentabilidade social, a “lógica da responsabilização colectiva relativamente aos percursos individuais” (RODRIGUES, 2000, p. 186). Isso, na prática, pode ser reconhecido no sistema previdenciário, em que os ativos pagam pelos inativos (idosos e jovens); e quando os mais ricos contribuem para financiar os mais pobres.

O modelo de Estado-Providência teve seu auge no século XX, mas, vem apresentando, nas últimas décadas, sinais de fraqueza e de fragilidade. A pobreza e as desigualdades saíram do campo de aceitação para uns, ou de predestinação, para outros, e passaram a significar possibilidades e necessidades de intervenção, que, no caso, foram assumidas, primeiramente, mais fortemente, pela instituição Estado, ou, pelo Estado-Providência, sustentado em um

modelo nacionalista e desenvolvimentista. A base de funcionamento desse modelo de Estado está na ideia de interdependência de gerações. Entretanto, detecta-se que, com o aumento do envelhecimento populacional, na qual o número de dependentes (idosos aposentados) vem só aumentando, enquanto o número de contribuintes ativos vem caindo, não há mais sustentação desse financiamento. O discurso e o sistema neoliberal, que embalam o mundo globalizado, trabalham para a minimização desse Estado, nacionalista e intervencionista.

Em geral, os neo-liberais defendem a intervenção mínima do Estado nos processos de vulnerabilização e de exclusão social, na medida em que tal intervenção geraria, na maior parte dos casos, a dependência e a redução da auto-estima, nomeadamente através dos processos de segregação ou de estigmatização. (RODRIGUES, 2000, p. 188)

Esse acontecimento é reforçado pelo discurso cidadão também assumido pelos governos, principalmente, nas três últimas décadas. Além da abertura das fronteiras para o mercado, há o alargamento para o exercício do papel providência. De acordo com Rodrigues (2000, p. 193), esse é um tema de forte e controverso debate, pois há um “esgotamento das tradicionais áreas de financiamento”, ligados ao produto do trabalho e aos rendimentos de capital, por parte do Estado-neoliberal, que não consegue, na atual situação socioeconômica⁴⁴, cobrir todos os riscos sociais, e que, como saída, encontrou, nas instituições da sociedade civil organizada, sem perfil lucrativo, a meta de atuar com solidariedade para o coletivo, buscando equilíbrio social.

Rodrigues (2000, p. 193) utiliza a ideia de Gómez (1988) para descrever esse processo:

[...] o Estado tem vindo a encontrar mecanismos de parceria com instituições privadas, abrindo caminho a um designado “*welfare mix*”, resultante quer do enfraquecimento estatal, quer da incapacidade do mercado. [...]. Para Gómez (1988), abre-se, desta forma, o caminho para a intervenção de um terceiro sector de decisiva importância para a cobertura dos riscos sociais e do bem-estar geral.

⁴⁴ Os Estados neoliberais vivem uma fase de esgotamento das áreas de financiamento dos riscos sociais capazes de fazer o equilíbrio social e de procura por novas possibilidades de financiamento. “Esse esgotamento resulta, quer da exagerada tributação dos rendimentos do trabalho, fruto de um sistema fiscal injusto, quer da subtributação do tecido empresarial, fruto de um sistema fiscal ineficiente, começam a surgir novas propostas de tributação, relacionadas com também novas áreas da vida social (tributação sobre a poluição, por exemplo)” (RODRIGUES, 2000, p. 193).

Assim, o que pode ser visto é, basicamente, um Estado transformado, pois ele delega a organizações não-governamentais a tarefa de garantir direitos básicos para promover o equilíbrio social, e paga por isso, gerando mais um nicho do mercado, financiado pelo poder público. Hoje, o Estado vem conseguindo se mostrar presente nos territórios-carência, muitas vezes, por meio das parcerias com as ONG's. O caso da Asdog, entidade apresentada neste estudo, mostra como o governo encontrou espaço e possibilidade de intervir no território. Seja baseado nos sentimentos de solidariedade com o outro, como é o caso dos que trabalham de forma voluntária e sem publicidade nas ONG's; seja no anseio por promoção individual e lucratividade, como é o caso de empresas que criam fundações para atender a uma nova exigência do mercado, o de responsabilidade social, e conquistar mais clientes; seja por se tratar de uma nova forma de intervir no sistema social, adotada pelo governo, como no caso de projetos financiados pelo poder público, o fato é que, o Terceiro Setor é, hoje, um ator de destaque na formação e na manutenção de um território. Mais do que intervir em uma realidade, ele constrói essa realidade, revelando o poder dos sujeitos que as compõem: cidadãos, empresários, ou poder público.

Para investigar como se dá a produção e a manutenção do território, no caso deste estudo, que conta com a atuação do Terceiro Setor como sujeito de destaque, ressaltando também as relações diretas de participação do Estado e de moradores atendidos pela ONG no Morro do Carapina, passa-se, a partir de agora, a verificar como cada um desses atores, ligados diretamente à existência desse território-carência, vivem e constroem esse território.

2 O TERRITÓRIO PRODUZIDO E VIVIDO PELA ASDOG

Para Raffestin (1993), pensar em produção do território é apresentar a relação entre atores e espaço. Um território só é formado a partir do momento em que há a disponibilidade de um espaço e de atores agindo sobre ele, sempre com a intenção de conquista de poder. Por isso, o autor acrescenta que o território revela a cena do poder: “[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Nesse contexto, Raffestin (1993, p. 144) discute o conceito de representação: “Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações”. A cartografia, por exemplo, é uma representação do território, um instrumento de poder e do poder, prevalecendo o poder político. Dessa forma, a representação é, segundo Raffestin (1993, p. 197), “[...] um conjunto definido em relação aos objetivos de um ator. Não se trata, pois, do ‘espaço’, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico”.

De acordo com Raffestin (1993, p. 158-159), toda relação é marcada pela intenção de conquista de poder: “O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele”. Nesse ponto, o autor também comenta o conceito de “imagem”, que nada mais é do que o território construído e vivido por um ator, e que também se torna mais um instrumento de poder. Portanto, “o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Raffestin (1993) apresenta claramente a influência do social; da relação entre atores para a formação e para a manutenção de um território; do local de manifestação do poder; da relação social de comunicação e da circulação dos atores. Para conquistar poder e fazer a manutenção do território desejado, o ator utiliza estratégias de dominação de outros atores, que atuam no mesmo espaço. Em todas essas estratégias, consideram-se presentes os elementos comunicação e circulação.

Também vem de Raffestin (1993) a ideia de que toda estratégia integra a mobilidade e, por consequência, elabora uma função circulação-comunicação, uma função de poder. Mas a

noção de circulação é mais geral que a de comunicação, pois engloba tudo o que é mobilizável. Ambas estão ligadas, e não se confundem. A circulação é a imagem do poder; sinal de potência. O ideal do poder é ver sem ser visto, e aí a comunicação adquire importância: “É o porquê de a comunicação ter adquirido uma tal importância na sociedade contemporânea: ela pode se dissimular. Nesse caso, o poder pode controlar, vigiar, interceptar, praticamente sem ser visto” (RAFFESTIN, 1993, p. 203). Raffestin (1993, p. 203) também acrescenta: “A comunicação se alimenta de informação: o território concreto é transformado em informação e se torna um território abstrato e representado [...]”.

Assim, a imagem de um território construído e vivido por determinado ator não depende apenas do conteúdo que expressa, da informação que detém e transmite, mas da forma como se comunica, da eficiência em convencer os demais atores da validade de sua visão. Isso faz com que os territórios tenham condições de ser vividos, e, ainda, de ser aceitos por outros atores do mesmo espaço geográfico, já que a busca pelo poder é inevitável.

Baczko (1986, p. 309) defende que o adjetivo “social” indica dois fenômenos: atividade imaginativa em direção ao social e atividade imaginativa individual em um fenômeno coletivo. O primeiro está ligado diretamente à produção de regras sociais, o que esse autor chama de “representações da ordem social”. Já o segundo destaca a participação do individual no processo de formação do coletivo, ou seja, o poder do indivíduo sobre a construção da ordem coletiva.

Ao destacar a presença da intenção do poder em todos os tipos de relação social, Baczko (1986) desenvolve mais um importante conceito para este trabalho, o de “imaginário social”. Para esse autor, os imaginários sociais constituem inúmeros

[...] pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do ‘chefe’, o ‘bom súdito’, o ‘guerreiro corajoso’, etc. (BACZKO, 1986, p. 309)

Baczko (1986) defende que controlar o imaginário social é controlar a vida coletiva, o que representa um exercício de poder, no qual há disputa e conflitos:

O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. [cf. Gauchet, 1977]. O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais. (BACZKO, 1986, p. 310)

Assim, para Baczko (1986), a criação e a sustentação de um território estão ligadas ao imaginário social. Pois, falar em imaginário social implica mais do que indicar formação de valores, de crenças e de regras sociais ou de distribuição dos papéis e das posições sociais. Todo espaço é uma projeção dos imaginários sociais. Baczko (1986) usa o exemplo da formação das cidades para indicar a influência do poder de controle dos imaginários sociais para o controle do espaço:

[...] todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas (o centro opõe-se à periferia, o “acima” opõe-se ao “abaixo”, etc.). A arquitetura traduz eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental, os materiais “nobres”, etc. (BACZKO, 1986, p. 313)

Isto é, para esse autor, controlar o imaginário social significa conquista de poder social, que se reflete no espaço.

Retomando a defesa de Raffestin (1993) de que a produção do território envolve atores, espaço e todas as relações, que são sempre marcadas pela intenção de poder, a busca pelo controle do imaginário social se revela como o caminho mais viável para a produção e a manutenção de um território. Afinal, cada ator constrói sua imagem sobre um espaço, que é o seu território visto/vivido (RAFFESTIN, 1993). Conquistar poder significa conquistar mais atores, agindo, movidos ou comovidos pelo mesmo objetivo de poder: manter esse território.

Além disso, Raffestin (1993) destaca que nem sempre o território estabelecido, como por exemplo, o do Estado (político), com todos os seus limites e suas representações concretas, reflete o território vivido por seus atores. Pode-se ver um território mantido a partir do exercício do “Poder”, conforme afirmado por Raffestin (1993), com “P” maiúsculo, que evidencia uma unidade de dominação, de soberania, uma entidade, algo unidimensional e identificável.

A partir dessa linha, Raffestin (1993, p. 158) defende o conceito de “territorialidade”, definido como o reflexo da “multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade”. Isso pode ser visto com o caso da política da definição de regiões por parte do Estado, que, muitas vezes, são somente imagens impostas pela instituição do Estado, não refletindo o vivido territorial pelos atores ocupantes do espaço geográfico de tal região. Referenciando Soja (1971, p.19), Raffestin (1993, p. 159) coloca: a territorialidade é “um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus participantes ou pelo que os definem”. Por isso, nem sempre os atores agem para a manutenção de um território, ou seja, expressam a mesma territorialidade. Eles podem viver territórios diferentes, submetendo-se a compor um território, mas nem sempre através dos mesmos objetivos.

No caso da Asdog, quando da construção do seu território sobre o Carapina, ela constrói e vive um território, como diz Baczko (1986), a partir de pontos de referência disponíveis no sistema simbólico social para alcançar os objetivos de sua existência e atuação. Para a entidade, um dos pontos que mais irão caracterizar o território será o de carência, associando-o à pobreza e à violência, pois, basicamente, ela atua em um território em que falta a presença do Estado na oferta de serviços públicos, que possibilitam garantia de direitos e condições de acesso ao mundo do consumo do sistema capitalista.

A partir dessa construção de imagem de território-carência, nota-se a ausência de investimentos do Estado em ofertas de serviços públicos, significando, basicamente, um território pobre, e, atualmente, propenso à proliferação da criminalidade. Seguindo a linha de Raffestin (1993) e de Baczko (1986), percebe-se que a Asdog passa à busca pelo poder, com a concordância por parte de outros atores (neste trabalho, os destaques vão para o Estado e para a população atendida pela entidade) e através do imaginário social formado por ela sobre o espaço, para fortalecer a ideia de carência do Morro do Carapina.

2.1 ASDOG E SUA LOCALIZAÇÃO NO ESPAÇO

A Asdog está localizada no alto do Morro do Carapina. De um lado, divisa com uma escola e um posto policial; do outro, dá vista para o centro da cidade; em frente, há uma mercearia e, próximo, encontra-se uma Igreja Católica. Também fica praticamente ao lado do

ponto final do ônibus de transporte coletivo da cidade. Esses são os pontos de referência espacial para a sede da Asdog, que ocupa quase todo um quarteirão. No seu espaço interno, consta com prédio para aulas, salas para atividades e administrativo, e ainda uma quadra poliesportiva. Nos ambientes, sempre dispõe de muito barulho.

Além do prédio no Morro do Carapina, a Asdog também tem outro, com estrutura menor, no Bairro Santa Helena, onde são atendidos, principalmente, os moradores dessa localidade. Mas, durante análises de atas de reuniões, percebeu-se que a maior referência da Asdog para os funcionários e os moradores diretores da instituição é o Morro do Carapina, sendo, algumas vezes, até sugerida, diante de dificuldades financeiras, a possibilidade de fechamento da filial. Vale destacar que o prédio da Asdog, no Santa Helena, está registrado no nome da Associação. Já a sede ainda pertence ao FCC, primeira e mais antiga entidade parceira da Asdog.

[...] devido às grandes dificuldades que estamos passando; a proposta de fechamento do Núcleo do Santa Helena, uma vez que lá somente está funcionando a Ed.[educação] Infantil, propôs se alugar para a Prefeitura e centralizar o apadrinhamento na sede Carapina – proposta esta para 2009. (ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 14 de maio de 2008, p. 17)

No Regimento Interno da Asdog, que passou por reforma no ano 2010, com aprovação da assembleia geral formada por famílias atendidas pela entidade, é feita a seguinte referência sobre a abertura de um núcleo no Bairro Santa Helena:

A Associação tem sede na Rua Ipiranga, 296, no bairro Nossa Senhora das Graças, Morro do Carapina. Em 08 de maio de 1992, abriu uma filial no Bairro Santa Helena, na Avenida Raimundo Albergaria, n ° 31, devido a demanda de crianças e adolescentes naquela comunidade. (REGIMENTO INTERNO, ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES, 2010, p. 1)

Porém, em nenhum documento é citado o porquê de as famílias, especialmente as do Bairro Santa Helena, encontrarem dificuldades de atendimento na sede da Asdog no Morro do Carapina. Ex-funcionários da Asdog destacam duas causas para isso: uma seria pelo fator geográfico, visto que a localização da sede da Asdog no alto do Morro do Carapina dificulta o acesso para moradores da parte mais baixa da região, principalmente do Bairro Santa Helena;

a outra seria pela restrição de circulação de moradores em algumas áreas, por questão de rivalidade entre grupos envolvidos com o tráfico de drogas na região. Uma das ex-coordenadoras da Asdog relata sobre qual seria o motivo de tal divisão:

“[...] quando eu cheguei lá, já estava dividido. Mas, a fala é a seguinte: que as famílias, primeiro, quando começou no Carapina, a região começou a participar toda. Aí, depois, notou-se que houve um esvaziamento das famílias do Querosene, do Santa Helena, do Santa Efigênia, ali, no Carapina, por causa da rivalidade, das rixas, das rivalidades das gangues, dos criminosos. O Santa Helena não poderia subir, como o Carapina não poderia descer. Então, abriu-se um outro núcleo. A fala é esta. Abriu um outro espaço no Santa para que as famílias pudessem também ter acesso, as que não poderiam subir, ter acesso no Santa Helena. Então, por causa da questão do morro. Às vezes, as crianças pequeninhas para subir o morro para a creche ficava difícil para as mães trazerem. Então, para que o Santa Helena também tivesse um acesso, abriu um outro núcleo lá – os dois espaço. E é também pelo pedido das próprias famílias de abrir um outro espaço mais próximo deles. Porque dificulta, mesmo a pessoa com o mais querer, mas o morro é muito íngreme. (ALVES, Marcelina. Depoimento recolhido por meio de entrevista realizada no dia 29 de setembro de 2011, Centro, Governador Valadares-MG)

Portanto, a verticalidade ou a característica íngreme do Morro do Carapina e a rivalidade entre grupos de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas no território impedem a extensão do atendimento da Asdog à população.

2.2 ASDOG E SUA VISÃO SOBRE A ÁREA EM QUE ATUA

A área de atuação da Asdog, segundo Estatuto da entidade, reformulado no ano 2010, é definida como “os bairros Nossa Senhora das Graças, Morro do Carapina, Santa Helena, Monte Carmelo, Santa Efigênia e Morro do Querosene”⁴⁵. Nesse ponto, fica claro que a Asdog não leva em conta para a formulação de seus documentos a definição utilizada pelo poder público (dados da Prefeitura já mencionados no início deste trabalho). A partir de análise do texto do “Projeto Comunidade Viva em Ação”, do ano 2005, encaminhado à Secretaria Nacional de Secretaria Pública, órgão do Ministério da Justiça, a Prefeitura reconhece o Morro do Carapina e o Morro do Querosene como aglomerados: “Compondo o espaço territorial da cidade de Governador Valadares, Carapina e Querosene fazem parte de

⁴⁵ ESTATUTO, ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES, 2010 (p. 1).

um aglomerado que inclui os bairros Nossa Senhora das Graças, Santa Helena, Santa Efigênia e Maria Eugênia” (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 4).

Essa definição geográfica, em que os morros do Carapina e do Querosene aparecem como bairros, também é sustentada nas descrições feitas pelos funcionários da Asdog, quando citam a área de atuação da entidade: “A Asdog atende Nossa Senhora das Graças, Santa Efigênia, Santa Helena, Morro do Querosene, Monte Carmelo. Então, todos estes bairros estão no sistema de atendimento da Asdog”⁴⁶. É importante ressaltar que, dos três funcionários da Asdog entrevistados para este trabalho, apenas um é morador da área de atuação da entidade (Bairro Maria Eugênia).

Para o poder público, a adoção do termo “aglomerado” significa que as construções no espaço entre os Morros não obedecem à legislação para construção de moradias, com espaçamentos, muros e dimensões desordenados, sem projeto arquitetônico aprovado pelo município, que visa garantir, principalmente, a segurança. Já para a Asdog, a adoção do termo “bairro”, rejeita a condição de aglomerado que, para Valladares (2000), é sinônimo de favela. Muitas vezes, a entidade, por meio de seus documentos e de depoimentos de seus funcionários, refere-se ao espaço usando o termo “comunidade”, uma nova caracterização para os territórios da pobreza (VALLADARES, *ibidem*).

À semelhança de Canudos, a favela é vista como uma comunidade de miseráveis com extraordinária capacidade de sobrevivência diante de condições de vida extremamente precárias e inusitadas, marcados por uma identidade comum. Com um *modus vivendi* determinado pelas condições peculiares do lugar, ela é percebida como espaço de liberdade e como tal valorizada por seus habitantes. Morar na favela corresponde a uma escolha, do mesmo modo que ir para Canudos depende da vontade individual de cada um. (VALLADARES, 2000, p. 11)

Já nos mais antigos registros documentais encontrados hoje na Asdog, que são os estatutos redigidos nos anos 1993, 1995, 2000 e 2010, e ainda em atas de reuniões entre coordenação e diretoria, desde o ano 1997, o maior destaque feito sobre a caracterização do Carapina é para um território carente, no sentido econômico, com reflexos na saúde e na qualidade de vida da população local. Na ata de reunião entre diretoria e coordenação da entidade, no dia 26 de junho de 1998, registra-se o seguinte fato: “Cibele [funcionária]

⁴⁶ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 26 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG.

também falou de 44 crianças desnutridas no Santa Helena e 20 crianças no Carapina”⁴⁷. Já em reunião do dia 23 de setembro do ano seguinte, evidencia-se a seguinte característica entre a população da área atendida pela Asdog: “[...] temos 283 crianças desnutridas. Convocar as mães para uma reunião para falar sobre”⁴⁸.

A partir do ano 2000, principalmente em atas de reuniões da Asdog, já começa a ser destacada outra característica da área de atuação da entidade. Passa-se do espaço com grande concentração de famílias pobres para espaço com altos índices de criminalidade, que interferem diretamente o trabalho voluntário.

Passou-se para o assunto das visitas às famílias, que no momento estão sendo feitas pelas monitoras do projeto, onde foi citado o caso de assassinato da criança ocorrido na Rua 1º de Maio, onde a funcionária Célia presenciou o caso. Conclusão: as funcionárias estão correndo risco em visitar todas as famílias. A coordenadora sugeriu contratar pessoas para fazer as pesquisas, já que o projeto tem um prazo para a entrega dos resultados e as pesquisas estão atrasadas, devido ao impedimento causados pelos atritos ocorridos no Bairro, sendo que tem dias que as mesmas não podem ir nas casas por causa da violência. Com isto, todos presentes nesta reunião concordaram em contratar as pessoas que já estão acostumadas em fazer pesquisas. (ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 14 de novembro de 2000, p. 82)

De acordo com a ex-atendida pela entidade, também ex-funcionária da instituição e moradora do Morro do Carapina, a Asdog nunca chegou a contratar empresa ou pessoas de fora do bairro para realizar o trabalho de visitas às casas. A estratégia usada foi contratar uma moradora para fazer as visitas:

“Houve sim uma guerra de bairro, em que o pessoal do Carapina não podia ir ao Santa Helena, na [Rua] Tancredo Neves e nem na [Rua] Gentil Dias. Aí, as meninas que moravam aqui no Carapina não podiam trabalhar no Santa Helena porque era muito perigoso mesmo. Mas foram contratadas algumas moças de cada bairro para trabalhar no seu bairro, inclusive eu. E aí nós fazíamos este trabalho sem nenhum medo. (OLIVEIRA, Cristina. Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 16 de setembro de 2011, Centro, Governador Valadares – MG)

⁴⁷ ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 26 de junho de 1998 (p. 42).

⁴⁸ ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 23 de setembro de 1999 (p. 58).

Atualmente, os funcionários da Asdog destacam que sua área de atuação é uma região que ainda deve ser considerada como pobre: “[...] a questão da pobreza [...] ainda está muito gritante no morro do Carapina”⁴⁹. O termo “carente” também é utilizado para caracterizar o território da região do Carapina: “Região do Carapina é uma região muito carente, muito necessitada de implementação de projetos sociais. Há alguns projetos implementados na comunidade, mas não atendem a demanda, porque a demanda é muito grande”⁵⁰.

A presença de projetos sociais implantados na região do Morro do Carapina também faz parte da forma de atuação da Asdog, conforme demonstram todos os relatos dos funcionários entrevistados.

“Hoje, quando alguém me pergunta sobre a região do Carapina, eu digo que a região do Carapina cresceu muito, as pessoas, a questão da pobreza. Hoje, a questão da pobreza, por exemplo, hoje tem muitos projetos sociais implementados na comunidade, a questão da informática, a questão do futsal, é, jazz. Então, assim, tem muitas coisas que uma outra comunidade, um bairro de classe média alta tem, hoje o Carapina tem também. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 26 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG)

Nesse momento, evidencia-se que a Asdog enxerga a região do Carapina como um território que precisou da intervenção externa, por meio de projetos sociais e da própria instituição, para ter serviços e bens que outros territórios, identificados como comunidades de classe média alta, com grande poder aquisitivo, possuíam e que não eram característicos da região do Carapina. Esses bens são exaltados pela Asdog como sinônimo de crescimento para o território, de qualidade de vida para a população. A entidade se mostra capaz de preencher essas necessidades, atuando como compensadora de desigualdades sociais, e, conseqüentemente, reafirmando-as, com o reconhecimento de um padrão de valores, não destacando, em momento algum, intenção de contestá-lo ou corrigi-lo.

Outro ponto que recebeu ressalva por parte de todos os funcionários da Asdog é o preconceito, dispensado pela população urbana sobre a região do Carapina. A formação de uma imagem negativa sobre o bairro, segundo os funcionários, principalmente em relação à existência de grande violência na área, só existe para quem não conhece ou quem mora na região do Morro do Carapina: “[...] o bairro é violento. Mas eu vejo essa violência também

⁴⁹ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 26 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG.

⁵⁰ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 26 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG.

em outros bairros. Então, eu acho que o principal, a imagem que eu tenho e vejo como que eles olham o bairro, é com certo preconceito”⁵¹.

Outra funcionária faz o seguinte relato sobre o preconceito:

“Olha, quando eu trabalhava em outra instituição, quando falava Carapina, o pessoal já vinha, tipo assim, ninguém pode, ninguém quer ir lá. A gente tinha uma visão de que aqui era, a questão da violência mesmo. Eu acho que tinha medo. Hoje, não. A gente vê que quem realmente conhece o Carapina tem outra visão. Quando eu passei a trabalhar aqui, igual, nos dois dias que eu venho aqui, eu já tenho outra visão. Das pessoas que realmente tem interesse de mudar, tem interesse de ter uma vida melhor, mas falta oportunidade. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG)

Mas é reconhecido que também há moradores da região que têm preconceito do bairro, por causa do aspecto violência, principalmente por fazer referência ao nome “Carapina”, como afirma uma funcionária da Asdog: “Porque eles realmente discriminam por morar no Carapina. E tem pessoas que eu vejo que moram aqui e, às vezes, coloca Nossa Senhora das Graças, não coloca Carapina. Porque já vê que as pessoas têm, já veem de uma forma diferente”⁵².

Apesar de ser consenso dos representantes da Asdog que o Morro tem uma imagem, por parte dos não moradores, que não condiz com sua realidade, no que diz respeito à criminalidade, também é consenso o destaque dado para a violência como um dos maiores problemas sociais que caracteriza a região do Carapina, o que pode marcar uma ambiguidade de valores e de prática. O problema violência foi mais destacado pelos funcionários da Asdog do que o problema pobreza. Mesmo quando a ideia defendida é de que a região precisa de mais investimentos financeiros do poder público ou de implantação de projetos sociais, no pano de fundo está sempre estampada a questão da violência como problema social da região: “Então, se eles não têm, se não têm um investimento neles, eu acho que isso gera violência. É esse espaço vago que eles ficam tendo quando não tem um outro lugar para ir”⁵³.

No trecho acima, a ideia de que há ociosidade na rotina ou na vida das pessoas que moram na região do Carapina, justifica a necessidade de a Asdog interferir nesse território, oferecendo atividades e serviços diferentes dos que a região comumente oferece. A opção por

⁵¹ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG.

⁵² Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG.

⁵³ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG.

atividades do “mundo do crime” intermedeia essa situação como algo lógico e consequente: caso não haja a intervenção da entidade ou do poder público, na rotina das pessoas que moram na região, é possível que os moradores optem pela prática criminosa.

No entanto, o aspecto de região violenta é sempre amenizado por quem trabalha na Asdog, afirmando ser a violência um fenômeno de toda a cidade de Governador Valadares, o que não se restringe à região do Carapina: “Acredito que no Carapina, assim como qualquer outra região, como em qualquer outra região, a questão das drogas, a questão dos homicídios e outras coisas mais [...]”⁵⁴.

Assim, pobreza e violência são as principais características ou estigmas sociais da região do Carapina, tendo, a primeira, mais incidência no século passado e, a segunda, mais presença e destaque a partir dos anos 2000. Esmiuçando os estigmas sociais, há a falta de acesso à saúde, à educação, à moradia, ao esporte e ao lazer. Porém, eles assumem, nos discursos e nos documentos da Asdog, um segundo plano, sendo vistos como fruto da realidade de pobreza e como possibilidade de solução através do voluntariado.

Hoje, a conquista de uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) para o bairro e a implantação de um Centro Municipal de Educação Infantil, em regime de tempo integral, com dez horas de atividades diárias, também aparecem nos relatos dos funcionários da Asdog sobre a região do Carapina, mas, sempre, com a noção de coadjuvante. No entanto, não há destaques para ações do poder público que visam garantir acesso a serviços básicos de saúde e educação aos moradores da região do Carapina: “Eu vejo também que a comunidade, ela luta pelas coisas. Igual nesse ano, por exemplo, a gente vê a questão do posto de saúde que tiraram o médico. Então, a comunidade movimenta, ela reúne, ela vai atrás, ela corre atrás dos direitos dela”⁵⁵.

Além dos apontamentos em relação ao que se chama “estigmas sociais”, é interessante mostrar que, na visão da Asdog, também ganham destaque aspectos geográficos da região, encarados, neste trabalho, como estigmas geográficos. Segundo a entidade, falta acessibilidade devido à característica muito íngreme do morro e às obras de infraestrutura. Mas, a Asdog dá mais importância a esse aspecto da região há cerca de dez anos, principalmente por meio de atas de reuniões da entidade até o ano de 2003. Hoje, na caracterização da região do Carapina, por parte dos funcionários da Asdog, o quesito infraestrutura tem pouco espaço, aparecendo como citação direta apenas uma vez, como

⁵⁴ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 26 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG.

⁵⁵ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG.

referência de aspecto ruim do Carapina: “Essas outras coisas seria a infraestrutura e a questão da pobreza, a questão da pobreza que ainda está muito gritante no morro do Carapina”⁵⁶.

2.3 ASDOG E SUA VISÃO SOBRE O PRÓPRIO PAPEL NO TERRITÓRIO

Em documentos da Asdog, desde o ano 1993, e em atas de reuniões, desde o ano 1997, a entidade reconhece seu papel na região do Carapina. O objetivo de sua intervenção é fazer com que as famílias mais pobres tenham oportunidades de aumentar a renda; para isso, associa o aumento do poder de consumo com possibilidade de promoção social.

O Estatuto do ano 1993 apresenta a seguinte finalidade de existência da Associação: “Com a finalidade de ajudar famílias carentes, apadrinhadas ou não [pelo Fundo Cristão], interessadas em melhorar as condições de vida e bem estar social destas famílias”⁵⁷. Já a ata da reunião entre diretoria e coordenação da Asdog, no dia 16 de dezembro de 1997, apresenta a instituição como agente de educação popular de apoio à criança, ao adolescente e à família, desenvolvendo ações nas áreas de saúde, educação, nutrição, lazer, profissionalização e geração de renda.

Os termos “trabalho” e “profissionalização” aparecem em texto sobre os fins das ações da Asdog no Estatuto de 2003:

Promover o desenvolvimento das famílias sócias e associadas [família residente na comunidade, que participa de programas específicos mantidos por convênios, segundo os critérios das entidades conveniadas] buscando, através do esforço coletivo, condições para o atendimento às necessidades de trabalho, educação, transporte, habitação, vestuário, saúde, medicamentos e profissionalização. (ESTATUTO, ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES, 2003, p. 2)

O papel da entidade de encaminhar famílias atendidas para o mercado de trabalho só ganha mais clareza no texto do Estatuto do ano 2010: “Promover o desenvolvimento das famílias sócias e associadas buscando, através do esforço coletivo, condições para o atendimento às necessidades de encaminhamento para o mercado de trabalho, educação e

⁵⁶ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 26 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG.

⁵⁷ ESTATUTO, ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES, 1993 (p. 1).

profissionalização” (ESTATUTO, ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES, 2010, p. 1).

Já a necessidade e a busca da instituição por parceria com outras ONG’s e poder público para que o papel da entidade, como o de atendimento a crianças e a adolescentes, seja concretizado na região do Carapina, ganha destaque a partir do ano 2000, no artigo sobre finalidades da Asdog, em seu Estatuto: “Articular-se com ONG’s (Organização Não-Governamentais) e OGs (Organização Governamentais) para que as Políticas de Proteção Infância e Adolescente sejam implementadas”⁵⁸.

O trecho anterior apresenta relação direta das ações da Asdog com as políticas do poder público, especialmente no que se refere às leis que regem a política de Assistência Social no país. O papel da entidade, na região do Carapina – especialmente a partir do ano 2000, quando começam a ser destacadas nos estatutos que as ações da entidade se baseiam nos encaminhamentos aprovados pelos poderes executivo e legislativo brasileiro, como o Estatuto da Criança e do Adolescente –, é o de se inserir no contexto formal das políticas públicas de assistência social, aplicadas no Brasil. Afinal, seguir o que está determinado por lei, significa estar apto a participar da distribuição dos recursos públicos e aplicá-los na região do Carapina, como destacado em trecho da ata de reunião a seguir:

Esta reunião foi marcada para que fosse apresentando e aprovado os Planos de Trabalhos enviados para a celebração de convênios com a Prefeitura, para recebimento dos recursos de Emenda parlamentar da Deputada Estadual Elisa Costa; do convênio com a Secretaria de Assistência Social para recebimento dos recursos do FNAS; dos recursos das multas da ESTACIOTEC; dos recursos de subvenções da SMAS e FIA-GV para as creches; e dos recursos pleiteados juntos ao CMAS, FMAS e CMDCA/FMDCA. [...] Após avaliar cada plano de trabalho apresentado, a diretoria, por unanimidade, aprovou todos eles, por estarem em conformidade com os princípios estatutários da Asdog, com os princípios da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social – e com o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. (ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 18 de março de 2008, p. 11)

É consenso entre os funcionários entrevistados da Asdog o destaque, hoje, da necessidade de mais parcerias para conseguir colocar, em prática, as finalidades da entidade,

⁵⁸ ESTATUTO, ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES, 2000 (p. 1).

como expõe um dos trechos dos depoimentos: “Asdog é uma coisa boa que tem no Carapina. Quando está funcionando, ok. Quando tem, assim, o parceiro ajudando”⁵⁹.

Atualmente, mais do que contar com o apoio da rede FCC de transferência de renda, a Asdog trabalha com o grande foco de ser parceira do poder público para alcançar seu objetivo de promoção social das famílias pobres. A presença das ações da Asdog na região do Carapina, hoje, também revela investimentos do poder público no local. E a ideia de que o poder público também tem obrigação de manter financeiramente a ONG tem espaço nos depoimentos de funcionários da Associação:

“Então, assim, eu acho que devia ter um empenho maior por parte do poder público para estar ajudando a instituição. Como a instituição é uma instituição filantrópica, a gente não tem fundo, não tem fins lucrativos, a gente depende de parcerias para estar direcionando as nossas atividades”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG)

As ações de um ator sobre um espaço refletem o território concebido por ele e a imagem que ele faz do espaço. Nessa perspectiva, a transformação do Carapina de uma região muito pobre em região violenta, fez com que se mudasse também a concepção da Asdog sobre o seu papel no território. Até por volta do ano 2000, registros documentais, principalmente atas de reuniões entre diretoria e coordenação da entidade, focaram muito a necessidade de ação da entidade diante da pobreza do bairro. A partir disso, a violência ganhou espaço nos registros documentais e o principal estigma social a ser amenizado foi a violência. A capacidade de a Asdog combater a violência aparece como consenso entre os entrevistados: “E o nosso trabalho é este, estar amenizando essa questão da violência com as atividades que a gente oferece”⁶⁰.

Em relatos de representantes da Asdog, não há destaque para a existência de outros estigmas sociais na região que estejam em responsabilidade de combate por parte da instituição. Da mesma forma, inexistem relatos de estigmas geográficos dependentes de solução oferecida pela entidade.

O fortalecimento da estrutura familiar é ressaltado em relato dos funcionários da Asdog como um dos papéis da entidade, revelando, assim, que a Asdog indica existir ausência

⁵⁹ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG.

⁶⁰ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG.

do ideal, desse valor moral, na região do Morro do Carapina. Isso faz transparecer uma postura conservadora da Asdog, que destaca trabalhar para a formação de valores, ou podemos dizer do imaginário social: “A Asdog hoje no Carapina desempenha um papel fundamental. A Asdog trabalha famílias, trabalha o social como um todo. Trabalho, os valores morais. Tudo isso através de cursos.”⁶¹

De simples ator, inicialmente, incentivador de transferência de renda entre as pessoas, a Asdog passou, desde sua criação até os dias atuais, à condição de instituição que tem como um dos principais papéis atrair investimentos do poder público para a região do Carapina, na tentativa de alcançar concretização do que afirma ser o seu principal papel naquele território: promover as famílias socialmente, significando, mais amplamente, aumento do poder aquisitivo e, concretamente, o combate à violência.

Vale ressaltar que, como o processo legal de toda destinação de verba pública para ONG obriga a apresentação de projeto por parte da entidade ao poder público, com detalhes sobre as ações que serão desenvolvidas com o dinheiro, e os resultados almejados, a parceria Estado/Terceiro Setor significa, no mínimo, concordância sobre quais ações ou interferências devem ser realizadas num determinado território. Neste estudo de caso, o poder público, ao aplicar recursos à entidade, tem um mesmo olhar sobre as necessidades de investimentos da região do Carapina, caso comparado ao olhar da ONG.

2.4 ASDOG E SUA VISÃO SOBRE OS MORADORES/ATENDIDOS E O PODER PÚBLICO

Para ser família sócia ou associada da Asdog, o principal critério adotado é a renda familiar. Um exemplo é o benefício de criança apadrinhada pelo FCC. Para ter uma criança apadrinhada, a família tem que apresentar renda *per capita* de até um terço do salário mínimo vigente. Assim, a existência da Asdog na região do Carapina já pressupõe existência de uma área habitada por famílias de baixa renda.

O capítulo II do Estatuto da entidade, redigido no ano 2000, traz a definição de quais são os moradores que podem ser atendidos pela Asdog: “Sócios são as famílias inscritas, destinatárias de todos os serviços, participantes diretos de todos os programas desenvolvidos e

⁶¹ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 26 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG.

que preencham os requisitos e critérios de cada convênio [com os parceiros da entidade] e da ASDOG”⁶². Porém, antes de tentar se enquadrar em qualquer critério para participar dos benefícios, frutos de convênios entre Asdog e qualquer outro parceiro, há a seguinte restrição também formalizada no em tal estatuto: “Perderá a condição de sócio aquele que mediante estudo socioeconômico encontrar-se em situação de promoção, segundo critérios de avaliação da ASDOG e/ou convênios” (ESTATUTO, ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES, 2000, p. 3).

Além da caracterização dos moradores do Carapina que são atendidos pela Asdog como famílias de baixa renda, referenciadas nos documentos (Estatuto e Regimento) até o ano 2003 como famílias carentes, a entidade enxerga os moradores da região do Carapina como pessoas com grande capacidade de união. O senso de comunidade é destacado pela Asdog como característica dos moradores locais, especialmente, do Morro do Carapina. Um dos funcionários, entrevistado nesta pesquisa, faz a seguinte descrição sobre esse território:

“Carapina. Eu acho uma comunidade unida. Eu acho, assim, por morar em outro bairro e ver a realidade do bairro, assim, não tem a união que aqui tem. Eu acho que a comunidade aqui tem unidade. Por exemplo, se tem um problema no posto de saúde, todo mundo compra a briga. E isto você não vê em outro bairro”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG)

De acordo com Freire (2008), o uso da denominação “comunidade”, especialmente no caso das favelas, é feito pelos moradores e, até mesmo, pelo poder público, para amenizar as imagens negativas sobre o território. A autora, usando a ideia de Godim (1982), explica que, para os moradores da favela, o que se pode resumir muito rasteiramente como áreas em que o principal problema é o de habitação – que acarreta um amontoado de moradias sem estrutura urbana adequada e favorece outros tantos tipos, chamados estigmas sociais –, o uso da terminologia representa uma tentativa de mudar o imaginário social sobre o que é uma favela:

[...] o estigma não se esgota na mera situação geográfica, mas está associado a uma condição de pobreza e a uma relação de subordinação na estrutura social, as quais, em última instância, permitem a sua manipulação na política habitacional. Esse estigma, associado à pobreza e ao crime, afeta os mais diversos aspectos da vida dos moradores, como a busca por empregos, o envolvimento amoroso, a relação com a

⁶² ESTATUTO, ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES, 2000 (p. 2).

polícia, ou a simples aproximação com outras pessoas. Visando amenizar esse estigma, a categoria “comunidade” parece evocar, tanto para os representantes do poder público quanto para os moradores diretamente atingidos pelo processo de estigmatização, uma alternativa simbólica viável. (FREIRE, 2008, p. 109)

Porém, contrariamente ao empenho dos moradores e, também, de funcionários da Asdog, para o fortalecimento do senso comum de que a região do Carapina forma uma comunidade, o envolvimento dos moradores com a Asdog e a participação deles nas atividades da instituição são descritos por funcionários e por documentos da entidade, principalmente a partir do ano 2007, como insatisfatórios – ação que parece ir contra a consolidação dessa ideia de comunidade, em que a participação e a mobilização são consideradas elementos positivos e deveriam ser ressaltadas.

A ata da reunião do dia 14 de maio de 2008 destaca a “pouca ou nenhuma participação das famílias na entidade, dificuldade em relação à eleição da diretoria, pois não havia tido nenhuma inscrição de chapa ou pessoas interessadas”⁶³. Já em 2009, é relatado, em ata da reunião do dia 6 de maio, o pouco interesse das famílias em participar das atividades oferecidas pela Asdog. “Ana Cristina [coordenadora] relatou a todos que ainda há turmas sem participação no núcleo Santa Helena e que precisamos urgentemente reunir com as famílias para mobilizarem para participação das crianças e adolescentes nas oficinas oferecidas”⁶⁴.

Apesar de confirmar que, atualmente, os moradores da região do Carapina têm apresentando pouco interesse pelas atividades oferecidas pela instituição e pela gestão da entidade, a Asdog aponta que a causa do alto índice de criminalidade desse território está na falta de oferta de outras opções voltadas, principalmente, para crianças e adolescentes, que não sejam o mundo do crime, principalmente o mundo das drogas. “Então, eu acho que a partir do momento que você não dá uma atenção para a cidadania, não dá uma atenção para a formação desses adolescentes, dessas crianças, a violência tem espaço”⁶⁵.

Nesse ponto, a Asdog ressalta a caracterização do papel do poder público. Pois dar opções e oportunidades para as crianças e adolescentes, diferentes daquelas oferecidas pelo mundo da criminalidade, são funções, principalmente, do poder público. Desse modo, a Asdog se coloca, hoje, como facilitadora da inserção do poder público na comunidade,

⁶³ ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 14 de maio de 2008 (p. 16-17).

⁶⁴ ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 6 de maio de 2009 (p. 41).

⁶⁵ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 26 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG.

colaborando para que o Estado cumpra o seu papel de garantidor dos direitos básicos, como educação, geração de renda, lazer e saúde, desde que ele estabeleça parceira, principalmente no quesito financeiro.

Sobre isso, um funcionário da Asdog faz a seguinte ressalva:

“O foco de violência aqui é muito grande, a gente vê muitas crianças. E o nosso trabalho é esse, estar amenizando essa questão da violência com as atividades que a gente oferece. Eu vejo também que a comunidade, ela luta pelas coisas. Igual nesse ano, por exemplo, a gente vê a questão do posto de saúde que tiraram o médico. Então, assim, a comunidade movimenta, ela reúne, ela vai atrás, ela corre atrás dos direitos dela. E, por isso, eu acho que teria que ter muito mais coisas para oferecer para eles, uma vez que eles valorizam o que a gente oferece. E, no momento, a gente tá tendo muito pouca coisa porque a questão das parcerias que a gente tem tá em falta. Muitas atividades não estão acontecendo devido à verba que não saiu. As pessoas que trabalham nas oficinas estão paradas devido a isso. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011)

A Asdog investe, atualmente, em desenvolvimento de projetos, de planos de trabalhos com datas certas para começar e terminar, a fim de facilitar o investimento do poder público na entidade, e, conseqüentemente, na região do Carapina. A entidade recebe investimentos do poder público municipal, através dos fundos Municipal e Nacional de Assistência Social, do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência e, ainda, outros recursos, vindos de participação direta nos conselhos afins ao trabalho da entidade, como de Assistência Social e dos direitos da Criança e do Adolescente. Além disso, recursos dos governos estadual e federal também chegam à entidade, através de emendas parlamentares. Enfim, a Asdog enxerga o poder público como um parceiro para a sua manutenção, rumo ao alcance de sua finalidade de existência: promover socialmente as famílias necessitadas, destacando o critério de renda *per capita*. Isso deixa claro que a promoção social está intimamente ligada ao aumento do poder de consumo das famílias.

2.5 A IMAGEM DO ESPAÇO: TERRITÓRIO CONSTRUÍDO/VIVIDO PELA ASDOG

A Asdog projeta o espaço onde atua como sendo um território-carência, visto que são destacados, em seus mais antigos documentos existentes e em relatos de seus funcionários, a pobreza e um alto índice de criminalidade entre a população. A entidade também sustenta a

ideia de que o território do Carapina tem sua característica de área violenta muito relevada, principalmente, por atores de outros territórios, ocasionando a construção de um aspecto negativo sobre a região por quem não vive ou não conhece de perto o território.

Verifica-se que a entidade existe, porque acredita e reafirma a condição do território carente, em que a exclusão social, como defendido por Rodrigues (2000), está diretamente ligada à falta de acesso a bens materiais. A Asdog sobrevive da crença de que o território onde atua, com todos os seus atores envolvidos em um único espaço, precisa de seu agir para ser olhado, para existir diante de um território maior, diante do qual o Carapina ainda está excluído.

Ao agir para atrair olhares – o que, na maioria das vezes, significa buscar investimentos de recurso por parte de pessoas, outras ONG's, e do poder público para a região do Carapina – a Asdog constrói a imagem do seu território. Essa imagem indica, primeiro, um território carente e, posteriormente, a necessidade de intervenção da sociedade para diminuir a desigualdade social e promover inclusão social. Para Rodrigues (2000), isso é a construção de um território-carência, justificado pela presença da sociedade-providência, nesse caso, da Asdog – entidade que existe para tentar suprir as necessidades, materiais e sociais, visto que o território está inserido dentro do sistema capitalista, em que o poder de consumo revela conquistas sociais. Assim, cada ação da Asdog só se justifica se, para ela, o território em que atua, apresenta-se como carente.

A Asdog reconhece a participação do poder público no território vivido por ela. Porém, não atribui eficiência à participação do Estado na formação e na manutenção de tal território. Ela vive um território-carência, porque o Estado se apresenta omissivo no espaço geográfico, mantendo as desigualdades (GRAMSCI, 1979). Enfim, no território-carência, os estigmas sociais que mais o reforçam e sustentam-no são a pobreza e a violência, sendo essas características, de acordo com a Asdog, aquelas que moldam a vida da população que vive no Morro do Carapina.

O reflexo da omissão do poder público pode ser visto no envolvimento da população com o mundo do tráfico, devido ao tempo ocioso dos moradores, creditado pela Asdog à falta de investimento, principalmente, de ordem financeira no território. No entanto, o estigma violência é amenizado pela Associação, que opta reforçar o senso de existência de uma comunidade, enquanto reduz tal estigma à característica comum entre outros territórios externos ao da região do Carapina.

Apesar de tentar amenizar os pontos negativos que possam recair sobre o comportamento ou a caracterização da população local (moradores atendidos por ela), e não

ao território valadarense como um todo, a Asdog deixa de valorizar as características próprias de tal comunidade como satisfatórias. A busca é para atingir e conquistar aspectos de outros territórios, explicitados em depoimentos como de maior poder aquisitivo – classe média alta. Dessa maneira, a Asdog busca o de fora para apresentar e formar o território idealizado por ela, não significando, concretamente, trabalho pela erradicação das desigualdades sociais, mas afloramento das disputas por alcançar renda e consumo – uma melhoria da vida na sociedade capitalista.

Diante disso, a Asdog vive um território que tem como destaque as relações diretas da entidade com o poder público. A ONG só existe, porque o Estado ofereceu o papel de providência à população. Por isso, no capítulo seguinte, serão investigados dois atores: poder público e moradores/atendidos.

3 IMAGEM DO PODER PÚBLICO E DOS MORADORES ATENDIDOS PELA ASDOG SOBRE A REGIÃO DO MORRO DO CARAPINA

Depois de apresentar o território construído e vivido pela Asdog, é relevante se investigar as imagens sobre o espaço em que essa entidade atua, a partir da perspectiva de outros dois atores ligados diretamente a ela: poder público e moradores. Isso tem a ver com a análise dos territórios produzidos por eles sobre um mesmo espaço.

O poder público e os moradores se ligam à Asdog por alguns motivos. Dentre eles, afirma-se que a entidade só se justifica na região do Carapina, porque o poder público (Estado) lhe cedeu espaço legal, de provedor de serviços e de direitos fundamentais à vida. Ainda, porque os moradores reconhecem e utilizam as atividades ofertadas pela Asdog, fazendo com que ela se firme e permaneça como ator em tal espaço.

3.1 IMAGEM DO PODER PÚBLICO SOBRE A REGIÃO DO CARAPINA

Para investigar a imagem que o poder público tem sobre a região do Carapina, este trabalho toma como objeto de pesquisa o “Programa Comunidade Viva em Ação”. A escolha foi feita devido a tal programa apresentar a mesma área, tanto espacial quanto de meta de resultados, que da Asdog. Através dessa opção, intenciona-se perceber semelhanças e diferenças entre as imagens de vários atores (ONG, poder público e moradores/atendidos pela ONG) sobre um mesmo espaço, ou seja, os territórios vividos e construídos por todos eles.

3.1.1 Presença do poder público na região do Carapina: “Comunidade Viva em Ação”

O “Programa Comunidade Viva em Ação” surgiu, enquanto projeto, no ano 2005. Tratava-se de um plano de trabalho, que possuía data marcada de início e de término e metas traçadas de atuação. Ele foi apresentado à Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão do Ministério da Justiça, que aceitou promover seu financiamento, por se tratar, conforme define seu próprio texto, de “propostas e projetos na área de segurança pública para prevenção à

violência nos aglomerados Carapina e Querosene” (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 1). Esse objetivo seria concretizado através das seguintes ações:

- a. Implantar cursos que possibilitem a capacitação da população alvo.
- b. Desenvolver habilidades artístico-culturais, que permitam a identificação de interesses/vocação na população alvo.
- c. Desenvolver habilidades de esporte e lazer que possam ocupar o tempo da população alvo, contribuindo para um melhor desenvolvimento físico-emocional da mesma.
- d. Produzir discussões sobre temas relevantes nos campos da economia, saúde e educação, visando contribuir para o exercício efetivo/ativo da cidadania. (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 10)

O discurso das ações revela a ideia de que, para o poder público, há carência de atividades socioculturais extras, aos moradores da região do Morro do Carapina. Conseqüentemente, são altos os índices de criminalidade e os atos violentos em tal espaço. A fim de diminuir ou de amenizar essa ocorrência, o meio defendido é o de ocupar o tempo da população com atividades/cursos em áreas de cultura, esporte, lazer e educação, definidos pelo poder público como ideais ao combate daquilo que se chama “estigma social violência”.

Trazendo Raffestin (1993) para essa discussão, ressalta-se que qualquer ação é movida pela intenção de poder. Isso denota, dentro do contexto de criminalidade no Morro do Carapina, que o Estado deve interferir nessa região e, mais, conquistar e reforçar seu poder no referido território. Assim, o poder público tem a capacidade de garantir o melhor – mesmo que isso seja definido, praticamente, só por ele.

A fim de que as ações definidas pelo “Programa Comunidade Viva em Ação” atingissem o público alvo no ano 2005, seriam precisos R\$ 492.263,89 (quatrocentos e noventa e dois mil, duzentos e sessenta e três reais e oitenta e nove centavos)⁶⁶ reais, destinados à aplicação em seis cursos ou miniprojetos: a) Esporte e Lazer: oferta de escolinha de futebol e aulas de artes marciais para crianças e adolescentes; b) “Projeto Cidadania”: realização de encontros e de palestras sobre sexualidade, controle de natalidade, segurança no trânsito, economia doméstica, escolha, conservação e utilização adequada dos alimentos, saúde da mulher e abordagem multidisciplinar da família; c) “Projeto Musicalização”: oferta de aulas de música, com formação de um coral infantil, banda rítmica e aulas de violão e flauta para crianças e adolescentes; d) “Projeto Doce Lar”: realização de aulas para discutir

⁶⁶ Essa quantia foi estabelecida tendo como base a quantidade populacional do Morro na época.

temas que levam à diminuição do número de acidentes domésticos; e) “Projeto Inclusão Digital”: oferta de curso de informática para adolescentes e adultos; f) “Projeto Grupamento Especializado em Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR)”: ação desenvolvida pela Polícia Militar, que seria incentivado pelo “Projeto Comunidade Viva em Ação” por meio de investimentos em equipamentos ao trabalho da polícia, objetivando garantir acesso dos moradores às atividades da instituição, visto que a região já era, na época, área de intenso conflitos de grupos rivais⁶⁷ pelo controle do tráfico de drogas.

No ano 2009, o Plano Municipal de Segurança Cidadã de Governador Valadares, com informações da Polícia Militar, divulgou o seguinte mapeamento dos conflitos de gangues na região do Carapina:

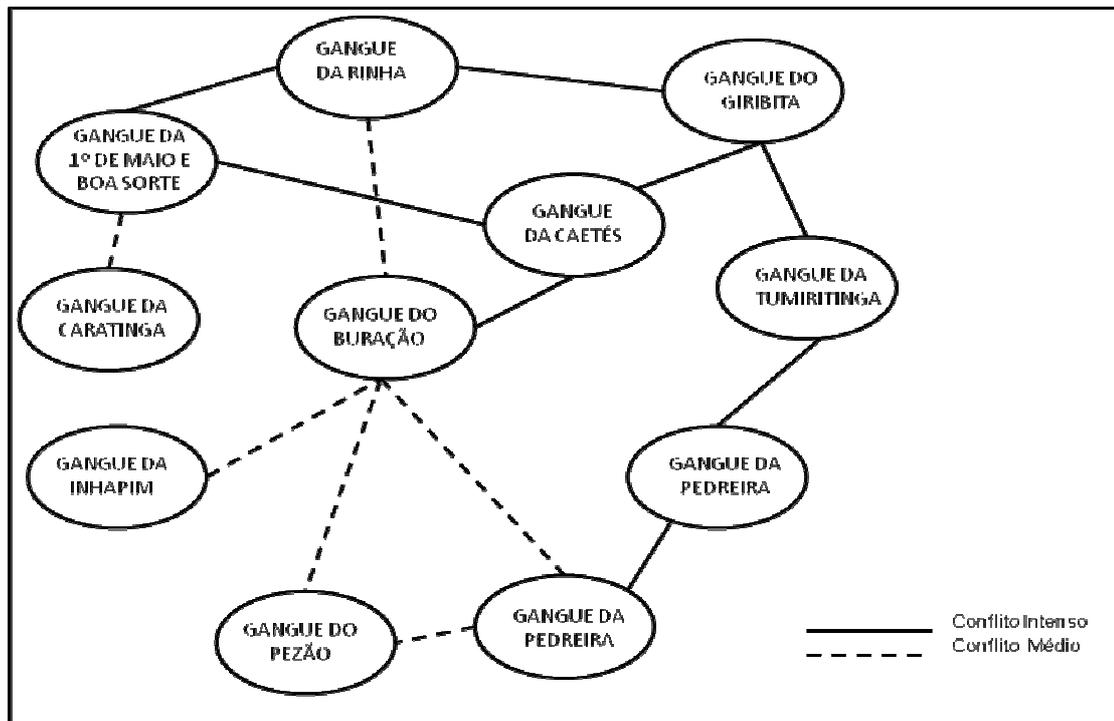


Figura 3: Intensidade no conflito das quadrilhas e alianças na região do Carapina
 Fonte: Companhias da Polícia Militar, disponibilizada no Plano Municipal de Segurança Cidadã de Governador Valadares, 2009.

O “Projeto Comunidade Viva em Ação” tinha como meta a redução nos índices de criminalidade, levando em conta os números de crimes violentos na região do Carapina no ano 2004, como exposto no quadro abaixo:

⁶⁷ Também nomeados “gangues”.

Índices de ocorrência de crimes violentos ano de 2004 – região do Carapina	Índice almejado com a realização das ações do Projeto Comunidade Viva em Ação – reduções em porcentagem
Homicídio consumado: 89	Homicídio consumado: 10% aproximadamente
Homicídio tentado: 256	Homicídio tentado: 15% aproximadamente
Estupro consumado: 9	Estupro consumado: 10% aproximadamente
Estupro tentado: 12	Estupro tentado: 15% aproximadamente
Roubo transeunte: 645	Roubo transeunte: 20% aproximadamente

O “Programa Comunidade Viva em Ação” teve duração de dois anos, um ano a mais do previsto no texto de seu projeto, sendo financiado, durante todo o tempo de execução, pelo Governo Federal. As ações foram realizadas no próprio espaço da região do Carapina, em escolas, no Centro Social do Bairro Santa Efigênia e na Asdog. Essa instituição foi responsável por facilitar o acesso dos moradores às atividades do projeto, conforme a fala da entrevistada a seguir: “(...) a instituição que a gente escolheu como a principal para se instalar o programa, ela é uma instituição mais neutra, que é a Asdog. Então, ali os jovens poderiam ir com mais facilidade. Sem correr nenhum risco”⁶⁸.

Depois de transcorridos dois anos da data de sua instalação, o projeto, por ter apresentado bons resultados⁶⁹, transformou-se em um programa mantido com recursos do poder público municipal. A partir desse momento, mais precisamente no ano 2008, a Asdog passou a ser parceira formal do “Comunidade Viva em Ação”, sendo o local de execução das ações do programa, e, ainda, a instituição proponente para recebimento de recursos via Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA):

[...] a Prefeitura passou a ter um recurso, através do [Fundo Municipal para a Infância e Adolescência] FIA. E aí a gente precisa de uma instituição que tivesse todos os documentos, e que tivesse já estabelecida na comunidade, um nome na comunidade. E a gente entendeu que seria a Asdog, justamente pela forma dela estar

⁶⁸ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de novembro de 2011, no Bairro Santa Efigênia, Governador Valadares – MG.

⁶⁹ A Prefeitura não disponibilizou quantitativa e precisamente os dados para este trabalho.

na comunidade, pelo respeito que ela já tinha. Então, a Prefeitura repassa esse dinheiro para a contratação dos funcionários. Mas a Prefeitura nunca deixou de ter a organização através da equipe. A equipe continua organizando as oficinas, o que vai acontecer em cada região. A Asdog, ela simplesmente fazia a gestão desse financeiro. (XAVIER, Márcia. Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de novembro de 2011, no bairro Santa Efigênia)

Até o ano 2011, o “Programa Comunidade Viva em Ação” esteve vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social de Governador Valadares. No entanto, a partir de 2012, ele passou a fazer parte da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

3.1.2 Poder público: caracterizando a região do Carapina

A região do Carapina é definida pelo poder público municipal como enquadrada “na condição de vulnerabilidade socioeconômica” (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 4) e, por isso, é reconhecida pela prefeitura como espaço “prioritário para a implantação de projetos político-sociais de redução da pobreza [...]” (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 4). Vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com o texto do projeto, significa: baixa qualidade de moradia; baixa renda; nível diminuído de escolaridade; fragilidade da rede de apoio familiar, como falta de equipamentos de educação infantil; ausência de serviços de saúde à população; e reduzido nível de desenvolvimento comunitário. (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 3)

Denominado aglomerado, incluindo diversos bairros (Nossa Senhora das Graças, Santa Helena, Santa Efigênia e Maria Eugênia), a região do Carapina é caracterizada pelo poder público, que utiliza o Plano de Redução da Pobreza Urbana em Governador Valadares (2002), como área necessitada de intervenção social, com aspectos urbanísticos definidos como regulares ou ruins.

Além do apontamento para a necessidade de ações capazes de reduzir a pobreza, o poder público municipal destaca a característica da área em ser violenta e de grande incidência de crimes violentos. Tanto que, no projeto de criação do “Programa Comunidade Viva em Ação”, foi dado espaço para o detalhamento da região do Carapina pela Polícia Militar/Estado. Além disso, a prefeitura de Governador Valadares concorda com a visão do Estado de que o Carapina precisa de ações de enfrentamento à violência: “O índice de

criminalidade no setor é extremamente elevado, destacando os crimes contra a pessoa, o porte ilegal de armas de fogo e o tráfico de drogas, ou seja, tentativas de homicídios, homicídios, disparos de arma de fogo em via pública, “troca de tiro”, e outros” (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 6).

O clima de medo na vida de quem mora na região do Carapina também é destacado pelo poder público municipal, confirmando o aspecto levantado pelo Governo Estadual (Polícia Militar), como algo característico desse espaço. É devido a isso que o poder público atribui a soberania, muitas vezes, do território do crime sobre o território político (RAFFESTIN, 1993):

Predomina também a lei do silêncio no local diante dos fatos que ocorrem. As pessoas, via de regra, são ameaçadas por serem testemunhas de algum crime que presenciaram e por se sentirem amedrontadas deixam de auxiliar a justiça na condenação dos criminosos. O Estado, por sua vez, não consegue garantir a mínima condição de segurança para que tais pessoas possam colaborar. (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 6)

Hoje, o que funcionários do poder público municipal, ligados diretamente à execução do “Programa Comunidade Viva em Ação”, no entorno do Carapina, mais destacam, em seus relatos, como característica do território, são a violência e a pobreza, associadas, por sua vez, à condição de carência de recursos desse território. Exemplificando, tem-se: “Olhando o lado social do Carapina, é um bairro carente, bem carente, vulnerável. É bairro vulnerável, tanto na área social como outras áreas. É um bairro que precisa da atenção dos governantes, do município”⁷⁰.

De acordo com os representantes do poder público entrevistados, a violência no Carapina dificulta a acessibilidade em seu espaço. É que a existência de rixa entre grupos, envolvidos com o tráfico de drogas, resulta em delimitações imaginárias de trânsito no bairro, em regras sobre o tráfego dos moradores. Isso ressalta a realidade de que se chamou acima de “soberania do território do crime” – um território imaginário sobre o território político/oficial do Estado:

⁷⁰ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 20 de janeiro de 2012, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, Governador Valadares – MG.

“É, tem os territórios das gangues, das divisões, daquele dono daquele território, daquele pedaço ali. Então, o menino, se ele tiver envolvido em alguma questão, ou já foi envolvido, muitas vezes ele é impedido, as pessoas têm medo. Os outros, as pessoas que não são envolvidas, não. Elas têm um trânsito mais livre, pode subir”.
(Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de novembro de 2011, no bairro Santa Efigênia, Governador Valadares – MG)

Para Raffestin (1993), no território, a noção de limite demonstra a relação que um grupo mantém com porção do espaço. Esse autor denomina de “tessituras territoriais” a projeção de um sistema de fronteiras, que revela a área de exercício dos poderes. Tais tessituras, limites e fronteiras podem ser apenas simbólicos, não sendo expressos como em mapas usados como território político do Estado. Formam-se, assim, territórios imaginados, limites vividos e consumidos por indivíduos, organizações. O território do crime, na região do Carapina, pode ser visto como um território fictício, em que existem limites e fronteiras marcados, mentalmente. Além disso, há os que delimitam essa tessitura e os que apenas obedecem aos limites e às fronteiras.

O texto do “Programa Comunidade Viva em Ação” também traz essa característica de falta de acessibilidade, de forma clara, quando descreve a área em que suas ações serão desenvolvidas:

Os aglomerados que receberão o Projeto “Comunidade Viva em Ação” têm como característica predominante sua divisão territorial em áreas de atuação de gangues. São áreas delimitadas por grupos de marginais que se estabeleceram ao longo dos anos, onde um morador (via de regra criança e adolescente) de uma área é terminantemente proibido de transitar por uma área denominada por “ganguê” rival. Existem casos de pessoas morarem a alguns metros de outra região e sequer conhecerem as modificações que ela vem sofrendo ao longo dos anos, tudo isso devido ao receio de ter que passar por um lugar inóspito. Acontece também o caso de vários moradores dos aglomerados mudarem seus itinerários para poder chegar até a escola ou o trabalho. (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 19)

O aspecto geográfico da área não aparece exaltado em documentos ou em relatos do poder público municipal. Em entrevista dos funcionários, destaca-se em apenas um dos depoimentos a falta de infraestrutura da região, reconhecendo que é preciso mais investimentos, principalmente no quesito urbanização, atendendo, também, a padrões

estéticos de valorização local: “A infraestrutura tem muito que melhorar. Quer dizer, já está começando a melhorar, dá um novo visual lá, na infraestrutura da região do Carapina”⁷¹.

O tema habitação não é ressaltado nas falas dos entrevistados. No entanto, quando citado, apenas no texto do projeto Comunidade Viva em Ação, percebe-se o discurso que trata a região do Carapina como local aglomerado, o que basicamente representa pouco espaço geográfico para muita construção e imóveis de baixa qualidade estrutural. No texto do “Programa Comunidade Viva em Ação”, é destacada a alta densidade demográfica dessa região como sendo a possível maior do município: “Esses aglomerados [região do Carapina, chamado pela Prefeitura de aglomerados Carapina e Querosene] possuem uma população elevada, talvez a maior densidade demográfica da cidade”. (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 5)

Em conformidade com os funcionários entrevistados, não é negada pelo poder público a necessidade de mais investimentos em programas e em projetos sociais na região do Carapina. Entretanto, ganha mais destaque nos relatos a existência de boa rede de assistência social e saúde, implantada nesse espaço, amenizando a vulnerabilidade socioeconômica apontada, em 2005, pelo texto do “Projeto Comunidade Viva em Ação”.

“Por exemplo, hoje o que eu vejo em caso de saúde, nós temos o PSF, onde todas elas [moradoras idosas da região do Carapina] frequentam constantemente. Está do lado das casas delas. Tem enfermeiras que visitam casa por casa. [...] Então, a gente vê que tanto o município, poderia ser melhor, poderia, mas comparado a outras comunidades, eu acho que está bem servido, tanto a nível municipal quanto a nível estadual”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 9 de novembro de 2011, no Morro do Carapina, Governador Valadares – MG)

Além disso, aparece, nos relatos dos funcionários do “Programa Comunidade Viva em Ação”, a caracterização do Carapina como uma área que sofre preconceito interno e externo, devido a um discurso consensual e hiperbólico sobre atos de violência ocorridos nessa área.

“Porque ainda há muito preconceito. Mesmo dentro dessa região perto do Carapina, Santa Efigênia tem um pouco essa questão, do jovem que mora em determinado lugar, não é só no Carapina, ele não pode ir, ou a mãe não deixa ir. Às vezes, ele nem tem envolvimento com nada. É o medo ainda. E com isso, com o “Comunidade Viva” e outros programas, isso quebrou um pouquinho. A gente conseguiu fazer

⁷¹ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 20 de janeiro de 2012, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, Governador Valadares – MG.

torneios onde os meninos do Carapina jogaram contra os meninos do Querosene. A gente arrumou um campo mais neutro, levou esses meninos”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de novembro de 2011, no bairro Santa Efigênia, Governador Valadares – MG)

Nessa perspectiva, a região do Carapina é caracterizada pelo poder público municipal, por meio do “Programa Comunidade Viva em Ação”, como área pobre e violenta, sendo que a segunda característica ganha mais importância e é consequência, principalmente, do uso e do tráfico de drogas na região. Esses estigmas sociais são tratados pelo poder público, que já enxerga avanço no objetivo de diminuí-los.

3.1.3 Poder público: caracterizando o próprio papel no território do Carapina

O poder público municipal se apresenta como instituição capaz de contribuir “para a revitalização da comunidade, produzindo nos seus membros o empoderamento necessário a uma organização político social ativa, capaz de a médio e longo prazo, gerar a melhoria da qualidade de vida da população” (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 9). Isso se estabelece através da participação dos moradores nas ações do poder público, com espaço garantido para que eles participem de todas as etapas do processo de uma ação: “[...] conceber a comunidade como parte importante dos processos de elaboração, implementação e acompanhamento dos trabalhos”. (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 9).

No caso da região do Carapina, levando em conta suas características, nas quais a violência tem maior destaque, o papel do poder público reside, prioritariamente, em produzir condições de prevenção e de controle de atos violentos e criminosos (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 9). Para realizar essa função, o caminho apresentado aos moradores está na oferta de formação cidadã, ou seja, da construção de valores que balizam a conduta individual em diversas áreas, além do combate à criminalidade, ocasionada pelo tráfico de drogas, com uma atuação mais presente e ostensiva da polícia na região.

De acordo com depoimentos de representantes do poder público e com o texto do “Projeto Comunidade Viva em Ação”, as ações do poder público levam em conta a realidade

da região para serem desenvolvidas, e isso se dá por meio do envolvimento da comunidade. Um exemplo disso pode ser ilustrado na fala a seguir, sobre a escolha do local de funcionamento do referido projeto: “Escolheu o local da Asdog para trabalhar por entender que o espaço da entidade é um lugar neutro dentro do mundo da criminalidade na região do Carapina”⁷².

No trecho do depoimento, mais do que apresentar a ideia de que o poder público programa e realiza suas ações de acordo com a realidade apresentada por tal região, evidencia-se a distinção feita por ele entre Asdog e comunidade da região do Carapina. Ao defender que a entidade é um lugar neutro, dentro da comunidade local, o poder público indica que a instituição não faz parte do território da criminalidade, no qual moradores já estão inseridos. Isso também revela que há atuação dos territórios do crime, pois, no caso da prefeitura, por meio do “Comunidade Viva em Ação”, o Estado se sujeita a agir de acordo com fronteiras impostas por territórios que não é o de sua jurisdição – apesar de, em diversos momentos, disputar poder sobre a população e a formação de seu território. O poder público busca também contornar a apropriação do espaço por parte dos criminosos, defendendo a soberania do território oficial, para que a população respeite e aja de acordo com as regras do Estado, e não dos territórios do crime, que usam a violência como meio de se sobressaírem.

De certo modo, isso pode ser entendido como uma estratégia de, em um primeiro momento, minimizar o território oficial do Estado, político, diante de um território do crime que, em determinado tempo, apresenta-se mais forte, para se conseguir negociar a entrada e a permanência do território oficial. Em um segundo momento e aqui se pautando na ideia defendida por Raffestin (1993) de que toda ação pressupõe intenção de poder, o poder público inverte o lugar na pirâmide – entre o território oficial e o da criminalidade – de ordenamento da vida da população.

Entretanto, vale ressaltar, ainda, que, nos relatos de funcionários do poder público, além da violência, também aparecem temas como saúde, assistência social, infraestrutura e educação; porém, todos associados a estigmas sociais de pobreza e de criminalidade. Os temas são usados para exemplificar que o poder público está cumprindo o seu papel de resgate das condições de vida dos moradores ou de afirmação de que, apesar de haver investimentos de recursos, eles se apresentam insuficientes, como no caso da infraestrutura.

Enfim, o poder público municipal não se coloca como único garantidor do bem-estar social dos moradores da região do Carapina. Ele aprova, pede e apoia a participação da

⁷² Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de novembro de 2011, no bairro Santa Efigênia, Governador Valadares – MG.

comunidade em suas ações, principalmente nas que se referem à prevenção e ao combate à criminalidade. Para exercer seu papel, atua, até mesmo, de acordo com definições espaciais, respeitando limites e fronteiras, dos territórios do crime, deixando o seu território de direito, o território político e oficial em segundo plano a fim de conquistar a possibilidade de ser inserido no espaço. Hoje, o foco das ações do poder público parece estar, principalmente, no combate e no controle da criminalidade do bairro, não deixando, porém, de agir em outras áreas, como saúde, educação, lazer, esporte e obras de urbanização.

No portal da Prefeitura de Governador Valadares, de todas as notícias postadas – que também são indicativos de como o poder público caracteriza e, conseqüentemente, age na região do Carapina –, desde o ano 2009 até o dia 15 de fevereiro de 2012, destaca-se a região do Carapina, citando diretamente “Carapina” no texto. O tema “segurança” está na lista dos mais citados. Ao todo, publicaram-se 58 textos, sendo que as notícias sobre as ações do poder público para combater a violência nessa região só perdem, em quantidade de publicações, para o tema “saúde”, que algumas vezes aparece associado a outros temas como “geração de renda” – como no caso da notícia “PSFs implantam projetos de geração de renda”⁷³.

3.1.4 Poder público: caracterizando os moradores e a ONG Asdog

Comunidade participativa. Esse é o aspecto mais citado pelos funcionários do poder público municipal como característica dos moradores da região do Carapina. Em todos os relatos, essa condição se coloca em evidência. Pode-se também considerar que existe receptividade dos moradores aos projetos e às ações sociais desenvolvidos pela prefeitura na região, como expõe este trecho do relato de um funcionário: “[...] e todos os projetos sociais lá implantados são bem aceitos pela comunidade”⁷⁴. O que explica tamanha participação comunitária nos programas desenvolvidos em seu território diz respeito ao fato de os moradores da região do Carapina se mostrarem ansiosos e receptivos por mudanças no cotidiano social: “É um povo que quer muito algo novo; crianças e adolescentes com muito potencial”⁷⁵.

⁷³ Disponível em <www.valadares.mg.gov.br>. Acesso em: 15 de fev. 2012.

⁷⁴ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 20 de janeiro de 2012, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, Governador Valadares – MG.

⁷⁵ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de novembro de 2011, no bairro Santa Efigênia, Governador Valadares – MG.

A busca por uma nova realidade comunitária, apontada como marca dos moradores do Carapina nos relatos de funcionários do poder público municipal, seria para ver mudados aspectos comuns entre os moradores da região:

- 1- Os moradores dos aglomerados Carapina e Querosene, devido à má condição financeira, não têm acesso a cursos profissionalizantes, o que dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho, fazendo com que eles fiquem na situação de ociosidade aumentando as chances de se envolverem em atividades criminosas. (COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 20);
- 2- [...] baixa escolaridade da população, com altos índices de desemprego e com pouca empregabilidade de sua PIA (população em idade ativa); (COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 14);

Nesse contexto, para o poder público municipal, a Asdog desponta como uma instituição parceira em ceder serviços aos moradores que desejam nova realidade. Dessa forma, destaca-se, mais uma vez, a situação de carência na oferta de atividades aos moradores, a qual precisa ser suprida através de intervenção do poder público: “Tem a Asdog que é uma instituição que tem lá no Carapina que faz um bom trabalho lá, com toda a população”⁷⁶.

A Associação também é vista como ponto de apoio do poder público para sua inserção no território, pois, para a prefeitura, a Asdog é uma entidade consolidada geograficamente e que conquistou a aceitação dos moradores, principalmente, daqueles que estão envolvidos com o tráfico de drogas, como confirma relato de funcionário do “Comunidade Viva em Ação”:

“Tanto que a instituição que a gente escolheu como a principal para se instalar o programa, ela é uma instituição mais neutra, que é a Asdog. Então, ali os jovens poderiam ir com mais facilidade. Escolheu o local da Asdog para trabalhar por entender que é o espaço da entidade é um lugar neutro dentro do mundo da criminalidade na região do Carapina”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de novembro de 2011, no bairro Santa Efigênia, Governador Valadares – MG)

⁷⁶ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 20 de janeiro de 2012, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, Governador Valadares – MG.

Porém, o poder público faz a ressalva de que os projetos sociais existentes na região do Carapina, no ano 2005 – o que, no caso, inclui a Asdog –, não foram capazes de construir novas realidades de vida, o que, de acordo com o texto do “Projeto Comunidade Viva em Ação”, só serão alcançadas por meio da revitalização da comunidade: “[...] embora já sejam desenvolvidos projetos sociais, os mesmos não conseguem produzir mais do que a capacitação da população envolvida. Isso significa que o desenvolvimento de tais projetos não contribuem [sic] para a revitalização da comunidade [...]”.(PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 9)

Isso, literalmente, significa “fazer recuperar o grau de eficiência” (AURÉLIO, 2001, 608), e, no caso do objeto aqui em estudo de caso, o grau de eficiência da comunidade, dos moradores. Vale destacar que a modificação dessa capacidade do agir em comunidade é posta pelo poder público e não pelos próprios moradores. Assim, no contexto do Carapina, com presença de territórios do crime e da violência, que, inclusive são reconhecidos pelo Estado, verifica-se que o poder público apresenta a comunidade como incapaz e ineficiente para desempenhar o papel oferecido por ele. Portanto, em alguns momentos, a população aparece muito mais como um público, que somente recebe o benefício, sem participação direta no processo.

O poder público invalida a atuação desses moradores a partir da concepção e da lógica do Estado, que distribui papéis e funções sociais. Mais do que defender a necessidade de revitalizar a atuação comunitária, revela-se outro fato por parte do poder público: o de atribuir à população um dever, nesse caso, o de agir para combater a violência. Conseqüentemente, isso diminui as funções do Estado, responsabilizando os moradores pela falta de garantia de uma vida melhor.

3.1.5 A imagem do espaço: território construído/vivido pelo poder público na região do Carapina

Verifica-se que o espaço do Carapina é visto pelo poder público municipal como um território-carência, onde a pobreza e a violência se fazem evidentes. Entretanto, existem também outros tipos de problemáticas vivenciadas pelos moradores, como na área da geração de renda, da educação, da infraestrutura, da habitação, as quais não se mostram como preocupação especial à prefeitura, porque, se comparadas há anos, já se reduziram bastante.

Também há destaque para a carência de acessibilidade na região, mas esse fato é gerado não pela falta de infraestrutura ou de aspectos geográficos. A dificuldade de transitar se dá por causa da violência, pela existência de territórios do crime, em que fronteiras e limites são respeitados pelos moradores e, até mesmo, pelo poder público. Para garantir aos moradores da região do Carapina o direito, por exemplo, ao lazer, ao esporte e a cursos de profissionalização e de geração de renda, o poder público leva em conta, primeiro, os limites geográficos dos territórios do crime na região.

A busca por um lugar neutro para a atuação do poder público é destaque nos planejamentos de ações desse ator no Morro do Carapina, o que indica que a imagem de território marcado por conflitos, no caso de grupos envolvidos com o tráfico de drogas, já se firma, como sendo, praticamente, de toda a região. Como defesa do próprio poder público por meio de depoimentos já apresentados, um dos lugares neutros, que não representa disputa ou conflito entre gangues do crime, hoje, é a Asdog.

Diante desse território-carência, marcado, principalmente, pelo estigma social violência, o poder público assume a importância de atuação do Estado-Providência. Há ações na tentativa de diminuição das diferenças sociais, como a oferta de escola, de saúde e de obras de infraestrutura; porém, como já detalhado, é destacada a importância da participação dos moradores para o sucesso do que o poder público municipal denominou de “revitalização da comunidade”. Essa situação também pode ser encarada como uma simples justificativa por parte do Estado pelas falhas de suas ações no dever de garantia de direitos básicos, a exemplo da segurança, incluindo o direito de ir e vir de um cidadão.

Quando o poder público utiliza a expressão “revitalização da comunidade”, ele está se referindo à oferta de serviços em prol de tratar o estigma violência, e, logo, de superar o tempo em que a ordem é ditada pelo ator que produz e mantém os territórios do crime – os que vão em mão contrária ao fortalecimento do território político do poder público e sobrepõem-se a ele.

Zaluar (1999 apud TAVARES DOS SANTOS, 1999, p. 14), ao estudar a violência, utiliza-a como uma forma de sociabilidade, “na qual se dá a afirmação de poderes, legitimados por uma determinada norma social, o que lhe confere a forma de controle social: a violência se configura como um dispositivo de controle, aberto e contínuo”. Essa teórica reflete que a violência não se manifesta apenas no nível macro, do Estado, mas também no micro, com em grupos sociais, e, na contemporaneidade, ela estaria expressa no “excesso do poder que impede o reconhecimento do outro [...] provocando algum dano” (SALUAR, 1999 apud TAVARES DOS SANTOS, p. 14). A autora também deixa clara a lógica de se estar

lidando com as normas de um Estado de Direito, o que, para ela, não responde à questão de quais seriam os excessos, ou limites, regras, normas que são legitimamente aceitas na sociedade para o exercício do poder.

Com o objetivo de investigar os limites entre o que parece ser uma linha tênue entre poder e violência, Alvito (1999) apresenta o que ele mesmo chama de “algo perturbador”, uma definição proposta por Arendt (1994) que “diferencia e até mesmo opõe violência e poder” (ALVITO, 1999, p. 282). A ideia é de que a “violência é inútil quando não há mais poder, e o que importa não é mais a violência (ou a capacidade de empregá-la) existente por trás do poder, e sim o poder que permite a utilização da violência” (ALVITO, 1999, p. 283). Assim, a violência não traz poder, mas, é possível que o poder traga a violência. Raffestin (1993) destaca o uso, por exemplo, de forças militares como um possível recurso do poder, ou seja, a força coercitiva, ou a violência, pode servir como meio para se manter um poder já legitimado.

Propor o enfraquecimento dos territórios do crime na região do Carapina não significa que o poder público esteja agindo para somente combater à violência, que também pode ser identificada como algo próprio do ser humano: “estamos fadados à violência, por ser ela o cerne da natureza humana [...]” (SALUAR, 1999, p. 14). O agir do Estado, seguindo a ideia apresentada por Alvito (1999), pode despontar incisivamente pela disputa do poder, pois, o poder público, a partir, inclusive, do reconhecimento e do respeito aos limites criados pelos territórios do crime, não os apresenta como atores que só promovem e usam atos violentos; há reconhecimento de exercício do poder por parte de tais territórios. Nessa conjuntura, até mesmo a população já compartilha dessas regras criadas pelos territórios do crime, o que pode ser indício de legitimação do poder de tais territórios, que, em contrapartida, enfraquece o do Estado.

Constata-se que o Morro do Carapina é enxergado pelo poder público como um espaço de intensa disputa por poder, que, hoje, assume estar precisando do apoio e da participação dos moradores para retomar o seu espaço de direito e fortalecer a soberania do território político sobre o território da criminalidade. Para isso, o poder público municipal utiliza, reforça e incentiva a ideia de que é preciso existir uma sociedade-providência para amenizar as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida dos moradores. É nesse ponto que entra a Asdog, entidade que, conforme argumentado por Rodrigues (2002), assume o papel no território de colaborar com a manutenção do sistema capitalista, promovendo equilíbrio dos riscos sociais através da oferta de serviços que possibilitam uma vida melhor dentro desse sistema.

A sociedade-providência, no caso da Asdog, não isenta o poder público de gastos, pois ele atua como um dos seus maiores financiadores. Isso indica que a “ajuda” da Asdog ao Estado se fundamenta, especialmente, em outro aspecto que não o financeiro. Por meio dos depoimentos de funcionários do poder público, verifica-se que o maior apoio dessa instituição, atualmente, ao Estado, está no fato de que a entidade representa para a região do Morro do Carapina a chamada “neutralidade no território do crime”.

Enfim, verifica-se que a imagem que o poder público apresenta sobre o espaço do Carapina inclui a existência de um território-carência, com aspectos de pobreza e de violência ressaltados; a existência de fortes territórios do crime, que atravessam o território do Estado; e, ainda, um espaço que conta com a presença de atores dispostos, como a Asdog, a serem parceiros do poder público na busca por reafirmação de seu poder, focando a melhoria de qualidade de vida e a garantia dos direitos básicos aos moradores locais. Contudo, destaca-se que o poder público desqualifica a atuação da sociedade-providência Asdog como capaz de resolver o problema da criminalidade. Ele a vê, apenas, como parceira. Tal capacidade compete apenas a ele.

Davis (2006, p. 85), ao relatar sobre a realidade das favelas, descreve a atuação da maioria das ONG's enquanto imperialismo brando, em que elas aparecem presas às planilhas dos doadores e, em consequência lógica, têm como dependentes os grupos comunitários. A partir dessa conjuntura, esse autor indica os lucros da pobreza, reforçados pelo modelo neoliberal, ao exemplificar a questão da moradia em favelas do mundo inteiro:

Enquanto as ONG's e os financiadores desenvolvimentistas brincam com a 'boa governança' e a melhoria incremental das favelas, forças de mercado incomparavelmente mais poderosas empurram ainda mais a maioria dos pobres para a margem da vida urbana. As realizações positivas da filantropia internacional e a intervenção residual do Estado são totalmente amesquinhas pelo impacto negativo da inflação da terra e da especulação imobiliária. (DAVIS, 2006, p. 90)

Davis (2006) também demonstra, em estudo sobre as favelas da América Latina, que as ONG's trabalham como inibidoras da capacidade de articulação dos moradores em comunidade, ao mesmo tempo em que não se colocam como capazes de se livrar da lógica do Estado ou do mercado:

[...] de um lado, as ONG's 'impedem o aumento e o acúmulo de capacidade no nível de comunidade ao assumir papéis de negociação e tomada de decisões' e, de outro, são restringidas pelas 'dificuldades de gerenciar as verbas dos doadores, com sua ênfase em fundos para projetos de curto prazo, com responsabilização financeira e resultados tangíveis. (DAVIS apud MITLIN, 2006, p. 85)

Isso revela a semelhança entre as atuações e os objetivos das ONG's e do Estado: “as ONGs monopolizam o conhecimento especializado e o papel de intermediário do mesmo modo que as máquinas políticas tradicionais” (DAVIS apud GAZZOLI, 2006, p. 85). Além disso, esse mesmo autor descreve as ONG's como intermediárias de uma nova classe e que “[...] usurpam as vozes autênticas dos pobres” (DAVIS, 2006, p. 86 apud VERMA, 2002).

Nessa perspectiva, Davis (2006) defende que as ONG's funcionam como uma espécie de maquiadoras da falta de ações efetivas para reduzir a pobreza, atuando como inibidoras de qualquer tipo de reação contrária ao sistema capitalista neoliberal, ou ao Estado, e “acabam funcionando como o apito de uma panela de pressão. Desviam e sublimam a raiva política e garantem que ela não chegará ao ponto de explodir” (DAVIS apud ROY, 2006, p. 87). E, acrescenta: “As fastidiosas declarações oficiais sobre ‘capacitação’ e ‘boa governança’ evitam questões básicas da dívida e da desigualdade global e, em último caso, não passam de jogos de linguagem que encobrem a ausência de macroestratégias para reduzir a pobreza” (DAVIS, 2006, p. 87).

No caso do objeto de estudo desta pesquisa, o poder público municipal descreve a região do Carapina como um aglomerado, sinônimo de favela. Atualmente, coloca-se como um dos principais financiadores das ações da Asdog. Talvez, devido a isso, faz-se importante outro estudo a fim de investigar qual a contribuição concreta da atuação da Asdog para a mudança de condição social dos moradores atendidos por ela, ou se a oferta dos cursos e das atividades, principalmente a partir dos anos 2000, quando o poder público passa a ser um dos seus maiores financiadores, serviu apenas para tornar os moradores menos ociosos – conforme, muitas vezes, citado por funcionários da entidade e do poder público. Isso poderia confirmar o pensamento defendido por Davis (2006) de que a maioria das ONG's atua para manter a classe pobre afastada da luta de classe, adotando e propagando “a prática de pedir favores com base na solidariedade e no humanitarismo, em vez de tornar os oprimidos conscientes de seus direitos” (DAVIS apud P. k. DAS, 2006, p. 86)

3.2 IMAGEM DO MORADOR ATENDIDO PELA ASDOG SOBRE A REGIÃO DO CARAPINA

“É bom, muito bom. Não tenho nada a reclamar não”⁷⁷. Essa declaração põe em evidência a visão pessoal e exaltada de um morador do Carapina e, a partir dela, muitas outras, de igual sentido, foram notadas nas entrevistas.

3.2.1 Moradores atendidos pela Asdog: caracterizando a área em que vivem

A característica mais romantizada sobre a região do Carapina é de que o lugar é bom para se viver, aparecendo, explicitamente, por inúmeras vezes, nas respostas dos entrevistados sobre como é viver nesse local. Mesmo quando a pergunta indicava a lógica de uma resposta negativa sobre a área, foram enaltecidos pontos positivos de se morar na região, como mostra trecho de transcrição de entrevista com uma moradora do Morro do Carapina:

Entrevistador: “O que tem de ruim?”

Moradora: “Ah, de ruim, às vezes acontecem alguma coisa, mas tem muita coisa boa, né? Igual mesmo tem muita diversão, tem ‘Carnapina’ [Carnaval do Carapina] para gente aqui, que teve. Um evento muito bom. Entendeu? Muita gente participou, entendeu? Coisa ruim acontece em todos os bairros, não é só aqui. Às vezes, tem alguma coisa, mas tem muita coisa boa aqui”⁷⁸.

A intenção de supervalorizar os pontos positivos da região do Carapina é um dos aspectos mais relevantes observados nos relatos dos moradores. Como exemplos do porquê é bom se viver no Carapina, destacam-se a tranquilidade do bairro (“Porque aqui no bairro a gente pode ficar, assim, sentada, a vontade, na porta da casa da gente. Tem gente que não tem esse privilégio de ficar sentando na porta da casa dele não”⁷⁹); e a disponibilidade de serviços

⁷⁷ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

⁷⁸ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

⁷⁹ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

básicos, como educação, segurança e saúde (“Então, tem, assim, o posto de saúde perto da minha casa [...] Tem um posto policial ali perto. Tem um colégio onde os meus filhos estudam. Tudo de bom”⁸⁰).

Além disso, a revelação de que o Morro do Carapina é discriminado pelas pessoas que não moram em sua área de abrangência é outro ponto de destaque nas falas dos entrevistados. Os moradores desse local afirmam sofrer preconceito, principalmente, porque o bairro deles é um território com altos índices de violência: “Porque para mim não é [violento]. Porque para as pessoas que não conhecem acham que é, mas quem convive aqui sabe que não é [violento]”⁸¹. Outra moradora faz a seguinte declaração: “Carapina é um bairro, um bairro como um outro qualquer. É um bairro, entendeu? Aqui é um bairro, onde a gente nasceu, foi criada aqui. Pra mim, isso aqui é um bairro como um bairro nobre, outros bairros, aqui também é um bairro. Um bairro valorizado igual aos outros”.⁸²

Apesar de sempre buscarem supervalorizar os pontos positivos de se viver no Morro do Carapina e de tentarem contornar os aspectos ruins do lugar, os moradores atendidos pela Asdog não deixam de expor sobre a violência existente na região. Entretanto, eles sempre destacam que essa não é característica específica do Carapina; hoje, todos os territórios passam por esse constrangimento: “Por motivo da violência, que eu sei que isso é no mundo todo, no mundo todo, mas dessa forma eu vejo o Carapina: mais ou menos bom por causa da violência que tá tendo, briga de gangue, esse negócio”⁸³.

O clima de medo na vida de quem mora na região do Carapina também apareceu nos relatos: “Porque, tipo assim, menino para frequentar a escola, às vezes, a gente que é uma família que não tem nada a ver, às vezes, se torna até ameaçada por conversa do povo”⁸⁴. Também teve espaço nos relatos a descrição de que, devido à violência, há restrição no trânsito dos moradores na região: “Você fica, às vezes, pensando aonde que eu vou passar. [...] Mas, às vezes, te avisa, assim: fulano você evita de passar na rua tal porque aconteceu isso e isso, a gente não sabe. Porque isso é briga”⁸⁵.

⁸⁰ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

⁸¹ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

⁸² Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

⁸³ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

⁸⁴ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

⁸⁵ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

A falta de infraestrutura no bairro apareceu como outra característica citada por moradores durante as entrevistas. Embora indiquem que a infraestrutura do local melhorou, se comparada a do passado, ainda é percebida como uma característica ruim da região, conforme afirma uma moradora: “As ruas, mesmo, têm que ser calçadas. (...). Não só aqui, outras descidas aqui em baixo também. Tem muitas coisas que têm que ser feitas”⁸⁶.

Não foi destacado por moradores do Carapina o que se denomina, nesta pesquisa, de estigma geográfico, seja ligado à acessibilidade seja relacionada à altitude da região. O problema de acessibilidade foi levantado, porém, tem a ver diretamente com os territórios do crime, que deixam suas marcas, limites e fronteiras, no espaço, ou seja, ao estigma social violência, que, aliás, foi o único a ter destaque, não aparecendo referência, por exemplo, à situação de pobreza na região.

A infraestrutura da região foi apontada como ainda necessitada de reparos e de melhorias, embora os moradores indiquem o Morro do Carapina constituído de investimentos públicos, como saúde, segurança e educação.

[...] antes não tinha essa estrutura que tem hoje. Não tinha ruas calçadas. Era tudo barro. Aqui tem tudo calçado. Tem iluminação. Que nada disso tinha antigamente. Tinha muita dificuldade quando chovia. Era muito barro. Agora, é tudo calçado. Melhorou muita coisa. As coisas que a gente não tinha aqui, graças a Deus, agora a gente tem. Então, o privilégio de ter as coisas. Só coisa boa. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG)

3.2.2 Moradores atendidos pela Asdog: caracterizando o próprio papel no território

O posicionamento dos moradores do Carapina é falar bem do lugar em que moram. A necessidade de afirmação dos pontos positivos de ser viver no Carapina e de amenização dos pontos negativos, principalmente no que diz respeito à violência, esteve presente em todos os relatos e em quase todas as respostas, independentes do foco das perguntas, como revelado explicitamente no trecho da entrevista, transcrito abaixo, de uma moradora:

⁸⁶ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

Entrevistador: “Como é a região do Carapina?”

Moradora: “Bom, eu não tenho, assim, nada a reclamar não. Eu moro aqui, não tem outro lugar para eu morar. Então, a gente mora num local, e a gente tem que falar bem do local. Não tem que sair falando mal, né, do bairro nem nada. Para mim, tudo bem”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG)

Esse depoimento evidencia a valorização, quase que forçada, dos pontos positivos da região do Carapina, por parte do morador que, apesar de confessar morar em tal lugar por não ter possibilidade de viver em outro, argumenta e tenta amenizar o seu desejo de mudança, ao se dar conta de que a expressão dessa vontade pode favorecer a formação ou o fortalecimento de uma imagem negativa sobre o lugar em que vive. Isso, de fato, revela a existência de um auto preconceito, em que apenas o fato de se morar na região do Carapina já impõe uma situação de discriminação e, por isso, a postura de defesa discursiva da região por parte dos moradores deve ser adotada como meio de desconstruir essa imagem. Falar bem do lugar em que se mora parece diminuir a imagem que eles mesmos, moradores, dizem existir sobre o lugar em que vivem.

Enfim, a partir dos relatos, verifica-se que os moradores atendidos pela Asdog se apresentam como defensores do Carapina e tentam amenizar, através daquilo que falam, os estigmas sociais e/ou geográficos creditados ao local, como a violência e a criminalidade. Nos depoimentos recolhidos por meio de entrevistas, os moradores fazem questão de expressar a inexistência desse exagero proferido no discurso de quem não vive na região, indicando que os problemas sociais não fazem parte da vida dos moradores atendidos pela Asdog.

3.2.3 Moradores atendidos pela Asdog: caracterizando a entidade e o poder público

Para os moradores da região do Carapina, que são atendidos pela Asdog, a entidade representa, hoje, principalmente, ajuda financeira e trabalho contra a criminalidade, destacando-se as atividades desenvolvidas com crianças e com adolescentes, conforme apontado por um morador: “Eu acho bom, um excelente trabalho. Um excelente trabalho, porque eles colocam os meninos para jogar futebol para entreter as crianças. Aí isso eu acho

bom também. Já tem o padrinho. O dinheiro que padrinho manda, ou pouco ou muito, a gente tem que agradecer aquilo⁸⁷.

A Asdog também é reconhecida como instituição antiga na região, como indica parte do relato de outra moradora: “Na Asdog, também, meus meninos, desde pequenos, ficaram na crechinha. [...] Eu também já fiz vários cursos e agradeço, porque se fosse para eu pagar, não iria ter condições. [...] E até hoje tem muito projeto”⁸⁸. É verificado até certo saudosismo em relação à atuação da Asdog no passado, em comparação ao trabalho que a instituição desenvolve hoje, como afirma uma moradora: “Eu só tenho é que falar coisa boa. [...] Muita coisa boa mesmo tinha na Asdog”⁸⁹.

Em relação à nomenclatura dada à instituição, hoje, para alguns que moram na região do Carapina, a Organização Não-Governamental é conhecida como Asdog. Às vezes, em conversas com moradores, aparece sempre o nome Fundo Cristão. Já, para outros, os mais antigos moradores do bairro, é possível ouvir um “Cruzada” para se referenciar o lugar onde as crianças pobres recebem dinheiro, têm lazer, esporte, educação e saúde. A explicação sobre o motivo de usarem esse nome aparece como algo ligado a um acontecimento internacional, que tem a ver com soldados, luta e doação.

Porque eram os soldados que faziam doações para Valadares, trazendo medicamentos, a sua mão-de-obra, participando de ajuda na construção das escadas do morro que foi feita através da Cruzada, antigamente era cruzada. Cruzada, Fundo Cristão e Associação Samuel Domingues Gomes são tudo a mesma coisa. (OLIVEIRA, Cristina. Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 16 de setembro de 2011)

Porém, em nenhum registro documental disponibilizado pela Asdog para esta pesquisa, foi encontrado referência ao termo “Cruzada”.

Hoje, independente das diferenças de nomenclatura, a tendência apresentada pelos moradores atendidos pela Asdog é de que a Associação e o poder público desenvolvem o mesmo tipo de trabalho, oferecendo serviços à comunidade, não parecendo importar de onde

⁸⁷ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

⁸⁸ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

⁸⁹ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

vem o financiamento das ações. Tudo aparece como pontos positivos para quem mora na região do Carapina:

“Tem muita coisa boa aqui. Tem a Asdog, que meus meninos todos foram criados, frequentaram a creche – meus netos [também]. Oferece muita coisa boa, era dentista, médico. Tem cursos, escolinha de futebol para eles. E aqui também tem muita coisa boa, tem o posto médico, tem o posto policial, tem a escola que os meninos da gente estuda. Muita coisa boa. Tem o PSF também que a gente consulta, não precisar de ficar indo lá para baixo. Cuidado com a gente aqui, que já tá aqui pertinho da gente”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG)

Mesmo não sendo caracterização da Asdog ou do poder público o foco desta parte do trabalho, vale ressaltar, na fala da entrevistada acima, o aspecto geográfico da área de alta altitude, o que influencia a rotina dos moradores. Isso indica a existência de dificuldade ou a resistência de sair desse espaço para ir à parte baixa, que, na maioria das vezes, significa ir ao centro da Cidade.

Apesar de indicar que a região do Carapina tem recebido cuidado por parte do poder público, sem citá-lo diretamente em nenhum momento, pode ser verificada descrença na capacidade de sua execução, quando o assunto é infraestrutura. Afirma uma moradora: “A escada tá toda quebrada. Tem que estar consertando tudo. Porque tem projeto para conserto, mas até hoje [...]”⁹⁰.

Em suma, os moradores da região do Carapina, que são atendidos pela Asdog, dão importância ao trabalho desenvolvido pela entidade, principalmente no que diz respeito à transferência de renda, através do pagamento de mensalidades às crianças pobres da região pelo sistema de apadrinhamento, e à oferta de serviços e de atividades, que servem de combate à criminalidade. Quanto ao poder público, os moradores não destacam diretamente qual papel cabe a ele. Indicam apenas que alguns serviços básicos chegam à região; porém, contraditoriamente, indicam descrença em sua atuação.

Assim, percebe-se a vontade de se divulgar, por parte dos moradores, que a região do Morro do Carapina tem garantido, seja pela Asdog, seja pelo poder público, todos os serviços básicos necessários para ser visto como um bom lugar para se viver. Isso também transparece a falta de dissociação dos moradores entre o que é serviço desenvolvido pela Associação e o

⁹⁰ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

que é dever do poder público, indicando ser tudo benefício para os moradores, que, de fato, demonstram ter mais participação no desempenho de papel de beneficiados do que no papel de atuação.

3.2.4 A imagem do espaço: território construído/vivido pelos moradores atendidos na Asdog

Evidencia-se que os moradores da região do Carapina, que são atendidos pela Asdog, concebem o espaço em que vivem como um território discriminado pelos outros territórios, os quais, juntos, compõem um território maior, no caso, o da cidade de Governador Valadares. Para enfrentar esse preconceito e sentirem-se incluídos na sociedade (RODRIGUES, 2000), podendo desfrutar dos recursos disponíveis, principalmente, ofertados pelo mundo do consumo (GARCÍA CANCLINI, 2001), é construída e vivida a necessidade de uma supervalorização dos pontos positivos do Carapina por quem vive nele. Conforme demonstrado em um dos depoimentos dos moradores de que não se pode falar mal do lugar onde se vive, percebe-se que os moradores atendidos pela Asdog tendem a omitir ou a recusar os pontos negativos de tal território como forma de valorizar tal região.

No território produzido e vivido pelos moradores do Morro, a característica escassez de serviços e de equipamentos públicos, que marca a existência de um território excluído socialmente (RODRIGUES, 2002) e que também é aspecto de um território-carência, não tem destaque. Muitas vezes, ela é, claramente, recusada como real. Daí, a forte necessidade de mostrar pontos positivos da região e de sustentar a existência de uma falsa imagem por aqueles que não moram na área.

Como parte da realidade desse território, destacam-se as atuações da Asdog e do poder público, relatadas como boas, indicando que os dois atores desenvolvem um trabalho eficiente, principalmente se comparado à realidade atual da região com a do passado. Registra-se, assim, a importância desses dois atores na garantia de serviços e de equipamentos públicos, sempre associando essa presença com a ideia defendida pelos moradores de que, hoje, a região do Carapina é um lugar bom para se viver.

Apesar de amenizar a existência do estigma social violência como característica do território vivido por eles, moradores da região do Carapina confirmam conviver com certas limitações. Essa característica do território traz consigo limites imaginários no espaço,

revelados por regras de tráfego, e, ainda, o sentimento de medo entre os moradores, que, às vezes, optam negar ou não discutir essa realidade.

Enfim, o território vivido e construído pelos moradores da região do Carapina, atendidos na Asdog, exclui como característica principal a pobreza; admite a presença do aspecto violência; concorda e aprova como eficiente a atuação dos atores poder público e da entidade; ressalta ser discriminado, injustamente, como território violento; e apresenta-se, forçadamente, como um território bom para quem nele habita.

4 TRÊS IMAGENS, UM TERRITÓRIO

Depois das análises apresentadas nos capítulos anteriores – as realidades produzidas e vividas pelos atores Asdog, poder público e população atendida pela ONG sobre o espaço do Carapina – demonstra-se que um mesmo espaço pode abrigar diferentes construções de realidades e de imagens, isto é, “território[s] visto[s] e/ou vivido[s]” (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Para Raffestin (1993), um território é um espaço que foi apropriado, concreta ou abstratamente, por atores que podem dividir o mesmo espaço, mas podem viver territórios diferentes, ou seja, expressar territorialidades distintas. Essa convivência de atores, com suas apropriações, conformam um território em que as imagens se relacionam, convergindo e/ou concordando-se.

Retomando esse mesmo autor, que explica que o espaço pode ser visto como uma matéria-prima, a qual passa a ser objeto quando um ator manifesta a intenção de se apoderar dele, ou seja, de transformá-lo em um território, verifica-se que o processo de produção do território (espaço → território), por causa de todas as relações envolvidas, dá-se em um campo de poder. O espaço construído por um ator é a imagem do território para tal sujeito que gasta energia para adquirir informação, construir e manter esse espaço. Essa energia não é estável; o ator adquire novas informações a todo instante; assim, a imagem/construção do território também é um processo que recomeça sem cessar.

Sendo o território construído a todo instante, ele envolve inúmeros atores, que buscam exercer poder um sobre o outro. Assim, pode-se dizer que há sempre uma luta por domínio de um território, ou, usando a ideia de Baczko (1986), de controle do imaginário social, de imposição de determinada imagem do território.

No caso deste trabalho, o espaço é o Morro do Carapina, e nele é destacada a presença do Terceiro Setor, a Asdog, e outros dois atores, poder público e moradores atendidos, que se relacionam, constroem e vivem os seus territórios. Por isso, torna-se importante analisar como é a relação desses três atores, nos territórios vividos por eles sobre esse mesmo espaço, que conta com a atuação ou a interferência do Terceiro Setor, conformando-se na construção de um território maior.

4.1 SEMELHANÇAS ENTRE AS IMAGENS DOS TRÊS ATORES

4.1.1 Semelhanças entre as imagens da Asdog e do poder público sobre o espaço do Carapina

A Asdog e o poder público municipal enxergam o espaço do Carapina como um território-carência, em que os aspectos mais relevantes a serem tratados são a pobreza e a violência. Enquanto, em 2005, o poder público criou um projeto específico para reduzir a criminalidade no território, a Asdog investiu, principalmente a partir do ano 2003, em projetos de parceria com o poder público, para manter atividades que ocupam o tempo de crianças e de adolescentes com arte, cultura, esporte e lazer. Em 2008, é justamente essa semelhança entre os territórios vividos pela Asdog e pelo poder público que os tornam parceiros para viabilizar a existência do “Programa Comunidade Viva em Ação”, que deixa de ser um projeto, com data exata para terminar, e passa a ser um programa que traz como objetivo principal: reduzir a criminalidade no território do Carapina.

Dênis [auxiliar administrativo] fala dos 20 mil reais do “Comunidade Viva em Ação” que está na conta da instituição e ainda não foi repassada. Dênis afirma que os encargos da instituição (funcionários) é a instituição que paga e que o dinheiro do “Comunidade Viva em Ação” é para pagamento de pessoal. Giceli [auxiliar administrativa] diz que o amparato *[sic]* da instituição são as parcerias. (ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Ata de reunião realizada no dia 12 de janeiro de 2011, p. 67)

Diante da existência de um território-carência, os dois atores, Asdog e poder público, reconhecem a necessidade de atuação de um Estado-Providência e de uma Sociedade-Providência no território. Porém, eles dimensionam a capacidade de cada um desses atores – Estado-Providência e Sociedade-Providência – em graus diferentes. A Asdog supervaloriza a atuação da Sociedade-Providência, desabilitando o Estado-Providência de amenizar as carências do território. Contrariamente, o poder público supervaloriza o Estado-Providência e desqualifica a atuação isolada da Sociedade-Providência como suficiente para promover a mudança desejada no território-carência. O fato é que os dois atores, Asdog e poder público, reconhecem como legítimas e apoiam a atuação do Estado-Providência e da Sociedade-

Providência, pois, afinal, eles nada mais são do que uma justificativa da atuação de cada um, da Asdog e do poder público, dentro do território do Carapina.

Também se verifica que tanto a Asdog quanto o poder público reconhecem a existência de territórios do crime no Carapina, e que eles interferem diretamente suas atuações. Tal fato é constatado principalmente a partir do exercício do poder dos territórios do crime por meio de fixação de limites e de fronteiras geográficas, no caso, imaginários, que são mais poderosos do que os usados pela Asdog e pelo poder público, os chamados “limites oficiais”. Essa ocorrência interfere, diretamente, a vida de todos os atores do Carapina, inclusive os moradores.

[...] há, na região, marginais que não tem nenhum interesse na realização de projetos desta natureza, cujo objetivo é educar as pessoas e evitar a entrada delas no mundo do crime, especialmente o uso e o tráfico de drogas, o emprego de armas de fogo para roubos e homicídios, dentre outros crimes. (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 16)

Verifica-se que há consenso entre poder público e Asdog, atualmente, quando estabelecem uma imagem negativa da região do Carapina por causa da violência e dos altos índices de criminalidade. Nos relatos dos funcionários representantes da Associação e da prefeitura, há referências sobre a existência de preconceito, não só por parte dos moradores de fora da região, mas dos que moram dentro da área.

Nos territórios vividos pela Asdog e pelo poder público sobre o Carapina, os moradores também têm seu papel destacado. Os dois atores veem a comunidade como parceiros para o fortalecimento de suas ações, e, conseqüentemente, para a manutenção dos territórios construídos. A aprovação da comunidade aparece como instrumento de legitimação da atuação, no caso, da Asdog, como afirma um funcionário da entidade ao discorrer sobre como é trabalhar nesse ambiente: “As pessoas te respeitam. As pessoas sabem que é um trabalho bacana”⁹¹.

A legitimação do Estado é também citada:

⁹¹ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG.

O primeiro movimento neste sentido foi realizado no dia 15 de abril do corrente ano, quando as lideranças comunitárias dos bairros Nossa Senhora das Graças, Santa Efigênia e Santa Helena, representando grupos religiosos, associações de moradores e núcleos de assistência social foram chamados a conhecer a proposta e opinar sobre os projetos que poderiam ser desenvolvidos naquele local, a curto prazo. Das discussões foi aprovado, por unanimidade, a implementação dos seguintes projetos [...]. (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p.9).

Evidencia-se, nesse trecho do projeto de ações do poder público para a região do Carapina, que o provedor destaca como importante o ato de se levar até os moradores as propostas de ações antes de se começar a executá-las. A justificativa para tal ação seria deixar a comunidade também ser protagonista do desenvolvimento da comunidade. Porém, como já destacado anteriormente, para o poder público, a comunidade do Morro do Carapina precisa passar por uma revitalização, o que indica a sua incapacidade de ser eficiente na mobilização e na participação para interferência na realidade. Além disso, a ação é apresentada com o objetivo de ser aprovada e, também, como no discurso acima, de receber opiniões. Só que é destacado o curto prazo para sua implantação, justificando a possibilidade de o poder público não conseguir, por questão de tempo, acatar as possíveis sugestões de mudanças feitas pelos moradores. Enfim, ser “aprovado, por unanimidade”, significa, essencialmente, que a população aceita participar da ação, sendo morador beneficiado.

4.1.2 Semelhanças entre as imagens da Asdog e dos moradores/atendidos sobre o espaço do Carapina

A Asdog e os moradores atendidos trazem como semelhanças entre os territórios construídos e vividos por eles o aspecto de sofrerem preconceito externo, passível de crítica. Tanto para um quanto para outro, o território do Carapina é discriminado pelos demais territórios, e por atores externos, devido à presença de altos índices de criminalidade em seu entorno. Esses dois atores veem, em seus territórios, uma supervalorização externa da característica criminalidade, o que, para a Asdog e o poder público, é um fato generalizado, característicos de outros territórios. A causa apontada para esse preconceito seria o desconhecimento da verdadeira realidade de vida no território do Carapina, como fundamenta uma das funcionárias da Asdog:

“Então, assim, tem muitas coisas que outra comunidade. O que um bairro de classe média alta tem, hoje, o Carapina tem também. Nós temos hoje meninos que foram alunos nosso aqui da escolinha de futsal que joga no Cruzeiro, que joga no Atlético, que joga no Ipatinga. Nós temos ótimos profissionais, hoje, defendendo a seleção, que eram moradores aqui do morro Carapina. E na realidade isso não é divulgado. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 26 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares – MG)

Um dos moradores entrevistados ratifica: “Ah, para as pessoas que não moram aqui, eu acho que elas acham que é um lugar muito violento”⁹². Já outra moradora destaca que seus filhos nasceram no Morro do Carapina, sempre viveram lá, e são trabalhadores, não criminosos: “Muito bom. Graças a Deus, eu não tive dificuldade nenhuma para criar meus filhos. Meus filhos, graças a Deus, não deu trabalho. Nascido e criado aqui. Hoje, eles são tudo trabalhador, graças a Deus. Não deu trabalho”⁹³.

Nesse contexto, verifica-se o desprendimento de energia dos moradores e, também, da Asdog, para a construção e a afirmação de uma imagem sobre o território do Carapina para contrapor à imagem de território violento e ruim para se viver. Um dos elementos que se faz presente na representação dessa imagem, por parte dos moradores e da Asdog, é o destaque para o que Baczkó (1986) chama “ponto de referência do imaginário social”, relacionado, nesse caso, ao futebol – que identifica, em muitos sistemas simbólicos, atores em meio a ascensão social e econômica. A ideia de inserção e de valorização do “mundo do trabalho”, formalizado como ideal e correto, hoje, pela ordem social, também é colocado como aspecto dessa imagem que, para moradores e Asdog, deve ser a difundida sobre o Morro do Carapina.

Os territórios vividos pela Asdog e pelos moradores também trazem como ponto comum a existência de fronteiras e de limites geográficos, impostos por territórios do crime, que também fazem parte do território do Carapina. Esse aspecto interfere, diretamente, o cotidiano de quem está inserido na área e é um dos motivos relatados para a abertura de uma filial da Asdog no Bairro Santa Helena: “O termo é de violência, muita violência mesmo. Muita violência. Então, isso vai abrangendo, assim, a gente. [...] Eu passo em qualquer lugar. Depois que eu peço a Jesus para ir à frente com os anjos Dele, eu passo em qualquer lugar”⁹⁴.

⁹² Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

⁹³ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

⁹⁴ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

4.1.3 Semelhanças entre as imagens do poder público e dos moradores/atendidos

Os territórios construídos e vividos pelo poder público e por moradores sobre o espaço do Carapina, isto é, as imagens que eles têm sobre tal espaço, apresentam semelhanças em relação à caracterização do território como território violento. Os dois atores assumem viver um território em que a violência é um estigma social e, os altos índices de criminalidade trazem regras à vida dos moradores, principalmente em relação ao tráfego. Admite-se que o território do Carapina convive, internamente, com diversos territórios do crime, que impõem, além do clima de medo entre as pessoas, fronteiras e limites geográficos. Esses limites se sobrepõem aos limites utilizados pelo Estado, o limite político, tomado como oficial.

É essa semelhança que faz com que os moradores apoiem iniciativas, como o “Programa Comunidade Viva em Ação”, e ressaltem como conquista a existência de um posto policial no alto do Morro. A mesma semelhança permite ao poder público evidenciar o apoio e a participação dos moradores na implantação de ações no território do Carapina, visando diminuir os índices de criminalidade, como diz uma funcionária do programa desenvolvido na região: “Eles apoiam. Logo que a gente entrou e falou do programa, a gente tinha fila de mães com jovens querendo participar das oficinas. E a partir de então as oficinas nunca ficam vazias. Então, a comunidade do Carapina ela recebe muito bem”⁹⁵. Evidencia-se, nesse depoimento, a ideia, por parte do poder público, de que a participação dos moradores em ações do governo indica aceitação do produto/serviço oferecido, nesse caso, as oficinas.

Os dois atores também reconhecem o território do Carapina como uma área que tem recebido o olhar do poder público, com investimentos, nos últimos anos, que melhoraram a vida de quem mora no lugar. Entretanto, os dois reconhecem que ainda há o que fazer de melhor, principalmente em obras de infraestrutura/urbanização. Esses investimentos do poder público aparecem mais em ofertas de serviços como educação, saúde, segurança e assistência social, como destacado por uma funcionária do poder público:

“Ah, tem muita coisa boa no Carapina, tem muitos projetos bons lá. Temos o Cras, que é o Centro de Referência de Assistência Social que funciona no Santa Efigênia, mas que o Carapina é de área de abrangência, onde tem várias oficinas para

⁹⁵ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de novembro de 2011, no bairro Santa Efigênia, Governador Valadares – MG.

mulheres, para idosos, para crianças, para adolescentes”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 20 de janeiro de 2012, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, Governador Valadares – MG).

No relato anterior, revela-se a atuação de um Estado burocrático e administrativo, que desconsidera vivências territoriais para a implantação de serviços e de equipamentos públicos. Pois, o fato de um centro de serviços de assistência social trazer em seu projeto (teoria) o Carapina como área de abrangência para o seu atendimento não significa, na prática, a sua efetivação, visto que é sabido pelo próprio poder público que a região tem seus espaços geográficos divididos por “gangues”⁹⁶, envolvidas com o tráfico de drogas, que restringem o trânsito dos moradores em escadarias, becos, ruas, regiões ou bairros.

A ideia de que o território do Carapina tem uma imagem negativa por causa da violência também é um aspecto levantado pelo poder público e pelos moradores atendidos pela Asdog, como uma característica atual. Porém, os moradores consideram esse aspecto um dos mais importantes a serem destacados sobre a região, enquanto que, para o poder público, tal imagem fica em segundo plano, despontando como o reflexo dos dados de violência e de criminalidade.

4.1.4 Semelhanças entre as imagens dos três atores: Asdog, poder público e moradores/atendidos sobre o Morro do Carapina

Asdog, poder público municipal e moradores atendidos pela associação vivem territórios que comungam a mesma característica: violência, trazendo altos índices de criminalidade, e, ainda, existência de diversos territórios do crime, dominados por gangues rivais pelo controle do tráfico de drogas na área. Esses grupos de criminosos subdividem o território do Carapina em diversos territórios do crime – espaços geográficos em que o comando dos traficantes se sobrepõem, até mesmo, aos limites oficiais do Estado e à ação da polícia, impondo regras de convívio social e de trânsito entre os moradores.

⁹⁶ O termo “ganguê” é usado pela Polícia Militar no texto do “Projeto Comunidade Viva em Ação” (2005) para se referir a grupos de moradores que se envolvem com o tráfico de drogas e praticam atos criminosos.

O governo do Estado, através da Polícia Militar, descreveu, em 2005, em texto utilizado pela Prefeitura para a criação do “Projeto Comunidade Viva em Ação”, a área como um dos maiores potenciais de criminalidade em Governador Valadares:

Podemos falar que as gangues dos aglomerados possuem um dos maiores potenciais ofensivos da cidade. A quantidade de armas de fogo que a polícia apreendeu ali é muito elevada. Já foram encontradas e apreendidas armas que muitos policiais só conheceram em livros ou por terem assistidos alguns documentários. Dentre as armas e apetrechos apreendidos citamos: revólveres dos mais diversos calibres, inclusive o Magno 44, garruchas, cartucheiras, carabinas, pistolas semiautomáticas nos calibres 380, 765, 40, 45 e 9mm, escopeta, fuzis, celular, revólver, bananas de dinamites, silenciador de armas, coletes a prova de balas e outros. (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 6).

Além disso, o texto descreve a reação dos moradores diante dessa característica da área e a situação do poder público nesse contexto:

Predomina também a lei do silêncio no local diante dos fatos que ocorrem. As pessoas, via de regra, são ameaçadas por serem testemunhas de algum crime que presenciaram e, por se sentirem amedrontadas, deixam de auxiliar a justiça na condenação dos criminosos. O Estado, por sua vez, não consegue garantir a mínima condição de segurança para que tais pessoas possam colaborar. Tudo isso acaba dificultando sobremaneira os trabalhos das forças policiais, que, pela falta de informações, deixam de prender criminoso e de solucionar situações delituosas. (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 6).

Para os moradores, a violência no território do Carapina é percebida, principalmente, pela existência de limites geográficos e pelas restrições de tráfego, impostas pelas gangues, como relatado por uma moradora que confessa existir interferência do mundo do crime até no acesso das crianças à escola: “Às vezes seus filhos não podem nem ir à escola, porque, às vezes, a gente passa por isso”⁹⁷. Esse também é um dos aspectos apontados por conhecedores da história da Asdog – ex-funcionários, ex-atendidos e moradores antigos do Morro do Carapina – como determinante para a atuação da entidade, e uma das causas da criação ou de se manter hoje um núcleo da Asdog no Bairro Santa Helena: “Pelos questões de brigas de

⁹⁷ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

gangue entre Santa Helena e Carapina, as famílias não podem se encontrar. Tem família do Carapina que não pode ir no Santa Helena”⁹⁸.

O território do Carapina tem para os sujeitos uma imagem negativa e isso aparece como característica destacada pelos três referidos atores. Porém, com intensidades diferentes: os moradores defendem a existência de um preconceito, infundado, por parte da população externa, sobre o território; a Asdog corrobora a ideia, mas reconhece que a violência é, de fato, uma das características mais presentes na região, e ainda, que também há preconceito interno, da parte dos próprios moradores; já o poder público destaca os altos índices de criminalidade e a grande violência no território e reconhece que ele tem uma imagem negativa e sofre preconceito, externo e interno, por causa dessa violência.

Assim, verifica-se que, a partir do que foi apresentado no capítulo anterior, os três atores que estão presentes no espaço do Carapina, lugar de atuação da Asdog (a própria entidade, o poder público e os moradores atendidos/atendidos por ela), vivem um território que tem como característica a violência, a qual interfere diretamente a vida e a atuação deles. Destaca-se, também, que esses três atores reconhecem e consideram os territórios do crime como parte do território do Carapina, e convivem com eles, obedecendo às leis impostas, como a subdivisão espacial do território.

4.2 DIVERGÊNCIAS E CONFLITOS ENTRE AS IMAGENS DOS TRÊS ATORES: ASDOG, PODER PÚBLICO E MORADORES/ATENDIDOS

4.2.1 Divergências e conflitos entre as imagens da Asdog e do poder público sobre o espaço do Carapina

Apesar de reconhecerem a violência uma das características do território do Carapina, há divergência entre Asdog e poder público, especialmente, sobre a forma de tratamento desse reconhecido estigma social.

Violência, para a Asdog, é uma característica de todo o território de Governador Valadares, inclusive do Carapina. Para o poder público, a violência é hoje, de acordo com

⁹⁸ ALVES, Marcelina. Depoimento recolhido por meio de entrevista realizada no dia 29 de setembro de 2011, Centro, Governador Valadares-MG.

texto do “Projeto Comunidade Viva em Ação”, uma subcultura muito característica da região do Carapina, em que “as crianças aprendem a conviver com a disputa de tráfico na região, travada por gangues rivais. Muitas delas já crescem sendo preparadas para vingar a morte de um pai ou um irmão, que morreram nestas guerras urbanas ao longo do tempo”⁹⁹.

A Asdog apresenta o aspecto violência da região como mais um resultado da falta de investimentos, principalmente do poder público, o que aparece simplificado como a falta de oportunidades, conforme afirma uma funcionária da Associação:

“Teria que ter mais coisas para oferecer para eles [moradores], uma vez que eles dão o respaldo deles, em relação às satisfações, à busca deles de estar participando. Então, eu acho que está faltando mais, ter mais a oferecer para eles em questão de atividades que venham tirar as crianças das ruas, por exemplo. E oferecer mais oportunidade para a família. Eu acho que está faltando isso. [...] A violência, que é muito grande. A gente vê que crianças pequenas já estão no envolvimento na questão das drogas, da violência. E é isso o que eu vejo, que o ruim é isso. O trabalho da polícia que tá tendo, eu acho que é muito bom, e teria que ter um investimento, talvez, até maior. Porque eu acho, assim, o poder público, com o apoio do poder público para estar ajudando. Tipo assim; cada força, você reunindo mais força tem mais, a gente vê um objetivo sendo alcançado. Então, ter mais apoio, também, de outras instituições”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG)

Esse relato revela que a Asdog vê, na comunidade, atores que anseiam por mais investimentos em atividades, concorrendo para aquelas que beneficiem crianças e adolescentes: “Eu vejo uma comunidade que busca crescer, que busca melhoria, e, às vezes, falta apoio”¹⁰⁰. Os moradores são enxergados como comunidade que espera, seja do poder público ou da Asdog, ações, capazes de combater a violência e de diminuir a criminalidade.

O poder público também atua, baseado na ideia de combater a violência com ofertas de atividades – esportivas, lazer, educação, cultura. Por isso, a implantação do “Programa Comunidade Viva em Ação”, que utiliza a mesma estratégia de promoção social utilizada pela Asdog: oferecendo as mais diversas oficinas para ocupar, principalmente, o tempo ocioso das crianças e dos adolescentes. Uma funcionária do programa revela qual é o papel do programa na região do Carapina:

⁹⁹ PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005 (p. 5).

¹⁰⁰ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

“É trazer ações que possibilitem aos jovens saírem dessa condição mesmo de, às vezes, não ter nada o que fazer, de ociosidade, de ficar nas ruas, e a gente trazer oficinas de qualidade, com professores de qualidade e através de psicólogos, palestras, estar fazendo um acompanhamento desse jovem. Então, é trazer uma nova possibilidade de vida para esse jovem. Descobrir novos talentos”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de novembro de 2011, no bairro Santa Efigênia, Governador Valadares – MG)

O relato anterior apresenta uma visão mais contundente sobre o problema violência, expondo ser o território do Carapina um dos mais violentos, senão o mais, dentro de Governador Valadares. Ele abriga pessoas violentas, por já nascerem e serem criadas dentro de uma subcultura de violência:

Os integrantes das gangues da região são pessoas novas e violentas, muitos com experiência de já terem sofrido ferimentos provenientes de tiros, cicatrizes que são difíceis de se apagar e que criam um espírito vingativo consistente e duradouro. Essas pessoas têm expectativa de uma vida curta, geralmente morrem antes de completarem 25 anos, a não ser quando são presas pela polícia e recebem uma condenação grande, ou então, em casos, excepcionais, conseguem se reabilitar. (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 6)

Nota-se que, enquanto a Asdog se importa com a característica violência, enxergando-a como estigma social, que deve ser, hoje, tratada para melhorar a qualidade de vida no território do Carapina, o poder público parece supervalorizar esse estigma social. A supervalorização da Asdog em relação ao território do Carapina aponta mais para as qualidades dos moradores, como revela parte do relato de um funcionário da Asdog: “Então, eu vejo, quando fala Carapina, eu vejo união da comunidade”¹⁰¹. A mesma fala acrescenta ser a violência aspecto de destaque com os mesmos efeitos em todo o território de Governador Valadares: “E, assim, por tradição, é um lugar violento. Não só aqui, como eu disse, mas é um lugar violento”¹⁰².

Evidencia-se que o poder público não credencia a Asdog como instituição capaz de mudar a realidade de violência posta, atualmente, no território do Carapina:

No local também existe o desenvolvimento de vários projetos sociais, que ajudam diversas famílias; no entanto, percebemos que em boa parte da situação está presente a situação de assistencialismo, o que faz com que parte das pessoas beneficiadas

¹⁰¹ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

¹⁰² Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

nesses projetos, se acomodem com a ajuda externa, não conseguindo evoluírem da condição em que estão vivendo, aprendendo a receber mais do que criar e sustentar. (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 5-6)

Essa exposição contraria a ideia apresentada pela Asdog, que se coloca como capacitada para interferir e mudar a realidade de violência de tal território:

“Para você ter uma ideia, nós ficamos um tempo, porque não estamos com, não recebemos uma verba, e estamos com as atividades paradas. Para você ter uma ideia disso na prática, durante o tempo que a instituição ficou parada com prática, não sei se é coincidência, não sei se é uma ligação, mas o número de violência no bairro aumentou. É incrível, os meninos que vinham, participavam aqui da instituição, deixam de participar, vão para a rua, e lá aprendem coisas que não devem”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG)

Destaca-se, entretanto, no trecho desse depoimento, o ponto de referência (BACZKO, 1985) “rua” como imaginário social de espaço descontrolado, imprevisível e ameaçador à segurança e à qualidade de vida de uma pessoa, contrapondo-se aos espaços seguros, na maioria privados ou controlados pelo Estado (ex.: as oficinas oferecidas pela prefeitura são lugares seguros para os moradores). Essa mesma ideia também está presente em depoimento de representante do poder público, indicando ser a “rua” espaço público de pouco valor social no sistema capitalista. A lógica empregada tanto pela Asdog quanto pelo poder público é a de que quem “está na rua” é carente de atividades e de serviços capazes de promover o cidadão, socialmente, dando-lhe melhor qualidade de vida.

Em suma, percebe-se que, embora os atores Asdog e poder público descredenciem um ao outro como capacitados, sozinhos, de promover o bem-estar social dos moradores da região do Carapina, os dois atores não dispensam como importante a atuação de um e do outro em tal território. O poder público busca a Asdog por ela se apresentar uma instituição já aceita pela comunidade, conseguindo um ponto neutro no espaço, até mesmo, diante dos conflitos entre as gangues de criminosos. Já a Asdog procura pelo poder público para financiá-la, para permitir a sua sobrevivência em tal território.

4.2.2 Divergências e conflitos entre as imagens da Asdog e dos moradores/atendidos sobre o espaço do Carapina

A Asdog construiu e vive o território do Carapina como um território-carência, em que a pobreza e a violência são marcantes. É, inclusive, por essa característica, que a Asdog justifica sua existência e sua atuação nesse território, uma vez que ele é carente do olhar do poder público, que, por sua vez, não consegue garantir direitos básicos aos moradores. No início dos anos 2000, a Asdog era praticamente a porta de entrada de recursos não-governamentais para o território do Carapina. Hoje, o poder público se tornou, pode-se dizer, a sua maior fonte de renda, como relata um funcionário da Asdog:

“Nós temos um recurso do município. Na verdade é o FIA, é o Fundo da Criança e Adolescente. Então, assim, esse recurso é do FIA. Mas são três parcelas. Nós prestamos contas de duas para receber a terceira. Só que ainda tá atrasada [...]. A [coordenadora] Ronilda pode até te falar disso. Que ela está encaminhando, procurando, ficando em cima para gente ter essa liberação e a gente continuar as atividades”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG)

Para os moradores atendidos pela Asdog, no entanto, não há muito destaque da característica carência, principalmente a pobreza, no território do Carapina. Eles consideram uma região que ainda precisa de investimentos do poder público, como, por exemplo, na área de infraestrutura, mas consideram o território com boas condições para se viver, sendo, a violência um aspecto que interfere o cotidiano dos moradores, mas que é um aspecto presente em todo o município de Governador Valadares: “É uma região muito boa para morar, para mim. Mas eu não sei se é para as outras pessoas, porque elas acham aqui muito perigoso”¹⁰³.

Para tentar desfazer a imagem ruim do território, os moradores adotam uma postura de supervalorização da região, ignorando ou amenizando a existência de pontos negativos de se viver no local: “Para mim, não. Não tem nada de ruim”¹⁰⁴. Já para a Asdog, que também indica existir preconceito sobre o Carapina, a maneira apresentada para combatê-lo se encontra no aumento de investimentos de recursos no território e, também, de divulgação

¹⁰³ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

¹⁰⁴ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 1 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

sobre os seus aspectos positivos, como a união dos moradores: “Está precisando da comunidade conhecer mais o Carapina, o que tem no Carapina, o que o Carapina oferece, as pessoas que residem lá para eles mudarem essa opinião”¹⁰⁵.

Portanto, percebe-se que, mesmo sendo consenso entre Asdog e moradores atendidos por ela que a região do Carapina sofre discriminação devido à violência, há diferença na maneira de conceber uma alternativa de reverter essa imagem, as quais, para esses dois atores, não condizem com a realidade. Os moradores colocam as características do território do Carapina ao lado positivo com maior peso, dando mais leveza, sempre, aos pontos negativos. Falar bem do lugar que se mora aparece como a melhor alternativa para formar outra opinião, ou para Baczko (1986), produzir imaginário social, no caso, valorado, sobre o território do Carapina. Para os moradores, a Asdog é mais um ponto positivo do bairro a ser ressaltado.

No discurso da Asdog, ela não só pode ser considerada como um aspecto positivo para o território, mas também se considera ator determinante no processo de mudança de imagem sobre o Carapina, pois possibilita, através da atração de recursos, a construção de muitos outros aspectos positivos, como a formação de grandes atletas de futebol em oficinas de esporte, oferecidas pela entidade:

“[...] porque, até então, antes de eu vir trabalhar no Carapina, eu não sabia, eu não sabia que nós tínhamos tantos atletas infiltrados em grandes times, morador do morro do Carapina. Temos até a presidente aqui da Asdog, a nossa presidente tem um filho que joga em um time no Rio de Janeiro, por exemplo. O filho dela tem 15 anos e está, hoje, no Rio de Janeiro, num time grande jogando. Então, até eu vir trabalhar no Carapina, eu não sabia dessa história de craques bem sucedidos e que estão em grandes times”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 26 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG)

Ressalta-se, no trecho desse depoimento, que a Asdog indica o futebol como um ponto de referência, dentro do imaginário social, capaz de dar destaque positivo para a região do Carapina. Por acreditar que o futebol é possibilidade de reconhecimento social das pessoas e também da Asdog, a entidade trabalha para se ter reconhecido e fortalecido esse imaginário. E como ela se enxerga participante no processo de formação dessas pessoas/atletas, ao ressaltar o futebol como pertinente dentro das inúmeras possibilidades dadas pelo sistema simbólico do imaginário social, ela também atua para se valorizar como positiva dentro do Carapina. Pois,

¹⁰⁵ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

ao valorizar a imagem de craques do futebol, formados por ela, justifica-se sua forma de atuação no território, através de ofertas de cursos e de oficinas, indicando que, frequentar atividades oferecidas por ela, pode ser o caminho para o reconhecimento social positivo.

Para a Asdog, a falta da produção de uma imagem positiva sobre o Morro do Carapina está na ausência de divulgação desses aspectos positivos, como o futebol. Entretanto, destaca-se que a entidade, em momento algum, apresenta os moradores como capazes de mudar essa realidade de imagem negativa sobre o território. A divulgação, para a Asdog, parece estar relacionada à mídia, aos focos de notícias dados pela imprensa sobre a região. Um funcionário da Asdog, que não mora no Carapina, descreve a visão que tinha antes de ir trabalhar na Asdog: “Olha é uma região que quando eu vim trabalhar aqui, logo que eu iniciei, a preocupação era por ser violento, ter muita violência. A minha mãe até teve essa preocupação. Mas como que é lá, porque todo mundo ouve falar que é um lugar violento”¹⁰⁶.

Porém, a Asdog não trabalha, hoje, com nenhum tipo de comunicação externa para alcançar a divulgação, seja de seu trabalho seja dos pontos positivos do território do Carapina, pela mídia de Governador Valadares.

4.2.3 Divergências e conflitos entre as imagens do poder público e dos moradores/atendidos sobre o espaço do Carapina

Para o poder público, um território-carência, com vulnerabilidade socioeconômica e com violência, revelada em altos índices de criminalidades. Para os moradores, um território discriminado, sem fundamento, devido à violência, mas que é um lugar bom para se viver. Esses são os pontos mais destacados pelos atores poder público e moradores sobre o território do Carapina e que entram em conflito, principalmente, sobre o quesito violência.

Em momento algum o poder público desqualifica, claramente, o Carapina como sendo um lugar ruim para viver. Ao mesmo tempo em que ele caracteriza o território com a existência de baixa qualidade de serviços, com poucos equipamentos que dão o tom de vida digna (moradia, renda, escolaridade, acesso a serviços de saúde) e, até mesmo, com baixo nível de desenvolvimento comunitário, ele destaca grande salto de melhorias na vida dos

¹⁰⁶ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 11 de outubro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

moradores locais nos últimos anos: “Então, hoje, eu acho que o Carapina poderia estar melhor servido, poderia, mas está bem servido em comparação com outras comunidades”¹⁰⁷.

O argumento é que, hoje, o território já conta com a presença de postos e de programas da área da saúde, de posto policial, de programas de assistência social e, ainda, de escola para as crianças, e que os moradores são parceiros do poder público para a realização dos trabalhos, participando, por exemplo, das oficinas oferecidas pelo “Comunidade Viva em Ação”, como afirma uma representante do poder público municipal:

“Ah, já vejo vários retornos. Hoje eu vejo vários jovens que participaram do grupo de adolescentes, da dança, das aulas de música, e hoje já temos aí cantores que já estão fazendo um showzinho, que saiu do “Comunidade Viva em Ação”, porque aprendeu aula de música lá, violão, flauta, dança”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 20 de janeiro de 2012, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, Governador Valadares – MG)

Também já é destacada pelo poder público uma atuação conjunta entre governos e comunidade, através das associações (Asdog e de moradores), indicando que o território está se tornando um lugar melhor para se viver:

“Têm padrinhos que mandam verba para poder ajudar os seus afilhados. A maior parte é de fora. Então, tem uma creche que funciona aqui dentro. Tem o braço do poder público, tem o braço da associação de bairros, tem um pelotão da polícia, que é logo aqui na entrada, quer dizer, já traz segurança, e essa segurança é do Estado. Então, a gente vê que tanto o município, poderia ser melhor, poderia, mas comparado a outras comunidades, eu acho que está bem servido, tanto a nível municipal quanto a nível estadual”. (Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 9 de novembro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG)

De fato, o poder público ressalta suas ações para mudar uma realidade, declarando ter necessidade de receber ações ou projetos político-sociais de redução de pobreza¹⁰⁸. Esse é um dos pontos que difere os territórios vividos pelo poder público e pelos moradores/atendidos, pois, para ele, é clara a existência de um lugar pobre, que precisa de intervenções sociais, como na área de urbanização: “[...] os recursos urbanísticos são definidos, pelo Plano de

¹⁰⁷ Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 9 de novembro de 2011, no Carapina, Governador Valadares – MG.

¹⁰⁸ PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005 (p. 4).

Redução de Pobreza Urbana em Governador Valadares (2002), como se regulares ou ruins, exigindo uma intervenção social nestas áreas”¹⁰⁹.

Esse aspecto de visão por parte do poder público foi reforçado no dia 29 de dezembro de 2011, quando a Prefeitura de Governador Valadares deu ordem de serviço para início de obras de urbanização do Morro do Carapina. A primeira etapa das obras, que estão divididas em quatro fases, foi autorizada contemplando a urbanização de sete ruas, seis becos e construção de 15 unidades habitacionais, com reassentamento das famílias em outro bairro. Não foi divulgado o total de intervenções previstas nas quatro etapas de obras. Na matéria publicada no *site* da Prefeitura, vale destacar que durante o seu pronunciamento oficial, a prefeita de Governador Valadares fez referência ao Carapina como um dos bairros que está “[...] no coração da cidade”, indicado a proximidade do território ao centro da cidade. Além disso, reforçou que, depois das obras de urbanização, o “Carapina será um dos melhores bairros para se morar e se viver”, destacando que hoje a falta de urbanização é um dos maiores problemas dos moradores do Carapina em relação à qualidade de vida¹¹⁰.

Já para os moradores, o aspecto de pobreza não é destacado como uma das características do território do Carapina, o que diminui a condição de território-carência destacada pelo poder público. Os moradores ressaltam sempre que a região do Carapina é, hoje, um lugar bom para se viver, lembrando que ela vem recebendo investimentos para melhoria de sua estrutura, como pavimentação e oferta de serviços públicos (saúde, educação e segurança).

O poder público não coloca a região do Carapina como território em que a violência está no mesmo grau que outros. O poder público aponta essa região como uma das mais violentas do município de Governador Valadares, reforçando existir uma subcultura de violência, em que as crianças e os adolescentes convivem com a disputa pelo tráfico de drogas, comandado por gangues rivais. No texto do “Projeto Comunidade Viva em Ação”, a Polícia Militar relata sobre essa realidade:

O desenvolvimento destas crianças está inserido neste contexto. Algumas são levadas muito novas para atividades criminosas, perdendo fases vitais da infância e adolescência, tornando-se adultos precoces. Entristeci-me muito, na semana passada, quando durante uma operação policial, estávamos descendo o beco Galileia, região conhecida por “buracão”, e deparamos com uma criança de aproximadamente 4 anos, servindo de “olheiro” e sinalizando para um grupo de marginais, que estava

¹⁰⁹ PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005 (p. 4).

¹¹⁰ Disponível em <www.valadares.mg.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2012.

mais embaixo, alertando-os sobre a chegada da polícia. (PROJETO COMUNIDADE VIVA EM AÇÃO, 2005, p. 5)

Assim, percebe-se que, enquanto o poder público destaca a existência de um território-carência, em que a pobreza e, mais fortemente, hoje, a violência e os altos índices de criminalidade caracterizam o território do Carapina, os moradores não reforçam o aspecto pobreza como sendo de tal território e não apresentam a violência com o mesmo destaque apresentando pelo poder público.

4.2.4 Divergências e conflitos entre as imagens dos três atores: Asdog, poder público e moradores/atendidos sobre o espaço do Carapina

Território da região do Carapina. Para a Asdog, o principal aspecto desse território se revela pela carência de investimentos de recursos, ocasionando pobreza e violência; para o poder público, também um território-carência, em que há pobreza e principalmente, nos últimos dez anos, violência, vista, hoje, como uma espécie de subcultura, que faz do território um dos mais violentos e com as mais altas taxas de violência de Governador Valadares; para os moradores que são atendidos pela Asdog, um território que sofre um forte preconceito externo por causa da violência, defendendo ser uma discriminação infundada já que, para eles, a violência é um aspecto presente em toda a cidade. Enfim, para cada um dos três atores, a violência faz parte do território do Carapina. Porém, para cada um, esse aspecto interfere de forma diferente o território e, conseqüentemente, a atuação dos atores.

A Asdog apresenta, agora, além da pobreza, a violência como uma das causas de sua existência. Antes, a Asdog existia no território, porque na região havia níveis de pobreza altos. Agora, a Associação existe, principalmente, por causa da violência, para tentar amenizá-la, oferecendo serviços que ocupam, especialmente, o tempo ocioso das crianças e dos adolescentes na tentativa de não deixá-los expostos à sedução do mundo do tráfico de drogas e da criminalidade. Para a entidade, a pobreza no território ainda é uma característica forte, aparecendo, às vezes, como o pano de fundo para a prática de atos violentos, que aparecem como resultado de um não investimento nas pessoas e no território, de uma forma geral – educação, lazer, esporte, cultura, profissionalização.

Para o poder público, a violência, atualmente, aparece como umas das características mais fortes do território do Carapina e é o motivo pelo qual o bairro se destaca em relação a outros dentro de Governador Valadares, tendo o olhar do poder público voltado, principalmente, para esse aspecto em grande parte de sua atuação no local. É também reconhecida a característica pobreza no território, no entanto, ela tem menor destaque do que a violência. O foco da atuação do poder público é combater a violência, com ações de repressão e prevenção, com oferta de serviços semelhantes aos que a Asdog oferece, como oficinas de esporte, lazer, cultura, educação etc. Tudo isso visa, como meta maior, retomar o controle de tal território, já que as leis dos territórios do crime têm sido mais respeitadas que as do poder público.

Apesar de concordar com o método usado pela Asdog e de reproduzi-lo, o poder público a desqualifica como capaz de mudar, sozinha, sem a sua forte interferência, a realidade do Morro do Carapina, daí a justificativa para a criação do “Programa Comunidade Viva em Ação”. Já a Asdog sustenta ter competência para alcançar grandes resultados, com a valorização dos talentos da comunidade, principalmente crianças e adolescentes, mas, precisa do dinheiro do poder público para fazer seu trabalho. A entidade não registra ser necessário compartilhar a gestão das ações entre os dois atores, ONG e poder público. No entanto, é regra que, para se receber recursos do poder público, é imprescindível apresentar projetos concordantes com os objetivos do Estado naquele território, ou seja, é preciso buscar os resultados aprovados por ele e que ele mesmo buscaria em tal território.

Já os moradores que são atendidos pela Asdog apresentam a violência como causa de uma discriminação, sem fundamento, do Carapina. Eles apontam ser o preconceito externo sobre o território em que moram como o aspecto que mais têm destaque no cotidiano deles. Assim, a violência, encarada de forma exacerbada pelos atores externos, não corresponde à realidade de quem mora no Carapina, lugar que oferece uma vida boa, somando oferta de serviços e de equipamentos públicos, como educação, saúde e segurança. Há destaque, pelos próprios moradores, de que a violência interfere na vida cotidiana de quem vive no território, como nos limites impostos pelos grupos rivais no comando do tráfico de drogas na área para o trânsito dos moradores.

A Asdog e o poder público até concordam com os moradores de que existe uma discriminação do território do Carapina por parte dos atores externos, porém, para esses dois atores, a discriminação não se restringe aos atores externos. O mesmo tipo de discriminação também é sentido por parte dos próprios moradores, que, por exemplo, às vezes, não assumem morar em tal território. Para diminuir a imagem negativa criada, externa e internamente sobre

tal território, a Asdog defende mais investimentos de recursos do poder público no local, e mais divulgação dos pontos positivos do território pela mídia, já o poder público se restringe a vislumbrar ações mais efetivas de sua parte, principalmente na área de segurança, para combater a violência.

Portanto, apesar de dividirem os mesmos espaços, de apontarem semelhanças sobre a realidade construída e vivida por cada um e, ainda, de se relacionarem diretamente entre si, há divergências ou diferenças entre os territórios concebidos e vividos pelos três atores: Asdog, poder público e moradores. Como exemplo, tem-se o caso da violência – aspecto que mais se destaca, hoje, nos territórios vividos por esses atores, mas que, para cada um, propõe um posicionamento diferente, muitas vezes, diretamente ligado a outros tantos aspectos do território do Carapina, como pobreza, fortalecimento de territórios do crime, presença de projetos sociais e, ainda, do poder público.

A Asdog existe, porque há carência no território, que para ela, hoje, desponta como prevenção à violência. O poder público age para tentar retomar o espaço e o poder no território, perdido para as gangues de criminosos que mantêm territórios do crime. Já os moradores reconhecem a importância do papel dos dois atores, Asdog e poder público, no território em que vivem, mas não apontam nenhum dos dois como os “salvadores” do território tomado pela violência.

4.3 O TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO DA ASDOG

Baseada na existência de um território-carência, a Asdog concebe o seu território sobre o espaço do Carapina e atua sobre ele. Essa concepção de carência já estabelece, fundamentalmente, a existência da relação entre três atores: poder público, população e organização da sociedade civil. Pois, se falta algo para alguém ou para algum lugar, é porque outro deixou de prover, criando um espaço vago para a atuação de um terceiro ator. Nesse caso, a Asdog existe, porque o Estado, quem é de direito, não cumpriu seu dever de providenciar as condições vitais à população. A lógica parece simples, mas, como afirma Raffestin (1993), toda relação envolve poder e, para Baczko (1995), é nesse ponto que entram e concentram-se as disputas, as divergências, as convergências e o estabelecimento de concepções de vida, ou de formação de consciências sociais, que guiam a produção e a manutenção de um território. Pois, o imaginário social intervém em qualquer exercício do

poder, o que, somando à defesa de Raffestin (1993), significa: o imaginário social está presente em todas as relações, visto que todas elas são marcadas pela intenção de poder.

Para a Asdog, o território-carência da região apresenta duas características de sustentação dessa concepção: pobreza e, mais fortemente na atualidade, a violência. A Asdog, a princípio, por meio do Fundo Cristão para Crianças, se estabeleceu em tal espaço, porque, segundo ela, nessa área, eram encontrados aspectos indicativos da ausência do Estado-Providência – aquele que tem o dever de assegurar à população os direitos fundamentais. Até o ano 1993, a Asdog utilizou, de fato, o termo “carente” para identificar o Morro do Carapina em seus registros documentais, estatutos e regimentos internos. A partir dos anos 2000, a característica que mais se destacou para a justificativa dessa carência foi a violência. Essa toma a dianteira em relação à pobreza quando o assunto é descrever o território local. Porém, o aspecto pobreza não desaparece para a entidade; ele apenas muda a forma de ser identificada, passando a ser, praticamente, indicativo da negligência do poder público nessa área. Para a entidade, as pessoas que moram no Carapina são carentes de investimentos, principalmente financeiro, por parte do Estado e, por isso, encontraram como alternativa para melhores condições de vida o envolvimento com o tráfico de drogas e com a criminalidade.

Nessa perspectiva, transparece o aspecto econômico na atuação da Asdog. O foco do trabalho da entidade é propiciar o aumento do poder aquisitivo dos moradores do espaço, visto como pressuposto da garantia de outros tantos direitos, como moradia digna, saúde, lazer, esporte e etc. Mas, hoje, no trabalho da Asdog, coloca-se outro objetivo: ocupar o tempo ocioso dos moradores como meio de combater a violência. A justificativa se dá pela sustentação do imaginário social de que pessoas com tempo vago têm muito mais possibilidades de gastar seu tempo na rua – espaço que possibilita mais contato com territórios indesejados pelo poder público, e pela Asdog, como os da criminalidade, que ameaçam o controle da ordem social imposta pelo Estado. Porém, a Asdog associa a realidade de “tempo ocioso” dos moradores do Morro do Carapina à falta de investimento de recursos financeiros na região, significando, muitas vezes, falta de investimentos na própria entidade, que se coloca como capaz de possibilitar à comunidade a ocupação, com atividades que promovem o bem-estar social (oficinas de esporte, de lazer e de educação oferecidas por ela). Assim, o aspecto econômico está sempre balizando a atuação da entidade.

Tanto o é, assim, que o critério para atendimento na Asdog é a renda *per capita* da família. O aumento de renda, para a entidade, hoje, é visto como promoção social, capacidade de a família ser incluída na sociedade, o que vai ao encontro de García Canclini (2001), quando afirma que garantir o direito à cidadania e ao capitalismo globalizado, é garantir a

condição de consumidor, pois consumir tomou uma dimensão além da troca de mercadorias: passou a ser possibilidade de interação sociocultural, em que também cabe o exercício de relações solidárias.

Com esse argumento, a Asdog ainda mantém, enquanto uma das características de seu território, a necessidade do agir de atores, principalmente, externos, para a compensação das desigualdades, fruto do sistema capitalista, e por meio da transferência de renda, com o sistema de apadrinhamento. Esses atores externos seriam, para García Canclini (2001), pessoas empenhadas em exercer seus papéis de cidadãos, em uma lógica de participação social, no tempo em que a função de regulação do Estado diminuiu e em que a sociedade também é responsável por tentar manter o equilíbrio social, garantindo menores disparidades socioeconômicas dentro do sistema. Seguindo a linha de Gramsc (1979), isso não passa de uma defesa da própria existência do Estado e do sistema capitalista.

Para a Asdog, esse contexto de abertura do papel de promover menor desigualdade social por parte do Estado para outros atores, só reforça sua existência na região do Carapina. É a partir dessa abertura que o poder público, inclusive, reconhece sua importância e dispõe-se a contribuir para sua manutenção. Isso significa que a Asdog passa a ser parceira do poder público para interferências no espaço, e, mais, no território, agindo de acordo com interesses estabelecidos por ele, como no caso de combate à violência.

No início de sua atuação, a Asdog funcionou como sociedade-providência, distante do Estado, visto que seus documentos e relatos de ex-funcionários indicam uma autonomia da entidade em relação ao poder público. Não havia necessidade de parceria com esse ator, pois ele já demonstrava que não era eficiente em promover ações para melhorar o espaço e em prover condições vitais à população do Morro do Carapina. Desse modo, a entidade se instalou em tal espaço, concebendo o território carente da presença do Estado e recebendo garantia de outro ator, no caso, a sociedade civil organizada.

A partir dos anos 2000, verifica-se, por meio de análise de registros documentais da entidade, principalmente de atas de reuniões entre diretoria e coordenação, a decisão da Asdog de buscar o apoio financeiro do Estado para se manter no Carapina. A parceria efetivou-se, o que, implica, no mínimo, concordância de objetivos nas ações da entidade por parte do Estado e vice-versa. Desde então, as parcerias, que se fundamentam em transferências de recursos pelo Estado para a Asdog desenvolver ações no território em que ela está inserida, vêm se fortalecendo. A Asdog passou a ser um ponto de apoio do poder público no território, e o Estado, provedor da manutenção da entidade.

Atualmente, o FCC continua sendo parceiro e contribuindo financeiramente com a Asdog; porém, o número de apadrinhamentos, repasses de dinheiro para famílias, diminuiu mais de 400% em relação há dez anos, não sendo, inclusive, possível, hoje, incluir mais famílias no sistema de apadrinhamento. A oferta de atividades na área de esporte, de cultura e de lazer são realizadas por meio de projetos, com tempo e recursos financeiros preestabelecidos.

Moradores da região do Morro do Carapina que foram atendidos pela Asdog no início de sua atuação e, hoje, ainda continuam morando na região, sentem que a realidade da entidade mudou:

“Ah, antes tinham muitos benefícios, muitas parcerias, e hoje em dia a instituição corre atrás de parceria. Tinha a ajuda do Fundo Cristão, lá dos Estados Unidos. Eram repassados pelo Fundo Cristão de Belo Horizonte, era repassado os custos pra aqui. Hoje em dia, já não tem tanto igual tinha antes”. (BOLONHA, Lindete Machado. Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 28 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares-MG)

A creche, que desde a implantação da Asdog era um serviço oferecido pela instituição, por meio de parceria com o FCC, passou, em 1997, a ser mantida pelo poder público, o qual, aliás, paga aluguel à entidade para utilizar seu espaço. A Estratégia de Saúde da Família também, hoje, funciona em espaço da Asdog. Enfim, atualmente, a Asdog repassou muitas das atividades que eram desenvolvidas por ela para o poder público, ficando com seu papel de prevenção à violência.

O território da Asdog compreende a participação do ator Estado/poder público para sua manutenção, sendo que os dois atores, juntos, estreitaram relações nos últimos dez anos. Para a Asdog, a participação do poder público no Carapina ainda se apresenta como insuficiente para mudar a realidade de território-carência, necessitando de auxílio direto da Associação para ocorrer algum avanço nas melhores condições de vida para os moradores. Já o poder público reconhece o trabalho da Asdog como importante para o território, demonstrando creditar à Associação uma capacidade de infiltração em todos os espaços, até mesmo naqueles que são, atualmente, dominados por grupos envolvidos com o tráfico de drogas. São os conhecidos territórios do crime, que têm poder mais forte perante os moradores do Morro do Carapina do que o território político/legal do Estado. O fato é que,

hoje, esses dois atores se uniram para enfraquecer o poder dos territórios do crime, que se subdividem no espaço de atuação da Asdog e desafiam, diretamente, o poder do Estado.

Nesse contexto, a Asdog encontra, na existência desses territórios do crime, mais um reflexo, ou um argumento, de que, naquele espaço, existe um território-carência, em que o Estado não se faz suficientemente presente para garantir o equilíbrio dos riscos sociais. O poder do ator público está estremecido, visto que os territórios do crime se fortaleceram e têm seu poder reconhecido pelos moradores.

Diante dessa conjuntura, a população atendida pela Asdog se mostra afeita às suas ações e, também, às ações do poder público, não demonstrando se importar com a lógica de financiamento, se pela sociedade-civil ou pelo poder público. A Asdog já é reconhecida como algo bom do território e, por isso, verifica-se a disposição dos moradores em contribuir, principalmente para a divulgação da entidade, como algo positivo do território do Carapina. Uma ex-atendida pela Asdog e que hoje continua morando na região confessa: “Eu acho que essa instituição nunca deveria acabar”. Porém, é interessante destacar que, ao afirmar a necessidade futura de atuação da Asdog, também é vislumbrada, mesmo que inconscientemente, a continuidade do aspecto carência do território do Carapina.

Para os moradores atendidos, a entidade parece ser vista como algo intrínseco ao lugar, e quem demonstra saber que a entidade precisa da parceria de outras instituições para sobreviver, mostra-se disposto a contribuir para sua permanência no território, como bem afirma uma ex-atendida da Asdog, e que também já participou da diretoria da instituição:

“Seria bom se ela pudesse continuar, esse prédio continuasse aqui. Mas como o prédio não é da Asdog, só o nome, é do Fundo Cristão. Amanhã ou depois pode estar vindo tirar daqui. Gostaria muito que esse projeto continuasse. Igual eu te disse, temos o prédio do Santa Helena, né. Se algum dia – se eu também tivesse viva até lá – é, a Asdog, o Fundo Cristão tirar esse prédio aqui, a gente tem vontade, a comunidade, eu mesma tenho vontade de formar uma nova chapa, uma nova diretoria, correr mais atrás de parcerias [...]”. (BOLONHA, Lindete Machado. Depoimento recolhido por meio de entrevista, realizada no dia 28 de outubro de 2011, Carapina, Governador Valadares-MG)

O território da Asdog partiu da existência e da atuação dos atores poder público e moradores e, hoje, a Associação conta com a participação deles para realizar a manutenção desse território. Para o poder público, antes, quando a Asdog se instalou no espaço do Carapina, a entidade poderia ser vista como sua substituta no dever de providência para a regulação dos riscos sociais do sistema capitalista. Atualmente, apresenta-se como um apoio a

sua reinserção no espaço e, ainda, ao fortalecimento de seu território político. O poder público não exclui a participação da Asdog, mas reserva-lhe o papel de coadjuvante na arte de conduzir as regras que tomam o capitalismo como sistema socioeconômico. Já os moradores se apresentam como os atores que contribuem para a fixação do território da Asdog, a partir do momento que aceitam participar das intervenções/ações propostas por ela, corroborando, assim, a sua permanência no espaço e a sobrevivência do território construído e vivido por ela, o de território-carência.

Nesse sentido, a Asdog se apropriou do espaço, construindo e vivendo um território em que a principal característica é a falta em relação aos outros territórios. Para a existência da entidade, na condição de organização de promoção de cidadania, é preciso existir e conviver com outros dois atores, os moradores e o poder público. Como defende Raffestin (1993), a apropriação e a manutenção do território são permeadas, o tempo todo, pela intenção de poder, que é inevitável e muito menos inocente. Afinal, manter-se no espaço do Carapina significa, para a Asdog, fazer crer que tal espaço, com todos os seus atores e seus aspectos, precisa de sua atuação. Por isso, o imaginário social de pobreza e, agora, mais fortemente de violência, são comunicados por ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A população é concebida como um recurso, um trunfo [de poder], portanto, mas também como um elemento atuante. A população é mesmo o fundamento e a fonte de todos os atores sociais, de todas as organizações. Sem dúvida é um recurso, mas também um entrave no jogo relacional.”

Claude Raffestin

No capitalismo globalizado, a caridade cristã também aparece remodelada e volátil, sendo influenciada pela pós-modernidade. O fazer o bem, socorrendo os necessitados, não só deixa de ser uma virtude pregada como característica dos cristãos como também ganha *status* social e econômico, despontando inúmeros meios e justificativas para se realizá-lo.

“Fazer o bem sem olhar a quem”. Esse ditado popular ainda pode ser considerado como base das ações de caridade, agora intituladas “ações de solidariedade”. Mas, provavelmente, na sociedade contemporânea, aquele que “faz” entrará em evidência, demonstrando que a prática assistencialista não se qualifica mais como agir cristão em anonimato. É que, hoje, a solidariedade é reconhecida enquanto virtude social, ou virtude cidadã, de voluntariado, que não visa ao retorno monetário e pode, inclusive, corresponder a um aprimoramento do mercado das profissões.

Não é só na concorrência por um emprego que o quesito solidariedade tem pertinência. Ser solidário também assumiu importância no mercado de modo geral. Empresas buscam valorizar seus produtos, empregando-lhes o selo de serem feitos com “responsabilidade social”. Isso permite que elas alcancem sua sustentação, o que significa lucratividade. A responsabilidade social tem a ver com ações solidárias, como doações para os pobres e atitudes de preocupação ambiental – já que cuidar do ambiente aparece como senso, um cuidado a todos, sem distinção.

São inúmeras as campanhas de doações de alimentos, principalmente em épocas de destaque no calendário cristão, como o Natal e a Páscoa. Para isso, a estratégia utilizada pela maioria das empresas são as famosas fundações, forma de organizações não-governamentais, criadas e mantidas, em sua grande parte, por grandes empresas, fundamentadas, teoricamente, na lógica de não ter fins lucrativos.

Tudo isso, criação de fundações e ações de responsabilidade social por parte do setor privado, tem como objetivo atingir, ou ser “visto” por toda a população, consumidora. Nesse ponto, entra o uso da ferramenta comunicação. Como argumenta Raffestin (1993), a comunicação é um trunfo do poder e, por meio dela, podem-se controlar os indivíduos – no caso do mercado, esse controle se revela pelo incentivo e pela efetivação do consumo. Ainda de acordo com esse autor (1993), o ideal do poder é agir sem ser reconhecido, o que pode facilmente ser atribuído como papel da comunicação. Por isso, as campanhas publicitárias são focos de investimentos das grandes empresas, afinal, na lógica do mercado capitalista, todo investimento intenciona o lucro.

Além do retorno de aumento no número de consumidores, pode ser notado outro objetivo, não explícito, nas práticas dessas fundações, encarregadas de desenvolver responsabilidade social para as empresas. No primeiro capítulo, foi apresentada essa discussão, usando Dagnino (2004), que defende que as organizações concretizam um dos objetivos do neoliberalismo, o de ofuscar a possibilidade de busca pela justiça social – bandeira de luta de movimentos sociais, principalmente, no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1980. Isso ocorre por defenderem que a responsabilidade pelo bem-estar social é dever de todos, em uma lógica do agir cidadão que alivia o Estado de sua obrigação ou de sua culpa. Segundo a autora, o discurso de cidadania, no qual as fundações têm destaque, é marcado pela ausência de debate político sobre as causas da pobreza e da desigualdade. O debate é retirado da arena pública, pendendo-se ao exercício do papel “providência”, por parte do Estado, que parece estender a ideologia de participação mínima da economia para a regulação da vida social, quando o assunto é prover o bem-estar. Isso significa dar espaço para o fortalecimento de outro ator dentro do sistema capitalista: o Terceiro Setor.

Ainda no primeiro capítulo, evidenciou-se a Asdog como um dos retratos do exercício desse papel de providência, terceirizado pelo Estado. Com o discurso de promover ações de combate, imediato, da pobreza e da falta de acesso a serviços, reconhecidos como básicos pela Constituição Cidadã (1988), o Terceiro Setor se instalou na região do Carapina por caracterizá-lo como carente de investimentos do Estado. De fato, assim o era. E a Asdog conquistou clientela no espaço para os serviços oferecidos por ela. Assim, mostrou-se como mais um ator que produz o território local.

Através de Ortiz (2009), foi possível notar que a Asdog reflete mais do que a concretização dessa nova forma de organização da sociedade civil, que age com consentimento do Estado para melhorar a vida das pessoas, garantindo-lhes o acesso a serviços reconhecidos como básicos para a sobrevivência. A partir de análises dos registros

documentais da entidade e dos depoimentos de moradores e de ex-funcionários da Asdog, verificou-se que a implantação da entidade no espaço do Carapina também revela outro movimento incentivado pela globalização: o de atuação dos atores em redes, e nesse caso, redes de promoção de cidadania, formada por indivíduos de diferentes países, constituintes do FCC. Segundo Ortiz (2009), essa realidade se aproxima de uma espécie de cidadania planetária, através da qual o fazer o bem ultrapassa limites territoriais políticos e transforma-se em numa ação solidária global, que vai além do campo particular de cada ator. No caso do FCC, o ator é cada padrinho, que doa dinheiro para uma criança valadarense, conhecida dele apenas por meio de imagens, de informações fornecidas pela internet e de cartas, todas revisadas, inclusive, pelo FCC.

Nesse momento, evidencia-se o agir solidário não ancorado, nas palavras de Nunes (1995, p. 19), nas solidariedades primárias que “incluem redes de parentesco, co-residência, comensalidade e vizinhança, acionáveis em situações de necessidade para apoiar material ou moralmente aqueles que são reconhecidos como membros”. Pois a solidariedade que move os provedores do FCC e, conseqüentemente, da Asdog, principalmente no início de sua atuação, ultrapassa essas redes. Na maioria das vezes, quem está agindo, movido pela consciência de ser cidadão solidário, nunca viu quem está sendo beneficiado pela rede. O que pode ser visto como uma nova configuração também das redes de solidariedade, trazidas pelo capitalismo globalizado, através das quais, para se satisfazer a consciência de cidadão, não é preciso ter vínculos afetivos: o importante é ser solidário, cumprindo, o que se apresenta como uma diferenciação social.

A nova configuração de exercício da solidariedade não exclui a lógica da reciprocidade, em que há troca entre as partes, provedor e beneficiado, e que, segundo Nunes (1995, p. 6), não se aplica ao agir do Estado-Providência, “às suas agências e aos seus burocratas”, caracterizando a despersonalização e a desumanização. O agir cidadão solidário, na era da globalização, tem muitos argumentos, que sustentam a existência de troca, não simplesmente mercantil, mas, de valores sociais, ou de sentimentos, gerados em quem se sente capaz de promover o bem-estar alheio.

Na trajetória da Asdog, duas fases são evidenciadas. Uma, até por volta do ano 2000, em que atuou, basicamente, substituindo o papel do Estado; e outra, nos últimos dez anos, em que se articulou com o poder público, passando a ser financiada, em grande parte, por ele. Isso indica a importância de outras duas observações: a primeira sobre diferenciação, hierarquização e exclusão; e, a segunda, sobre o que significa essa articulação da Asdog com o Estado. A partir do momento em que a sociedade-providência se coloca como simples

substituta do Estado no exercício de proteção social ou de regulação dos riscos sociais, agindo como recompensador do sistema (RODRIGUES, 2000), a ONG age para a reafirmação da desigualdade e da exclusão, preestabelecendo uma identificação ancorada e personalizada “daqueles que podem invocar legitimamente essa solidariedade e daqueles que têm por obrigação prestá-la” (NUNES, 1995, p. 21). Já se a relação entre sociedade-providência e Estado-Providência é de articulação há a possibilidade de um impulso igualitário, que “subjaz ao estado-providência [e] pode potencializar as virtualidades emancipadoras da sociedade-providência” (NUNES, 1995, p. 8). Nunes (1995, p. 8) ressalta que “estas diferenças nem sempre são claras, e os seus fundamentos têm sido pouco estudados”, abrindo caminhos para novos rumos de pesquisa sobre tal relação.

Já é possível vislumbrar que a sociedade-providência não difere da lógica providência do Estado, ou seja, ela colabora com ele para fazer a manutenção do sistema e para a busca de aperfeiçoamento de seu exercício, mesmo que fundamentado no ideal de promoção do bem-estar social, com uma vida melhor para todos. Essa situação evoca Raffestin (1993) com sua ideia de que todas as relações são marcadas pela intencionalidade de poder e efetuada entre atores, considerados desde um indivíduo às mais elaboradas organizações.

No segundo capítulo, foi abordado sobre a participação do ator Terceiro Setor, no caso, a Asdog, em um território, destacando a realidade construída e vivida por ela sobre o espaço do Carapina. Verificou-se que pensar o território que conta com a atuação do Terceiro Setor, que formaliza a intencionalidade da sociedade civil em promover o bem-estar social, não ameniza nem exclui a disputa pelo poder (RAFFESTIN, 1993). Pelo contrário, este trabalho mostrou que a entidade também entra nessa disputa, atuando para a manutenção do território concebido por ela, ou seja, da imagem que ela produziu sobre o espaço do Carapina, e tentando fortalecer a concordância de que tal espaço abriga um território carente. Isso é busca por poder e pelo controle de imaginário social. (BACZKO, 1986)

No capítulo três, foi apresentada a atuação do Estado no jogo de poderes em um território-carência, que conta com a presença do terceiro setor. O poder público, no caso da Asdog, apresenta-lhe como um aliado. Entretanto, ele faz questão de distinguir, conforme destacado em registros documentais, a exemplo do texto do “Projeto Comunidade Viva em Ação”, sua excelência na capacidade de prover, não desqualificando totalmente a atuação da sociedade-providência, mas destacando seus limites. De fato, isso só reafirma o seu *status* como regulador da vida social, e, conseqüentemente, do sistema econômico-social, incluindo, também, a tentativa de controle das organizações da sociedade civil. Nessa conclusão, fez-se importante a contribuição trazida por Gramsci (1979) com análise do conceito de reformismo.

Também nesse capítulo, diante da relação entre Estado e sociedade-providência (Asdog), verificou-se que a população despontou, como propõe Raffestin (1993), enquanto trunfo do poder, em que conquistar o seu apoio e o seu reconhecimento significa se manter no poder, fortalecendo tipos e valores de cada ator nas relações dentro de um território. No estudo do caso da ONG Asdog, os moradores atendidos pela entidade na região do Carapina aprovam a instalação dessa instituição, aceitando e utilizando os serviços oferecidos por ela, o que revela concordância sobre o território proposto e o mantido, de carência.

Diante disso, constatou-se, finalmente, no capítulo quatro, que a continuidade da atuação da Asdog, na região do Carapina, hoje, está intimamente ligada a sua relação com o Estado, que passou a ser um dos seus grandes provedores, se não o maior, e ainda com a população, que acessa os serviços oferecidos pela entidade. A Asdog produz e vive um território, de modo geral, condizente com o do poder público, principalmente na caracterização de carência. A entidade se apresenta enquanto instrumento de inserção do Estado no território local. Os moradores atendidos pela Asdog, nessa conjuntura, reconhecem a atuação da entidade de forma positiva, não buscando debatê-la. Ao contrário, concordam com a lógica de providência, não reivindicando necessidade de distinção entre esses dois atores.

A atuação da Asdog na região do Carapina se configura como organização da sociedade civil, que participa da lógica neoliberal do Estado, compartilhando a responsabilidade de promover o bem-estar social, ao mesmo tempo em que contribui para manter o sistema capitalista, mantenedor das desigualdades sociais. Pois, tal entidade age para suprir as demandas urgentes, não trabalhando para modificar a ordem social imposta, mas para remediar seus males, que podem enfraquecê-la ou, mesmo, eliminá-la. A Asdog funciona, atualmente, como agência de manutenção do poder público para o fortalecimento do sistema capitalista neoliberal.

Essa constatação não encerra a cena de construção do território. Porque, como a Asdog apresenta como objetivo de sua existência a promoção social das famílias reconhecidas como em risco, também se mostra importante investigar qual o impacto, de forma prática, estabelece-se na vida dos moradores a partir de sua atuação. Conforme visto neste estudo, o território revela a cena do poder, com inúmeras possibilidades de relações, e essa é somente uma das que podem ser investigada por outro estudo. Afinal, o território é reinventado a todo instante.

REFERÊNCIAS

1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem Boca. Escritos efêmeros sobre Arte, Cultura e Literatura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ACIOLI, Andréa. **A explosão das Ong's no mundo e no Brasil e seus reflexos no espaço rural fluminense;** 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – Engrup, São Paulo, pp. 8-25, 2008.

ALVITO, Marcos (orgs.). **Cidadania e violência.** Rio de Janeiro, Editora URFJ/ Editora FGV, 1999.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social.** Einaudi, Lisboa, Anthropos-Homem, n.5, 1986.

BECHMANN, Gotthard & STEHR, Nico. Niklas Luhmann. **Tempo Social;** Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(2): pp. 185-200, novembro de 2001.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** 2ª ed. Brasília, Universidade de Brasília, 1986.

CARVALHO, Sônia Ribeiro. **A Central de Movimentos Populares e o processo brasileiro de democratização: uma trajetória em construção – 1993 – 2003.** 2007. 182 f. (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CAVALCANTE, Lia Freitas. **Gramsci: Socialismo e Democracia.** In: Sequência, nº 42, julho de 2001, pp. 29-52. Florianópolis: CPGD, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Fontes do Pensamento Político Gramsci.** Porto Alegre: L & PM, 1981.

COUTINHO, M.C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D.H.P. **Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis.** Psicologia & Sociedade: 19, Edição Especial 1: 29-37, 2007.

DAGNINO, Evelina (2004) **“Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”** En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

DAHRENDORF, Ralf. **Cidadania e Classe Social**. In. – O Conflito Social Moderno. Um ensaio sobre a política da Liberdade. São Paulo: Sahar, 1992. p.40-61.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

DIAS, Eurípedes da Cunha. **Arqueologia dos movimentos sociais**; XI Congresso Estadual de Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP), São Paulo, 2001.

FERNANDES, Rubem César. **Público porém privado**. Rio de Janeiro: Iser, 1994.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. **Redefinição política ou despolitização? As concepções de terceiro setor no Brasil**. Revista katályses, pp.73 – 87, dez. 2001.

FREIRE, Letícia de Luna. **Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados**. Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 95-114, out.-dez, 2008.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Ed. 5, 2001.

GIDDENS, Anthony. Mundo em Descontrole. **O que a globalização está fazendo de nós**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis, Vozes, 2000.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Os sem terra, ONGs e cidadania.** São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Teoria dos movimentos sociais.** São Paulo, Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da Cultura.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002.** Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

LANDIM, Leilah; SCALON, Maria Celi, **Doações e Trabalho Voluntário no Brasil - uma pesquisa,** Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2000.

LANDIM, Leilah. **As pessoas. Voluntariado, Recursos Humanos, Liderança;** Seminário Filantropia, Responsabilidad Social y Ciudadanía, Guatemala, 2001.

LÍBANO, Clarice de Assis (Org.) **Guia Cultural Governador Valadares.** Vol. I. Disponível em http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades_mostra.php?cod=51. Acesso em setembro 2011.

MACCIONCCHI, Maria Antonietta. **A favor de Gramsci.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARSHALL, T.H. **Mudanças na estratificação social no século XX.** In. – Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.115-135.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações. Comunicação, Cultura e Hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MATHIS, Armin. **A sociedade na teoria dos sistema de Niklas Luhmann.** Disponível em: <http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/luhmann_05.pdf>. Acesso em: junho de 2010.

NUNES, João Arriscado. **Com o mal ou com o bem, aos teus te até: As solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência.** In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 5-25, 1995.

ORTIZ, Renato. **Globalização: notas sobre um debate.** In. – Sociedade e Estado. Brasília, v.24, n1, p.231-254, jan./abr.2009.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: conflitos e negociação no Brasil contemporâneo.** In: Sonia E. Alvarez; Evelina Dagnino; Arturo Escobar. (Org.). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, Ática, 1993.

REIS, José. **A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geo-conômicos e o 'simples' funcionamento dos sistemas complexos.** In. – SANTOS, Boaventura de S. (Org.). *A globalização e as Ciências Sociais.* São Paulo: Cortez, 2002. p.105-132.

RETONDAR, Jéferson José Moebus. **A noção de Representação Social nas perspectivas dos estudos da Psicologia Social e do Imaginário Social.** In: *Imaginário e Representações Sociais: corpo, educação física, cultura e sociedade.* MONTENEGRO, Eduardo; RETONDAR, Jéferson; MONTENEGRO, Patrícia Cavalcanti Ayres. Maceió: EDUFAL, 2007.

RODRIGUES, Eduardo Vítor. **“O Estado-Providência e os processos de Exclusão Social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português”**, in *Sociologia*, n.º10, Porto, FLUP, 2000.

ROUCHOU, Joëlle. **História Oral: entrevista-reportagem x entrevista história**, in *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, volume 23, nº 1, janeiro-junho, 2000.

SANGLARD, Gisele. **Filantropia e assistencialismo no Brasil. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online].** 2003, vol.10, n.3, pp. 1095-1098.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **"Sociedade-Providência ou autoritarismo social?"**, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 42, Maio,1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** *Revista Sociedade e Estado*. UNB, V.21, n1, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução.** *Revista Política e Sociedade*, nº 5, 2004. pp. 13-35.

SERAFIM, Lia Sales. **A representação social do papel dos gestores em Organizações Não-Governamentais.** Natal, 2007. 93 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SILVA, Maiara Sobral, MENESES, Verônica Dantas et al. **O uso da comunicação social nas organizações do terceiro setor em Palmas/TO.** Disponível em: <www.jornalismo.ufsc.br/redealcar>. Acesso em: outubro de 2007.

SOUZA, Marcos Alvito Pereira de. **As cores de Acari.** Rio de Janeiro, FGV, 2001.

SPOSATI, Aldaiza e RODRIGUES, Fernanda. **Sociedade-Providência: uma estratégia de regulação social consentida.** In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, n.º 42, p. 77-103, maio de 1995.

TAVARES DOS SANTOS, J.V.; DIDONET, B. e SIMON, C. **A palavra e o gesto emparedados: a violência na escola.** XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu. Publicado em *Violência Não Está Com Nada*. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (org.). Porto Alegre, abril 1999.

TEIXEIRA, Domingos, CORDEIRO, Liliana Arlete. Terceiro Setor à Brasileira. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 de setembro. 2007. Opinião, p. 9.

TEIXEIRA, Luana da Silva. **Comunicação: ferramenta estratégica para o Terceiro Setor.** In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, XIII, 2008. São Paulo. Disponível:<<http://www.portcom.intercom.org.br/expocom/expocomsudeste/index.php/AUDIO-2008/article/viewDownloadInterstitial/728/388>> Acesso em: agosto de 2010.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1987.

VALLADARES, Licia do Prado. **A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às Ciências Sociais.** In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 15, n. 44, out., 2000.

ZALUAR, Alba. **“Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização”**. In *São Paulo em Perspectiva*. Revista da Fundação Seade. Vol.13, número 3; julho-setembro,1999.

ZILLES, Urbano. **A Globalização e a Universidade Católica**. Teocomunicação, v.35, n. 148, p.305-318, 2005.

2 REFERÊNCIAS DE ENTREVISTAS

ALVES, Marcelina Martins. A história da Asdog. Governador Valadares. 29 set. 2011. Transcrição 11p. Entrevista concedida à mestrand Luana Teixeira.

ASSIS, Olímpia Aparecida. A história da Asdog. Governador Valadares. 12 jan. 2011. Transcrição 7p. Entrevista concedida à mestrand Luana Teixeira.

BARBOSA, Obedes. A história da Asdog. Mensagem recebida por <obedes.barbosa@terra.com.br> em 22 setembro 2011.

BOLONHA, Lindete Machado. A história da Asdog. Governador Valadares. 28 out. 2011. Transcrição 13p. Entrevista concedida à mestrand Luana Teixeira.

COELHO, Marilene Nicolau. A imagem do morador atendido pela Asdog sobre o espaço da região do Morro do Carapina. Governador Valadares. 1 out. 2011. Transcrição 3p. Entrevista concedida à mestrand Luana Teixeira.

COELHO, Nícolas. A imagem do morador atendido pela Asdog sobre o espaço da região do Morro do Carapina. Governador Valadares. 1 out. 2011. Transcrição 3p. Entrevista concedida à mestrand Luana Teixeira.

COSTA, Eliana. A imagem do morador atendido pela Asdog sobre o espaço da região do Morro do Carapina. Governador Valadares. 1 out. 2011. Transcrição 3p. Entrevista concedida à mestrand Luana Teixeira.

COSTA, Eliete Maria. A imagem do morador atendido pela Asdog sobre o espaço da região do Morro do Carapina. Governador Valadares. 1 out. 2011. Transcrição 2p. Entrevista concedida à mestrand Luana Teixeira.

JESUS, Maria Isabel. A história da Asdog. Governador Valadares. 11 jan. 2011. Transcrição 13p. Entrevista concedida à mestranda Luana Teixeira.

LIMA, Gelmaria Lopes Jardim. A história da Asdog. Mensagem recebida por <gelmarialopes@hotmail.com> em 6 de fevereiro 2012.

MOURA, Cristiano. A história da Asdog. Mensagem recebida por <cristiano.moura@childfundbrasil.org.br> em 7 março 2012.

OLIVEIRA, Cristina. A história da Asdog. Governador Valadares. 16 set. 2011. Transcrição 8p. Entrevista concedida à mestranda Luana Teixeira.

OLIVEIRA, Denis Rodrigues. A imagem da Asdog sobre o espaço da região do Morro do Carapina. Governador Valadares. 11 out. 2011. Transcrição 5p. Entrevista concedida à mestranda Luana Teixeira.

OLIVEIRA, Maria das Graças Silva. A imagem do poder público municipal sobre o espaço da região do Morro do Carapina. Governador Valadares. 20 jan. 2012. Transcrição 2p. Entrevista concedida à mestranda Luana Teixeira.

QUEIROGA, Valdete. A imagem da Asdog sobre o espaço da região do Morro do Carapina. Governador Valadares. 11 out. 2011. Transcrição 3p. Entrevista concedida à mestranda Luana Teixeira.

SILVA, Celso Gomes. A imagem do poder público municipal sobre o espaço da região do Morro do Carapina. Governador Valadares. 9 nov. 2011. Transcrição 8p. Entrevista concedida à mestranda Luana Teixeira.

SOUZA, Ronilda Avelis Souza. A imagem da Asdog sobre o espaço da região do Morro do Carapina. Governador Valadares. 26 out. 2011. Transcrição 5p. Entrevista concedida à mestranda Luana Teixeira.

XAVIER, Márcia. A imagem do poder público municipal sobre o espaço da região do Morro do Carapina. Governador Valadares. 1 nov. 2011. Transcrição 7p. Entrevista concedida à mestranda Luana Teixeira.

3 REFERÊNCIAS DE DOCUMENTOS

ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Governador Valadares. Ata de reuniões do ano de 1997 a 2007. 153p.

ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Governador Valadares. Ata de reuniões do ano de 2007 a 2011. 415p.

ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Governador Valadares. *Estatuto*. Governador Valadares, 1993. 8p.

ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Governador Valadares. *Estatuto*. Governador Valadares, 1995. 7p.

ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Governador Valadares. *Estatuto*. Governador Valadares, 2000. 8p.

ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Governador Valadares. *Estatuto*. Governador Valadares, 2001. 6p.

ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Governador Valadares. *Estatuto*. Governador Valadares, 2003. 10p.

ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Governador Valadares. *Estatuto*. Governador Valadares, 2010. 9p.

ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Governador Valadares. *Regimento Interno*. Governador Valadares, 2005. 17p.

ASSOCIAÇÃO SAMUEL DOMINGUES GOMES. Governador Valadares. *Regimento Interno*. Governador Valadares, 2010. 15p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES. **Projeto Comunidade Viva em Ação encaminhado ao Ministério da Justiça**. Governador Valadares, 2005.